

GERSON RIBEIRO COPPES JUNIOR

**DEFINIR OS LIMITES COM HISTÓRIA, PREENCHER COM
HISTÓRIA OS LIMITES: um estudo da construção de São Paulo
como região na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São
Paulo (1895-1949)**

Assis

2016

GERSON RIBEIRO COPPES JUNIOR

**DEFINIR OS LIMITES COM HISTÓRIA, PREENCHER COM
HISTÓRIA OS LIMITES: um estudo da construção de São Paulo
como região na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São
Paulo (1895-1949)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e
Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista
(UNESP) para obtenção do título de Mestre em
História (Área de Conhecimento: História e
Sociedade)

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Karina Anhezini de Araújo

Assis

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

C785d Coppes Junior, Gerson Ribeiro
Definir os limites com história, preencher com história os limites:
um estudo da construção de São Paulo como região na Revista do
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1895-1949) / Gerson
Ribeiro Coppes Junior. Assis, 2016.
143 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de
Assis – Universidade Estadual Paulista
Orientadora: Dra. Karina Anhezini de Araújo

1. São Paulo (Estado). 2. Historiografia.. 3. História. 4. Instituto
Histórico e Geográfico de São Paulo. I. Título.

CDD 981.61

GERSON RIBEIRO COPPES JUNIOR

DEFINIR OS LIMITES COM HISTÓRIA, PREENCHER COM
HISTÓRIA OS LIMITES: um estudo da construção de São Paulo
como região na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de
São Paulo (1895-1949)

Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP para a obtenção
do título de Mestre em HISTÓRIA (Área de
Conhecimento: HISTÓRIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 26/10/2016

COMISSÃO EXAMINADORA

K. Anhezini

Presidente: PROFA. DRA. KARINA ANHEZINI DE ARAUJO - UNESP/ASSIS

MGLT

Membros: PROFA. DRA. MARIA DA GLÓRIA DE OLIVEIRA - UFRRJ/RIO DE JANEIRO

Hélio Rebello C.

PROF. DR. HÉLIO REBELLO CARDOSO JUNIOR - UNESP/ASSIS

Agradecimentos

Despedidas carregam um peso de incompletude pela pessoa ou objeto que se afasta de nós. Isso poderia explicar parte do que sinto ao escrever essas palavras que fecham a dissertação, fruto de uma pesquisa que me acompanha a mais tempo que os dois anos do mestrado. Porém, pensando nisso, também reflito que não me despeço, dou um até logo. Além do problema que me pus a discutir e analisar neste trabalho, essa pesquisa carrega a busca pela minha identidade como historiador e como pessoa a fim de entender este presente que nos envolve e nos intriga. Assim, venho aqui lembrar e agradecer algumas pessoas que fizeram parte dessa pesquisa e que, de alguma forma, contribuíram para a sua finalização.

Primeiramente, gostaria de agradecer a orientação da Dra. Karina Anhezini de Araújo. Sua experiência, e paciência, caminharam comigo desde os primeiros momentos da pesquisa na graduação até a presente dissertação. Inúmeros caminhos e possibilidades, analisadas, descartadas, retomadas, transformadas. As diferentes discussões e leituras fizeram parte da minha formação como historiador e pesquisador. Meu respeito e agradecimento são maiores do que consigo expressar com essas palavras.

Aos doutores Hélio Rebello Cardoso Júnior e Márcia Regina Capelari Naxara que fizeram parte da banca de qualificação e indicaram caminhos e discussões importantes para finalização da pesquisa e outras possibilidades que, apesar de não adicionadas aqui, aguardam uma nova possibilidade de serem exploradas. Agradeço igualmente a doutora Maria da Glória de Oliveira que aceitou participar da banca de defesa.

Ao grupo de estudo informal formado por Aline, Daiane, Felipe, Marina e Thiago. Sua disposição em ler a pesquisa em diferentes momentos do seu desenvolvimento contribuiu para que ideias fossem amadurecidas e repensadas. Igualmente agradeço o papel do meu revisor Felipe, que desenrolou nós do português que passam despercebidos em tantas páginas. Agradeço também a alguns pesquisadores, docentes e discentes, que nos congressos e aulas da pós-graduação possibilitaram discussões proveitosas para a pesquisa.

Agradeço também a alguns funcionários da UNESP/Assis: Sérgio, Auro e Cleomar da Biblioteca da UNESP/Assis, sempre pacientes com o deslocamento de várias revistas das prateleiras e sempre prontos a uma boa conversa; Marcos e John da Sessão de Pós-Graduação, sempre solícitos as necessidades que se apresentavam. Também gostaria de lembrar dos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, que me receberam para coleta de fonte.

Aos meus pais, Gerson e Valdenia, sempre fazendo o impossível durante minha formação, e continuam me ajudando nessa prolongação dos meus estudos. Mesmo que eu encontre dificuldades em explicar o que seja pós-graduação, sei que eles entendem a importância disso para mim e eu como isso é importante para eles.

À pessoa que tem o papel principal na minha vida aguentando as reclamações, as dúvidas, as especulações. Ela participou dessa dissertação de muitas formas diferentes e ter chegado ao fim foi, em grande parte, com seu apoio. Carol, você é maior que minha vida e nunca conseguirei retribuir o quão grato sou por você fazer parte dela.

Aos meus amigos, Breno, Dalmo, Douglas, Erivelton, Gabriel e Thiago, cujas conversas me tiraram o peso das horas e ajudaram a pensar alguns rumos da pesquisa. A construção dessa nossa amizade me fez entender o mundo, se não melhor, pelo menos de um jeito mais engraçado.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa que possibilitou os deslocamentos principalmente para os congressos e eventos, além da coleta de fonte no Arquivo do Estado de São Paulo. A dedicação exclusiva possibilitada pela bolsa permitiu a escrita da pesquisa em 2 anos.

Todos à obra, ilustres e prezados consócios e *cerremos pelo Instituto!* Como se fôramos os soldados de um antigo terço - que realmente somos os membros da bandeira que do Passado procura fazer, em múltiplas, em contínuas *entradas, o descimento* das verdades históricas.

Affonso de Taunay

Podemos, enfim, livrar-nos da exigência da cientificidade, entendida como produção de um conhecimento capaz de apreender a verdade única do passado, das leis eternas e imutáveis, [...]. Podemos enfatizar a dimensão artística de nosso conhecimento e da nossa prática. Tomar a história como arte de inventar o passado, a partir dos materiais dispersos deixados por ele.

Durval Muniz de Albuquerque Jr., *História: a arte de inventar o passado*

Quando encontro dificuldades na leitura, não me preocupo demais, pois se insistisse perder-me-ia e o meu tempo; meu espírito é de compreensão imediata. O que não entendo à primeira vista, entendo menos me obstinando. Não faço nada sem alegria.

Montaigne, *Ensaaios*

COPPES Jr., Gerson Ribeiro. **DEFINIR OS LIMITES COM HISTÓRIA, PREENCHER COM HISTÓRIA OS LIMITES: um estudo da construção de São Paulo como região na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1895-1949)**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

Durante o período da Primeira República no Brasil, o Estado de São Paulo se tornou a principal economia do país. Isso levou a produção de uma narrativa que justificasse essa posição de predomínio político-econômico sobre a nação. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado em 1894 e inserido nesse contexto, foi um importante centro de produção e discussão deste projeto, objetivando a definição de uma especificidade local e uma reavaliação da história nacional a partir de fatos e personagens paulistas. A partir destas constatações questionamos, poderíamos pressupor que houve a formação de uma região denominada São Paulo no início do século XX? Essa pergunta aparece como inquietação acerca da relação entre a formação de uma identidade regional e a definição deste espaço, o estado. Questionar o conceito de região e a sua fixidez carrega a possibilidade de analisar este processo sendo fruto de uma construção histórica localizada temporalmente, além de entender como esses historiadores construíram um saber histórico e geográfico singular sobre o Estado de São Paulo. Para isso analisamos a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo entre os anos de 1895 e 1949, tentando determinar a emergência dessa região em diferentes níveis - temático, teórico, simbólico. Concluímos que houve a invenção de uma região “São Paulo” através de alguns enunciados que se repetem e tem uma regularidade e constituíram uma estrutura espacial, como a questão de limites, o povoamento e as histórias de cidades, e outros que constituíram os costumes e a cultura, as categorias popular e progresso.

Palavras-chave: São Paulo. Identidade regional. Instituto Histórico. História da Historiografia.

COPPES Jr., Gerson Ribeiro. **DEFINE LIMITS WITH HISTORY, FILL WITH HISTORY THE LIMITS: a study of the construction of São Paulo as region on Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1895-1949)**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

During the period of First Brazilian Republic, the state of São Paulo became the main economy of the country leading to the production of a narrative that justified that position of political and economic domain on the nation. The Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, founded in 1894 and inserted on this context, was a important center of the production and discussion of this project that aimed a definition of a local specificity and a revaluation of national history from a local perspective, with facts and characters of history of the state. From the observations we inquired, can we assume that there was the formation of a region named São Paulo in the early twentieth century? This question emerges from the concern with the relation between the formation of a regional identity and the definition of this space, the state. Question the concept of region and their fixity carries the possibility of analyze this process as result from a historical construction located temporally, besides understand how those historians built a singular historical and geographical knowledge about the state of São Paulo. For this, we analyze the Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo between the years of 1895 and 1949, trying to determinate the emergence of this region on different levels - thematic, theoretic, and symbolic. We conclude that the invention of the region “São Paulo” happened trough some enunciations that repeat and have a regularity constituting a spatial structure, like treaty of limits, settlements and history of cities, and other which constituting the costumes and the culture, the categories popular and progress.

Keywords: São Paulo. Regional Identity. Historical Institute. History of Historiography.

Lista de Abreviaturas

IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

RIHGSP – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

CGGSP – Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo

OESP – Jornal O Estado de São Paulo

Lista de Figuras

Figura 1 - “Carta da Província de Minas Gerais” por Henrique Gerber.....	37
Figura 2 - Detalhe do mapa de Henrique Gerber - Zona de litígio do Rio Sapucaí e do Rio Mogi-Guaçu.....	38
Figura 3 - Detalhe do mapa de Henrique Gerber - Zona de litígio do Rio Grande.....	39
Figura 4 - “Mappa da Região em Litígio entre os estados de São Paulo e Minas Gerais” pela Comissão do IHGSP.....	46
Figura 5 - Mapa da área em litígio entre São Paulo e Paraná.....	47
Figura 6 - Mapa da localização da vila de Santo André da Borda do Campo por Theodoro Sampaio.....	75
Figura 7 - “Mappa da situação das primeiras sesmarias” por Gentil de Moura.....	79
Figura 8 - Detalhe do mapa de Gentil de Moura.....	80

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Frequência de temas da *RIHGSP* de 1895-

1949..... 30

Tabela 2 - Artigos da temática *História de Cidades* dividido por décadas a partir de

1895..... 30

Tabela 3 - Quantidade de trabalhos publicados sobre cada

cidade..... 31

Tabela 4 - Teses de Cesário Motta

Junior..... 61

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 1	26
Cartografando saberes: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo	
1.1. Elencando temas	29
1.2. Definir os limites com história.....	37
1.3. Preencher os limites com história do povoamento.....	50
1.4. Preencher os limites com histórias de cidades.....	54
Capítulo 2	59
Tradicionais e tradicionalistas: fazer a história de São Paulo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo	
2.1. A outra São Vicente: a fundação de Iguape e os primeiros anos da colonização.....	62
2.2. A localização da Vila de Santo André da Borda do Campo.....	70
2.3. A questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais.....	84
2.4. Monografias, Corografias, Topografias? Nomeando uma categoria de texto.....	90
Capítulo 3	98
São Paulo dividido entre o popular e o progresso	
3.1. Em busca do(s) popular(es).....	100
3.2. Em oposição ao popular, o progresso.....	111
Conclusão	121
APÊNDICE A – Levantamento da RIHGSP separada por volumes	126
FONTES	133
DICIONÁRIOS	133
PERIÓDICOS	133
RIHGSP	134
OUTROS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

INTRODUÇÃO

O XXVII Simpósio Nacional de História, organizado pela Associação Nacional de História, ANPUH, em 2015, teve como subtítulo *Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. O questionamento a respeito desses lugares do historiador não é algo recente, e remete à consolidação da disciplina no século XIX¹, porém, na conjuntura recente do Brasil, das primeiras décadas do século XXI, torna-se de fato atual. A regulamentação da profissão de historiador movimentou novamente a busca pela legitimação desse ofício. O que faz o historiador e para que serve o que o historiador faz?

Este questionamento sobre a particularidade do ofício do historiador não é exclusividade do cenário brasileiro. Desde a década de 1970, a disciplina histórica atravessou mudanças que buscaram superar a contestação da história produzida naquele momento, uma história dita moderna. Essas mudanças levaram à necessidade de repensar os parâmetros teóricos e metodológicos da disciplina. Na introdução de *A Arqueologia do Saber*, publicado em 1969, Michel Foucault apresenta um panorama da produção histórica oitocentista: uma história imóvel, preocupada com o mundo político e com as continuidades. Apesar de algumas mudanças, para Foucault, essa forma do *fazer história* não havia sido profundamente modificada ainda no século XX. Foucault propunha aos historiadores uma superação desse paradigma ao enfatizar uma história pautada na descontinuidade e no questionamento de sínteses estabelecidas e continuidades².

Alun Munslow no livro *Desconstruindo a História*³ aponta que, nos últimos anos do século XX, um grupo de historiadores dedicou-se a pensar a história sob um viés nomeado desconstrucionista. Este grupo, múltiplo, mas com pontos de convergência e, também, será associado a denominação giro linguístico, questionou a história moderna e voltou-se para a particularidade narrativa do texto histórico. Ao considerar que o passado é uma construção narrativa, nega-se a possibilidade de uma verdade histórica absoluta; e, se o passado é construído, o conhecimento histórico não pode ser objetivo, pois carrega marcas daquele que produz a narrativa sobre este tempo: o historiador. A partir da crítica à objetividade e à verdade histórica dos modernos, os desconstrucionistas definiram não ser possível acessar o passado como ele realmente foi. Assim, somente haveria representações narrativas.

¹ Uma discussão inicial sobre esta questão pode ser vista em: DOSSE, François. História e Historiadores no século XIX. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

² FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p.5 et. seq.

³ MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Esta reflexão do ofício do historiador estaria continuamente sendo recuperada a cada mudança de paradigma, muito pela modificação dos parâmetros de análise do passado. Para Jurandir Malerba, a constante revisão desses critérios por diferentes paradigmas estaria no centro da formação daquilo denominado historiografia⁴. Ao tentar delimitar o conceito de historiografia, Malerba afirma que a crítica historiográfica deveria ser algo inerente à função do historiador, pois, para a renovação das narrativas históricas, é necessário conhecer a produção anterior ao conhecimento por ele investigado⁵. A necessidade de localizar o conhecimento atual com a produção precedente levou à formação de um campo de estudo específico, o qual buscou historicizar essas mudanças. Esse campo seria a história da historiografia.

Próximo aos problemas colocados pelo giro linguístico a partir da década de 1970, o campo de pesquisa da história da historiografia consolidou-se nesse contexto de mudanças e de criação de novas problemáticas à disciplina histórica e ao ofício do historiador. Abdicando da busca pela objetividade e pela verdade histórica, o texto assume centralidade em uma investigação que objetiva a desnaturalização de conceitos e consensos a respeito do passado e, em consequência disto, a emergência de diferentes passados construídos historicamente por homens e mulheres em diferentes períodos⁶. A abordagem da história da historiografia, ao mesmo tempo que carrega essa potencialidade epistemológica, também possibilita o questionamento do historiador sobre o seu próprio tempo⁷. Perceber o passado como construção histórica expõe escolhas, omissões e, em determinados casos, aponta continuidades.

Desta forma, ao entendermos o passado como construção de narrativas buscaremos expor os mecanismos que possibilitaram tal obra. Neste trabalho, especificamente, falaremos sobre o caso de São Paulo. As imagens associadas ao Estado, a locomotiva e os bandeirantes, símbolos construídos ao longo das primeiras décadas republicanas. Atualizados no século XX, estão hoje presentes em livros didáticos, na toponímia, na paisagem urbana da capital do

⁴ MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *A História Escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 17.

⁵ Ibid., p. 15.

⁶ GUIMARAES, Manoel Luis Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora (UNISC)*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n.1, p. 31-47, jan./jun. 2005. p.43 et seq.

⁷ Jurandir Malerba, ao historicizar a formação do conceito de historiografia retoma a definição de Benedetto Croce, de que a historiografia é essencialmente contemporânea, do interesse do historiador ou de uma sociedade sobre sua condição de existência. Cf. MALERBA, 2006, op. cit., p. 20.

Estado de São Paulo e nas propagandas políticas⁸. No entanto, quando, como e por que eles foram construídos? Qual processo possibilitou a naturalização desses símbolos? Durante este trabalho, veremos que será enfatizada a primeira pergunta e será indicado o caminho para responder a segunda questão.

O Estado e o município de São Paulo, na virada do século XIX, passaram por um crescimento econômico acelerado propiciado, principalmente, pela cultura cafeeira, e que foi acompanhado pelo domínio político-econômico paulista nos primeiros anos da República. A perda do poder político, marcada pela perda da presidência por um representante desse Estado, levou a uma reiterada defesa por maior participação política. Mesmo que o café ainda proporcionasse predomínio econômico às elites locais. Para legitimar a defesa desta preponderância do Estado durante o referido período, intelectuais e instituições locais construíram um discurso defendendo a singularidade paulista na história, o que justificaria o protagonismo dele neste contexto. A historiografia já buscou problematizar essa questão, por vezes priorizando a questão regional, em outras buscando entender a dimensão simbólica da questão.

O livro *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira*⁹, publicado em 1982, por Joseph Love é um dos primeiros e mais importantes estudos para entender o regionalismo paulista. Ao apresentar uma ampla análise dos aspectos políticos, econômicos e culturais que motivaram a defesa da liderança paulista no contexto da federação no começo do século XX, Love defende que São Paulo desafiou a Capital federal e buscou conquistas no plano econômico e no cultural. O primeiro aspecto foi alcançado com a economia cafeeira, porém, além de deter a maior economia, era necessário, também, controlar as políticas monetárias. O autor afirma que, em um primeiro momento São Paulo buscou o domínio político e econômico, e já no início do século XX trocou o controle do executivo pelo apoio federal ao setor cafeeiro. Love ainda aponta para o dinamismo e as contradições da sociedade paulista

⁸ ABUD, Katia Maria. A ideia de São Paulo como formador do Brasil. In. FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli. *Encontros com a história: percursos históricos historiográficos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999; FERRETI, Danilo. *A Construção da paulistanidade: Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 2004; MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 6-7, p. 9-36, 1998-1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v6-7n1/02.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2016; RODRIGUES, João Paulo. Entre Permanências e Descontinuidades: o levante 'constitucionalista' de 1932 e a batalha contra o esquecimento. *Patrimônio e Memória (UNESP)*, Assis, SP, v. 5, n.1, p.39-63, out. 2009. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/71/515>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

⁹ LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

como frutos de uma fronteira em expansão, da imigração europeia e da ascensão de uma nova metrópole¹⁰.

Katia Abud analisa essa questão em sua tese de doutorado, *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*¹¹, defendida em 1985, ao estudar a historiografia paulista produzida entre 1890 e 1930. Abud afirma que neste processo de construção de uma nova história de São Paulo, atendendo aos interesses de sua elite política, as bandeiras e os bandeirantes surgiram como aspectos centrais. Retomando-se a atuação dos paulistas no povoamento e expansão territorial durante a época colonial, as características associadas aos bandeirantes por uma historiografia desenvolvida no século XVIII: “nobreza, valor, coragem, superioridade racial”¹², são transpostas para esta elite no início do século XX. A construção dessa ligação entre o paulista do século XVII e o paulista do século XX serviu como justificativa de um projeto histórico e político no quadro da Primeira República, que era senão a defesa deste predomínio paulista na federação¹³.

Publicados na década de 1980, os trabalhos de Love e Abud são focados na questão regional, porém, o segundo mostra-se mais preocupado com a questão cultural e historiográfica. O tema foi seguido nas décadas de 1990 e 2000 por outros estudos que aprofundaram a análise da construção dessa identidade regional. No artigo *Ufanismo Paulista: vicissitudes de um imaginário*¹⁴, publicado em 1992, Maria Isaura de Queiroz amplia a discussão, presente no trabalho de Katia Abud, em torno da dimensão simbólica e da integração que o bandeirante exerceu neste contexto. A autora expõe como a ligação do bandeirante com a elite foi posteriormente expandida, principalmente após a Revolução Constitucionalista de 1932, unindo o significado histórico ao significado geográfico, ao ampliar a identidade ligada aos bandeirantes da elite paulistana para toda a população do Estado de São Paulo.

Outro trabalho importante é a tese de livre-docência de Antônio Celso de Ferreira *A epopeia bandeirante*¹⁵, publicada em livro em 2002. O autor contempla o viés historiográfico

¹⁰ LOVE, op. cit., p. 140.

¹¹ ABUD, Katia. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. 1985. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

¹² Ibid., p.132.

¹³ Ibid., p. 132, p. 207.

¹⁴ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, São Paulo, v. 13, p. 78-87, 1992. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25601/27343>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

¹⁵ FERREIRA, Antônio Celso. *A Epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

com foco na produção histórica dessa identidade regional por meio de instituições científicas como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a Academia Paulista de Letras. Retomando aspectos apresentados por Love, Abud e Queiroz, Ferreira tenta expor a dinâmica destes aspectos presentes nestas agremiações, o domínio paulista na federação e a construção de uma identidade regional valorizando a figura do bandeirante, os fatos e feitos paulistas. O que estava em jogo era a produção de uma história regional elegendo fatos e personagens paulistas da história nacional, sobrepondo o nacional pelo local¹⁶. Para isso, as instituições paulistas criadas, principalmente no fim do século XIX, foram locais privilegiados para a construção dessa narrativa.

Se essas imagens foram construídas por letrados no começo do século XX, como se deu o processo de naturalização ao longo do século? Joseph Love aponta que se o café garantiu a posição de preeminência, a industrialização serviu para preservá-la¹⁷. Katia Abud salienta, ainda, a permanência dessas imagens nos livros didáticos. A naturalização desse discurso presente no dia a dia da população paulista motivou a questão apresentada no início desse trabalho: como essas imagens foram construídas? Tendo em vista que uma ampla bibliografia havia tratado da construção de uma identidade regional paulista, quais eram as possibilidades de contribuir para ampliar essa discussão?

Se a ligação dessa identidade com o bandeirante havia sido amplamente estudada, a pesquisa dedicou-se a pensar uma espacialidade paulista a fim de compreender como a construção desse espaço contribuiu para criar essa identidade. No encontro desses problemas algumas hipóteses/questões foram delineadas: poderíamos pressupor que houve a formação de uma região denominada São Paulo no início do século XX? As histórias locais do Estado de São Paulo contribuíram para a formação deste discurso e constituíram novos discursos? Como a definição de limites e a dinâmica do povoamento do Estado contribuíram para a formação desse espaço? Essas perguntas carregavam a tentativa de historicizar esse discurso, pois o questionamento desse espaço também levaria ao questionamento dessas imagens historicamente naturalizadas:

Região: palavra, sentido, delimitação, conceito temporal. Pensar as conformações das mais variadas invenções de sentido para esse conceito histórico pode ser um dos problemas do historiador na atualidade. Perguntar como as mais diversas regiões foram inventadas nos localiza, a nós historiadores, teoricamente em um quadro epistemológico que reavalia o paradigma moderno de escrita da história. A nossa insatisfação, angustiante muitas vezes, diante dos conceitos fixos, das versões de verdade que

¹⁶ FERREIRA, 2002, op. cit., p.110.

¹⁷ LOVE, op. cit., p.63.

tentaram relativizar a própria noção de verdade oitocentista com uma roupagem nova, mas ainda muito positiva, nos leva ao distanciamento da busca por racionalidades encontradas a partir de métodos, e nos aproxima do questionamento a respeito das construções que homens e mulheres em tempos e espaços múltiplos fizeram do seu mundo vivido. Questionar os pactos de verdade historicamente estabelecidos a respeito da região é colocar a própria região em questão.¹⁸

Questionar o conceito de região também acarreta em refletir o campo de estudo da história regional. Hélio Rabello Cardoso Jr. no artigo *O conceito de região e problemas filosóficos*¹⁹, ao analisar esse campo através dos *Annales*, indica como o advento da Nova história cultural, a partir da década de 1970, modificou o sentido dessa produção. Entre as mudanças vivenciadas por esse grupo ao longo de sua história, a busca pela história total foi substituída por uma história local, o *historiador em sobrevoo*, que vê a história de cima, se torna um *historiador andarilho*, que caminha entre o seu objeto de estudo. Essas novas demandas teóricas levariam a necessária renovação da história regional, e para isso Cardoso Jr. propõe a utilização dos termos espaço estriado e espaço liso de Gilles Deleuze. Com foco no segundo termo, este carregaria a possibilidade de entender a formação de um espaço, de um território, de uma região como um espaço aberto, móvel, variável, características expostas pelo uso da metáfora dos povos nômades. Tal grupo ao determinar um trajeto indicava pontos de passagem, mas não necessariamente um ponto de partida.

Durval Muniz Albuquerque Jr. ao nomear seu trabalho *A Invenção do Nordeste* indica essa problematização. Ao pensar a região Nordeste como invenção, Albuquerque Jr. coloca esse espaço em perspectiva. Se a região é inventada, “O que é a região? Qual sua identidade? O que particulariza e individualiza o Nordeste?”²⁰. O objetivo colocado é a análise das condições históricas de emergência de discursos que deram origem ao recorte espacial Nordeste. Até o início do século XX, a unidade, Nordeste, não existia. Na década de 1920, no entanto, discursos e práticas discursivas se articularam para criar essa noção.

Regiões são resultados de processos específicos, em tempos específicos, sujeitos a um constante movimento de construção e desconstrução a partir das mudanças que operam no

¹⁸ ANHEZINI, Karina. São Paulo nunca coube dentro de suas fronteiras: a escrita da história de Afonso de Taunay e a invenção das regiões. In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; STANCZYK FILHO, Milton (org.). *História e região: Espaço, Linguagem e Poder*. São Paulo: Alameda, 2010.

¹⁹ CARDOSO Jr., Hélio Rebello. O conceito de região e problemas filosóficos. Significado epistemológico da história regional e a constituição histórica do “espaço liso” e do “espaço estriado”. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, v.2, n.3, p.07-21, set./dez., 2011. Disponível em: <revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/download/3074/2412>. Acesso em: 18 set. 2016.

²⁰ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 32.

nível discursivo. Desta forma: “Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza”²¹.

Duvidar da fixidez do espaço e historicizar sua construção levaria à busca pela desnaturalização desses discursos de supremacia. Abre-se a possibilidade de entender o passado como invenção, e com isso, buscar não mais uma verdade única, mas verdades datadas historicamente. Aprofundamos assim, a ligação dessa discussão com os problemas levantados atualmente pela história da historiografia. Perguntar *como* e *por que* se escreveu a história em determinado período e por determinada sociedade, e quais os mecanismos que possibilitaram sua emergência e construção, leva ao questionamento presente, mas, além disso, torna ao mesmo tempo uma própria reflexão do papel do historiador e de seu ofício de mediador dessa escrita da história regional, que poderia de algum modo corroborar o discurso naturalizado²².

Poderíamos perguntar como seria possível definir essas regularidades, as condições de emergência destas construções? Michel Foucault no livro *A Arqueologia do Saber* apresentou uma possibilidade para investigar esses enunciados e regularidades que tornariam possível emergir essa região inventada: analisar as formações discursivas. Põe-se em questionamento as sínteses acabadas, busca-se desnaturalizar noções preestabelecidas e mapear a possibilidade de emergência dos discursos. Se Foucault propôs uma história descontínua, ao contrário da continuidade moderna, o problema colocado volta-se para o recorte e para o limite. Mas como definir recortes e limites? Há a necessidade de partir de algo preestabelecido, mas é necessário questionar seus contornos, desnaturalizar essa unidade e construir outra, buscando as condições de emergência: por que isso foi dito e aquilo silenciado? Por que aqui e não em outro lugar?

Para Foucault, a unidade não estaria na coerência entre enunciados, objetos, temas, mas, antes de tudo, nas regras que regem a formação dessas unidades. Desta forma, a *arqueologia* de Foucault expõe um caminho metodológico:

²¹ ALBUQUERQUE JR., 2009, op. cit., p. 35.

²²ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v.10, n.17, p. 55-67, jan./jun., 2008. Disponível em: <[http://ojs.ws.ufgd.edu.br/index.php?journal=FRONTEIRAS&page=article&op=view&path\[\]=62&path\[\]=72](http://ojs.ws.ufgd.edu.br/index.php?journal=FRONTEIRAS&page=article&op=view&path[]=62&path[]=72)>. Acesso em: 29 jul. 2016.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*²³.

Para analisar a possibilidade de formação de uma “região São Paulo” seria necessário mapear os enunciados, temas, objetos e as condições que tornaram possíveis sua emergência dentro do recorte. Se for possível definir regularidades entre esses enunciados, podemos determinar que houve uma formação discursiva, e assim esta região denominada São Paulo.

Tendo traçado até aqui um panorama geral da pesquisa e levantado algumas hipóteses, apontamos um objetivo central a fim de responder tais hipóteses: analisar a formação discursiva da espacialidade paulista no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Entendido como importante centro para produção deste projeto de história, o IHGSP congregava grande parte do cenário intelectual paulista do período. Além disso, a publicação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, desde o segundo ano da agremiação, proporcionava um veículo onde as produções destes letrados eram divulgadas²⁴. A partir disso, era necessário definir o recorte temporal. Os anos de 1895 e 1949 foram escolhidos a partir dessa centralidade assumida pela revista e pelo texto. Em 1895, foi publicado o primeiro volume da revista, e em 1949, foi publicado o volume 44, onde constavam os discursos da sessão de comemoração dos 50 anos do Instituto. A escolha dessa data limite expunha a tentativa de fechar um ciclo, e é entendida na pesquisa como um momento de balanço pelos seus sócios. Nas sessões ao longo do mês de novembro de 1944 delineavam-se alguns questionamentos, presentes nesses discursos: o que havia sido produzido? Quais objetivos foram alcançados? Quais os próximos caminhos a serem tomados? Talvez essa última estivesse mais implícita na publicação, pois, ao se voltarem para o momento de formação do Instituto, notabilizou-se a necessidade de também pensarem o

²³ FOUCAULT, op. cit., p. 43.

²⁴ Dentre as obras que fizeram uso da *RIHGSP* temos: FERREIRA, 2002, op. cit.; MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias Raciais e interpretação histórica: O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis; PEREIRA, Maria Aparecida. *Subsídios para a história da educação no Brasil: um estudo da revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. 2014. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2355/6509.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 ago. 2016; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

presente da Instituição na década de 1940. Tal momento possibilitou, assim, criar um nexo entre o que foi proposto nos primeiros anos da Instituição - ideias, objetivos, caminhos - e como tais aspectos se desenvolveram e se modificaram durante esse meio século de existência do Instituto.

Assim, a análise da *RIHGSP* resultou em um levantamento inicial de 79 artigos que compõem o *corpus* documental desta pesquisa. Após a leitura, foram fichados e separados em temas, podendo ser visto no apêndice A. Outros artigos da *RIHGSP* foram utilizados sem necessariamente estarem presentes neste levantamento. Também utilizamos, adicionalmente, algumas outras fontes que tornaram possível entender as condições de emergência e do desenvolvimento de determinados enunciados. Dentre estes podemos destacar os periódicos *O Estado de São Paulo* e *Correio Paulistano*, e o volume XI dos *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. Nas citações da *RIHGSP*, assim como nas dos periódicos e de outras fontes aqui vistas, a escrita foi atualizada seguindo a gramática e ortografia atuais, conservando apenas seus títulos na grafia original. Além disso, as biografias dos autores presentes no levantamento, referenciadas nas notas de rodapé, foram construídas, em sua maioria, a partir da consulta ao *Dicionário de Autores Paulistas*²⁵. No entanto, foi necessário recorrer a outras fontes como livros, jornais e blogs devido à dificuldade de acessar as informações de alguns autores.

A confecção do primeiro capítulo buscou apresentar um panorama geral da *fonte*, e a partir da sua análise, os trabalhos foram separados em temas. A divisão temática é apresentada no subtítulo *Elencando Temas* a fim de entender como a produção histórica desses letrados estava orientada: quais problemas eram colocados por estes trabalhos? Quais objetivos eram buscados? Os temas com maior quantidade de trabalhos expõem a preocupação espacial da pesquisa: *História de cidade e Colonização e Povoamento de São Paulo*. Após a apresentação dos aspectos gerais presentes neste levantamento, foram selecionados três temas para ampliar e aprofundar a análise dos enunciados presentes nestes trabalhos: *História de cidade, Colonização e Povoamento de São Paulo* e *Questão de limites*.

No subtítulo *Definir os limites com história* foram analisados os trabalhos sobre a questão de limite entre São Paulo e Minas Gerais, e entre São Paulo e Paraná. A produção desse tema está centrada nos trabalhos de Orville Derby que apresentava amplos estudos

²⁵ MELO, Luís Correia de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

sobre a documentação, mas também apresentava uma preocupação geográfica em seus trabalhos. Buscamos responder à pergunta: qual o sentido de definir os limites da província?

No subtítulo seguinte, *Preencher os limites com história do povoamento*, exploramos os trabalhos publicados por Theodoro Sampaio que abordam a colonização e povoamento de São Paulo até o século XIX. A atuação de Sampaio e Derby na Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo levou ao questionamento se haveria uma complementariedade entre os trabalhos de ambos. Definir os limites estava diretamente conectado a história do povoamento do Estado?

Por último, o subtítulo *Preencher os limites com histórias de cidades* buscou continuar a ideia presente no tópico anterior: as histórias de cidades também estariam preenchendo este espaço que era definido como São Paulo? Foram priorizadas algumas cidades divididas em dois blocos: cidades de povoamento antigo e cidades de povoamento recente. Analisamos como a dinâmica do povoamento do território paulista estava presente nesses trabalhos buscando um encadeamento com os trabalhos de Theodoro Sampaio, e, mais importante entender que especificidade esses trabalhos carregavam no panorama geral da produção histórica do IHGSP.

No segundo capítulo, intitulado *Tradicionais e tradicionalistas: fazer a história de São Paulo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, voltamos para uma preocupação do campo de pesquisa da história da historiografia, ao buscar entender *como e por que* essa história foi escrita. As perguntas principais a serem respondidas foram: qual a importância do documento para esta produção? Quais os procedimentos utilizados para analisar esses documentos? Uma clara dificuldade na análise desses textos foi o fato de que não eram textos metodológicos, mas, antes de tudo, eram estudos sobre determinados problemas e por sua natureza deixavam mais evidente os caminhos percorridos na análise das fontes e dos acontecimentos.

No primeiro subtítulo *A outra São Vicente: a fundação de Iguape e os primeiros anos da colonização*, apresentamos os trabalhos produzidos por Ernesto Young acerca da cidade de Iguapé. Os trabalhos de Young buscaram determinar quem foram os primeiros europeus que se estabeleceram nessa região, e para tanto, mobilizaram procedimentos para analisar as fontes e superar ambiguidades presentes nos documentos. Além disso, o problema das singularidades locais, tateadas no primeiro capítulo, são retomadas de forma mais ampla ao considerarmos o desenvolvimento da disciplina histórica no Brasil entre o século XIX e o

século XX. As dúvidas acerca do que deveria ser priorizado em uma nova história do Brasil, a busca da síntese ou a produção de história locais, é pensada a partir da produção de Young e sua relação com o debate maior que se desenvolve nesse momento de mudanças da cultura histórica nacional.

No subtítulo seguinte, *A localização da Vila de Santo André da Borda do Campo*, nos dedicamos a entender o problema indicado pelo título, recorrente entre as décadas de 1910 e 1920 no IHGSP. Tal preocupação surgiu a partir das comemorações do IV centenário do Descobrimento do Brasil. O interesse pelos primeiros anos da nação jogava novos olhares sobre a vila de Santo André e sobre seu fundador, João Ramalho. Santo André havia sido a primeira vila a ser erguida no interior do continente? Para uma história voltada para os temas da expansão e povoamento do Brasil era uma questão importante a ser respondida. A disputa pela localização movimentou embates entre os letrados do Instituto, que se dividiam na defesa dessa ou daquela localização, mesmo que as diferentes localizações em diferentes trabalhos fossem conclusões tiradas a partir dos mesmos documentos.

No subtítulo *A questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais*, a ampla documentação utilizada por Orville Derby foi vista com outros olhares. Buscamos entender os procedimentos metodológicos utilizados nos trabalhos para analisar os documentos produzidos sobre os litígios. Apuramos aqui, em adição a *RIHGSP*, o volume XI dos *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo* projeto que objetivava reunir extensa documentação sobre a questão de limites com Minas Gerais.

No subtítulo *Monografias, Corografias, Topografias? Nomeando uma categoria de texto*, as histórias de cidades são analisadas a partir da hipótese da nomeação dessa temática por determinado termo poderia expor alguma orientação metodológica. Corografia, Topografia e Monografia, são alguns dos diferentes termos defendido por alguns autores e utilizados como nomeação de seus textos. Essas nomeações são recorrentes ou somente exceções? Elas expunham indefinições no projeto histórico do IHGSP?

O terceiro capítulo, que fecha esta dissertação, intitula-se *São Paulo dividido entre o popular e o progresso*, e buscou construir essa dicotomia presente em diferentes trabalhos acerca de categorias opostas: popular e progresso, velho e novo, campo e cidade. Se nos capítulos anteriores delineamos temas, teorias, métodos, ao final chegamos às imagens construídas acerca de São Paulo, aprofundando o entendimento dessa identidade e de sua especificidade. Buscamos entender como os trabalhos da *RIHGSP* construíram essas

categorias e quais imagens foram associadas a elas, além de analisar qual foi a relevância de ambas para formação de uma imagem sobre São Paulo.

No subtítulo *Em busca do(s) popular(es)*, foram retomados os trabalhos que problematizaram a categoria popular na *RIHGSP*. A análise desses trabalhos trouxe a necessidade de construir uma relação com uma discussão mais ampla presente no debate intelectual desse período quanto à identidade nacional. Repensar os parâmetros que definem a nação, além de pensar o tipo nacional, eram temas convergentes, tornando possível entender a inserção dos trabalhos da *RIHGSP* nessa discussão. Assim, levantamos uma hipótese: a construção da categoria popular presente nos trabalhos objetivava determinar uma especificidade paulista? E se sim, quais os parâmetros definidos para esse popular?

No subtítulo seguinte, *Em oposição ao popular, o progresso*, continuamos a análise buscando entender a noção do inverso do popular. Utilizando principalmente de histórias de cidades e relatos de viagem, procuramos entender *como* esta categoria progresso foi utilizada nestes trabalhos, e ainda, se outras imagens foram associadas a essa categoria. Se o popular parecia indicar o passado, o progresso indicava as transformações vivenciadas pela Capital e pelo Estado de São Paulo na virada do século XIX – em que o ideal de modernidade e civilização esteve presente para se pensar o progresso. No encontro dessas duas categorias, popular e progresso, buscamos delinear uma imagem ligada a essas transformações: como elas se relacionam para explicar a experiência do tempo do IHGSP?

Nos capítulos apresentados buscaremos respostas aos problemas expostos aqui e aos outros que surgiram a partir da análise da fonte e da bibliografia. Para além disso, o incômodo com o presente leva esta pesquisa adiante, tanto em texto como contexto. Se o ofício do historiador é questionado, os problemas colocados pela sociedade tornam este aspecto mais complexo: como o historiador pode contribuir para essas discussões? O passado pode contribuir para compreender o presente, entender às construções históricas que nos cercam e os jogos de poderes engendrados no nosso cotidiano. Desconstruir a arquitetura dessa construção é o convite que fazemos nesta pesquisa para problematizar a ideia de São Paulo como locomotiva da nação.

Capítulo 1

Cartografando saberes: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

*“Comemorando o jubileu de sua fundação o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo realizara hoje, 1º de novembro, às 21 horas, à rua Benjamin Constant n. 152, uma sessão solene [...]. A sessão será pública estando franqueada a entrada no recinto”*²⁶

A edição de 1º de novembro de 1944 do jornal *O Estado de São Paulo* noticiava a comemoração do jubileu do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e convidava a comunidade a participar da sessão solene – pública e aberta a todos. A notícia não era mero convite e retomava, no pequeno espaço do texto, alguns aspectos da história da Instituição: a figura dos idealizadores da sociedade, a revista, a sua biblioteca e seu arquivo, e ainda, apresentava o Instituto como primeiro local em que Euclides da Cunha apresentou “alguns trechos de uma obra que está escrevendo”.

Os diversos discursos apresentados nas quatro sessões do mês de novembro que constituíram as comemorações do jubileu da agremiação, buscaram cobrir os mais diversos aspectos da história do Instituto. Os presidentes honorários e efetivos do Instituto, os sócios-fundadores ainda vivos e os grandes vultos que fizeram parte do Instituto, tiveram lugar nas falas de diferentes integrantes: Afonso de Taunay, Tito Lívio Ferreira e Aureliano Leite. A história do Instituto, e dos indivíduos que fizeram parte dele, era retomada tanto para justificar o passado quanto o presente:

Voltados para o passado, mas dentro do presente, os fundadores desta Casa tradicional e tradicionalista queriam reviver os fastos de nossa terra e de nossa gente, de forma a projetá-los no futuro, reavivando-os.

[...]

Preservar e defender esse passado; fazer todos os esforços para mantê-lo vivo na consciência da comunidade; conservar-lhe através dos tempos o sentido heroico [...]. E daí o dever que se impuseram os membros deste sodalício, de alertar nos brasileiros o desejo de conhecer a nossa terra, de compreender a nossa gente, de acender na memória de todos, dentro das coordenadas sociais e geográficas da pátria, o culto votivo dos homens que a

²⁶ COMEMORA-SE hoje o cinquentenário do Instituto Historico e Geografico de S. Paulo. *OESP*, São Paulo, 1 nov. 1944. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19441101-23045-nac-0009-999-9-not>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

construíram, a civilizaram e a enobreceram, e de cuja ascendência tanto nos orgulhamos²⁷.

No discurso de Tito Lívio Ferreira²⁸ sobre os sócios-fundadores ainda vivos havia não somente a construção de um sentido para a fundação do Instituto, mas para a própria História. Se os indivíduos no tempo presente se movimentam para o futuro, eles não podem pertencer ao passado. Porém, esse movimento criava a necessidade de entender esses pretéritos que “nos impressionam, pelo que guardam, pelo que encerram, pelo que ensinam”. Os sócios assim buscaram analisar esse passado, incentivando esse “culto votivo”, de voto, promessa, aos atos heroicos de seus antepassados. No entanto, a visão do passado exposta por Ferreira poderia, também, ser aplicada aos sócios que integraram o Instituto nos seus primeiros 50 anos. Analisar a trajetória do Instituto poderia, desse modo, ser entendida como o “culto” aos sócios-fundadores por representar o passado desse presente durante a sessão de aniversário da instituição.

A solenidade, assim, é entendida como momento de balanço para os sócios do Instituto, principalmente para expor o que havia sido feito e quais objetivos foram alcançados. Fundado em 1894, o IHGSP ocupou-se da produção, discussão e divulgação de uma nova história de São Paulo que justificasse seu domínio político-econômico no quadro da Primeira República²⁹. Se a função desses letrados, segundo Tito Lívio Ferreira, era a de preservar e

²⁷ FERREIRA, Tito Lívio. Os presidentes efetivos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. *RIHGSP*, São Paulo, v.44, 1949. p. 164-165.

²⁸ Tito Lívio Ferreira nasceu em Itapuí em 1894 e faleceu em 1988. Atuou como jornalista e professor.

²⁹ O IHGSP surgia em um momento em que diferentes Institutos Históricos locais surgiam, nas palavras de Antônio Celso Ferreira (2002), a fim de “evidenciar as singularidades locais e sua versão da história pátria”. Essa frase apontaria a reação, mas também a inspiração, no modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB. Fundado na primeira metade do século XIX, este instituto foi responsável por construir a retórica da nacionalidade do Império para a nação recém independente. Desta forma, se organizou e delimitou os primeiros limites da disciplina histórica no Brasil. Sobre o IHGB Cf. GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argmentvm, 2009; GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção do imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, jul./set., 1995; GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>>. Acesso em: 30 set. 2016; HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Sobre os Institutos Históricos Cf. CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos históricos: do Patronato de d. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n40/a04v2140.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2016; GONÇALVES, Tatiana Mol; NICOLAZZI, Fernando. Inventando a historiografia mineira: O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

defender o passado, eles seriam, de fato, guardiões do passado. Quando se identificava o Instituto como “casa tradicional e tradicionalista”, denotava a atenção voltada ao passado, à tradição do estado e à nação na busca de construir esse discurso de predomínio.

A *Revista do IHGSP* nesse contexto foi o principal meio de divulgação da produção intelectual do Instituto. O primeiro volume da Revista foi publicado em 1895, e estava presente como objetivo da Instituição desde a circular convidando para a formação da agremiação: “O desejo de concorrer para a completa elucidação da história e geografia de São Paulo, promovendo a publicação de uma revista que archive os trabalhos úteis que nesse sentido se publicarem”³⁰. Essa mesma característica reaparecia no convite das sessões comemorativas do jubileu da agremiação em 1944, sendo a Revista “repositório precioso de documentos”. Para uma Instituição que prezava e valorizava o documento, tal descrição seria o bastante para expor a sua importância, mas ainda se evocava a publicação de trabalhos de alto valor científico por renomados historiadores e geógrafos, ou ainda, a medalha de ouro conquistada pela publicação na Feira Mundial de St. Louis em 1904³¹.

Escolher a *RIHGSP* para analisar a produção histórica desses letrados corresponde a considerar o papel desempenhado por esse veículo para o Instituto, um meio de divulgar e discutir seu projeto de história, sendo um “arquivo”, um “repositório” dos documentos. Se o jubileu se tornou um momento de balanço, o que foi produzido neste meio século de Instituição? Abordamos a revista a fim de entender os caminhos tomados pela agremiação e suas possíveis escolhas ou mudanças. No entanto, se uma bibliografia já havia tratado da vinculação de uma identidade regional paulista à figura do bandeirante³², quais seriam as outras possibilidades de estudo? Afastados de uma discussão centrada na questão regional e nos regionalismos, voltamo-nos neste trabalho para as categorias discursivas e para as condições de emergência dos enunciados. O que tornou possível a formação da identidade paulista com determinadas características? Partirmos desta noção estabelecida, porém, objetivando questionar seus limites e sua unidade - outro caminho seria possível? O que torna esse saber singular? Quais são suas condições de emergência?

em sua “primeira fase”, 1907-1927. *Revista de Teoria da História*, v. 11, n.1, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/30166/16553>>. Acesso em: 04 dez. 2016; PATRIMÔNIO E MEMÓRIA. São Paulo: UNESP, v. 7, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/13/showToc>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

³⁰ INSTITUTO histórico de S. Paulo. *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 out. 1894. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1894_11384.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2016.

³¹ Exposição Universal de 1904

³² ABUD, 1985, op. cit.; FERREIRA, 2002, op. cit.; LOVE, op. cit.; QUEIROZ, 1992, op. cit.

Algumas outras questões juntaram-se a estas quando nos dedicamos a analisar o contexto da época e a própria singularidade do IHGSP e de sua revista: podemos pressupor que houve a formação de uma região denominada São Paulo no início do século XX? Como os limites físicos dessa região são tratados na Revista? E, estabelecidos tais limites, foi possível construir uma unidade no seu interior? Haveria alguma especificidade na produção histórica do Instituto que tornasse possível uma divisão entre a Capital e o Interior? São perguntas que carregam a tentativa de desnaturalizar imagens e categorias fixas constituintes de tal identidade.

A partir da construção das questões destacadas, foram selecionados 79 artigos publicados na *RIHGSP* entre 1895 e 1949. Na primeira parte do capítulo apresentamos o elenco do material selecionado, a partir de um levantamento dos temas presentes nestes artigos, buscando, assim, destacar nos textos as especificidades e as quantidades de cada um para compreender o papel desempenhado por cada categoria. Na segunda parte, serão analisados alguns temas prevalentes e, portanto, centrais, ou seja, a questão de limites, o povoamento do Estado de São Paulo e as histórias de cidade.

1.1. Elencando temas

Com o objetivo de esquadrihar as principais temáticas dos trabalhos selecionados para a análise, estabelecemos uma divisão pautada na identificação dos assuntos predominantes em cada um dos 79 artigos que compõem o *corpus* documental desta pesquisa.

O tema *Histórias de cidades* concentra a maioria dos trabalhos. Analisando as décadas a partir do primeiro volume da *RIHGSP* (Tabela 2) notamos que, com a consolidação do Instituto, aumentou o número de artigos sobre essa temática, bem como o número de novas cidades estudadas pelos seus sócios. Se na primeira década, de 1895 a 1904, temos somente os estudos de duas cidades, na segunda década há uma expansão das histórias de cidades, tanto em número de artigos publicados quanto na variedade de cidades estudadas, tendência que se regularia e se manteria nas edições posteriores. Exceção foi o período entre 1915 e 1924. Por motivo não explicitado, contou apenas com 3 volumes da Revista, ao contrário da periodicidade anual de anos anteriores. No total há 23 cidades no levantamento, com maioria dos artigos concentrados nas cidades de Iguape, Sorocaba e Itu (Tabela 3).

Tabela 1 – Frequência de Temas da *RIHGSP* de 1895-1949

Tema	Quantidade	%
Histórias de cidades	36	45,56%
Colonização e povoamento de São Paulo	18	22,78%
Biografia e Genealogia	10	12,65%
Estudo geográfico	9	11,39%
Instituto	8	10,12%
Questão de limites	7	8,86%
Relato de viagem	3	3,79%
Cultura popular	3	3,79%
Conflitos	2	2,53%
Vias e meios de comunicação	1	1,26%
Estudo científico	1	1,26%
Comemoração	1	1,26%

Fonte: levantamento elaborado pelo autor³³

Tabela 2 – Artigos da temática *História de Cidades* divididos por décadas a partir de 1895

		Quantidade de artigos	Quantidade de cidades
1ª década	1895-1904	7	2
2ª década	1905-1914	11	10
3ª década	1915-1924	-	-
4ª década	1925-1934	8	7
5ª década	1935-1944	9	7
6ª década	1945-1949	-	-

Fonte: levantamento elaborado pelo autor

³³ Na construção do elenco dos temas, verificamos que alguns dos trabalhos tratavam de mais de um tema. Deste modo, temos no quadro 12 temas identificados nos 79 artigos analisados e a maioria dos trabalhos se dedica a um ou dois dos temas expostos abaixo. Cf. Apêndice A.

Tabela 3 – Quantidade de trabalhos publicados sobre cada cidade

Cidade	Quantidade de Artigos
Iguape	7
Sorocaba	5
Itu	3
Tremembé	1
Taubaté	1
Tatuí	1
Tanabi	1
Serra Negra	1
São Roque	1
São Pedro de Piracicaba	1
São Bento do Sapucaí	1
Santos	1
Santo Antônio da Cachoeira (atualmente Piracaia)	1
Santo Antônio da Boa Vista (atualmente Itaí)	1
Mococa	1
Franca	1
Casa Branca	1
Cananeia	1
Campos do Jordão	1
Bauru	1
Avaré	1
Ariri	1
Amparo	1
Total: 23	Total: 35

Fonte: levantamento elaborado pelo autor

Um aspecto recorrente nas histórias de cidades é a valoração da função ou papel dessas cidades no panorama histórico ou econômico do Estado. Iguape e Tremembé, dessa forma, tornam-se o celeiro de São Paulo³⁴, e Ariri, na região de Iguape, era tida como a “sentinela” da divisa entre São Paulo e Paraná³⁵. Sorocaba era a cidade pioneira na indústria do algodão e o maior centro industrial do Interior³⁶, ainda se destacava por ser o berço de bandeirantes³⁷ e centro do comércio das tropas durante a colônia³⁸. Ainda, Tatuí era a cidade

³⁴MORAES, Diogo de. A zona da Ribeira. *RIHGSP*, São Paulo, v.15, 1910. p. 36; CARVALHO, Vitorino Coelho. Tremembé. Apontamentos históricos-chorographicos e estatísticos. *RIHGSP*, São Paulo, v.17, 1912. p. 132.

³⁵ALMEIDA, Antônio Paulino de. Ariry, histórico de sua fundação. *RIHGSP*, São Paulo, v.26, 1928. p. 203.

³⁶FREITAS JR, Affonso de. A legenda sorocabana. *RIHGSP*, São Paulo, v.23, 1925. p. 365

³⁷ALMEIDA, Luiz Castanho de. Achegas a história de Sorocaba. *RIHGSP*, São Paulo, v.36, 1939. p. 85; FREITAS JR., Affonso de. Sorocaba dos tempos idos. *RIHGSP*, São Paulo, v.27, 1929. p. 100-102.

³⁸Ibid., p. 132.

ao sul do Estado com mais indústrias, depois de Sorocaba³⁹. Tendo em vista esses papéis que as cidades desempenhavam, Ernesto Young⁴⁰ no texto *História de Iguape*⁴¹ afirma em relação à cidade:

Verdade seja que fatos, ocorridos em lugares tais como Iguape que parece isolada do portentoso todo do estado de S. Paulo pouca ou nenhuma influência manifesta podem ter exercido na evolução social ou no progresso material do país. Isso não obsta, entretanto, que o município iguapense seja parte integrante desse grandioso país e que, mais de uma vez, tenha prestado, em ocasião de carestia, relevantes serviços de celeiro aos governos de São Paulo e Rio de Janeiro.⁴²

Apesar da afirmação inicial de que a cidade não tinha grande influência nos acontecimentos do Estado e do país, o argumento central do autor constrói um lugar para o município, “parte integrante desse grandioso país” prestador de “relevantes serviços” aos governos estaduais. Essa argumentação - de valorizar a localidade - é representativa de grande parte dos trabalhos enquadrados neste tema.

O tema *Biografias e genealogias*, ao apresentar o papel desempenhado por personalidades locais, estava diretamente ligado às *Histórias de cidades*. Como afirma Joaquim Silveira Santos⁴³, no trabalho *São Roque de Outrora*; “nas sociedades em via de formação o líder deveria promover o progresso”⁴⁴ e construía-se trajetórias grandiosas para os biografados, com foco no desempenho único deles no desenvolvimento da cidade. Os líderes nessas biografias estavam ligados à religião ou à política e encarnavam o próprio desenvolvimento da cidade.

Havendo a construção de um passado grandioso para os biografados tornava-se natural a tentativa de criar uma ligação dessas personalidades paulistas com a epopeia bandeirante. No artigo *Homens e Aspectos* de Júlio de Mesquita⁴⁵, a trajetória de Joaquim Quirino de

³⁹ MINHOTO, Laurindo Dias. Tatuhy atravez da historia. *RIHGSP*, São Paulo, v.25, 1927. p. 195.

⁴⁰ Ernesto Guilherme Young, nascido Ernest William Young, em Londres, Inglaterra, em 1850 e faleceu em Iguape, São Paulo, em 1914. Atuou como vereador e intendente, cargo equivalente a prefeito, em Iguape. Young participou da criação do Museu Municipal de Iguape sendo nomeado seu primeiro diretor.

⁴¹ YOUNG, Ernesto. *História de Iguape*. *RIHGSP*, São Paulo, v.8, 1903.

⁴² *Ibidem*, p.222.

⁴³ Joaquim Silveira Santos nasceu em São Roque, São Paulo, em 1864 e faleceu em São Paulo, capital, em 1947. Lecionou na Escola Normal de Piracicaba e atuou como jornalista.

⁴⁴ SANTOS, Joaquim Silveira. *São Roque de Outrora*. *RIHGSP*, São Paulo, v.37, 1939. p. 225.

⁴⁵ Júlio César Ferreira de Mesquita nasceu em Campinas em 1862 e faleceu em São Paulo, capital, em 1927. Formado em Direito, atuou como jornalista e foi diretor do jornal *A Província de S. Paulo*, hoje *O Estado de S. Paulo*.

Santos, além das qualidades de visionário e patriota, expunha sua filiação, cujo pai era “paulista inteiriço, tipo completo e genuíno da severa lealdade dos varões de outras eras”.⁴⁶

As genealogias, para tanto, auxiliavam na criação de uma ligação entre famílias importantes de determinada localidade com figuras importantes do passado paulista. Em *Apontamentos genealógicos de família iguapenses*⁴⁷, Ernesto Young traça uma genealogia das famílias de Iguape buscando não somente expor o papel de destaque de algumas personalidades no desenvolvimento da cidade, do Estado e do país, e ligando essas famílias às figuras do bandeirantismo e aos fundadores da localidade.

Os temas *Relatos de viagem* e *Vias e meios de comunicação*, somam 5% do levantamento, evidenciando um importante aspecto para a definição desta imagem de São Paulo na virada do século XIX e também recorrente nas histórias de cidades. Edmund Krug, escrevendo sobre sua expedição à região da Alta Sorocabana, construía-se o cotidiano de uma região pioneira frente à ameaça indígena e ao avanço do povoamento acompanhando pela construção da ferrovia. A ferrovia é esse aspecto recorrente nos textos e está presente no próprio imaginário do Estado, com a ideia de locomotiva. Ela também era associada à ideia de progresso. Assim, a sua chegada era um sinal de desenvolvimento e, consequentemente, quando os trabalhos denunciavam a ausência ou deficiência nos meios de comunicação o argumento principal era o prejuízo para o progresso daquela localidade. Importante notar também que, a maioria dos trabalhos no tema *Relatos de Viagem* era da autoria de Edmund Krug⁴⁸.

O tema *Colonização e povoamento de São Paulo* aparecia logo após *História de Cidade* em número de artigos, somando 22% do levantamento. Os trabalhos sobre Santo André da Borda do Campo concentram a maioria dos trabalhos dessa temática, expondo assim os primeiros rumos do povoamento no interior do continente durante o século XVI. A escolha dos artigos sobre esta localidade foi determinada por uma imagem exposta no trabalho *São Roque de Outrora*. No artigo, Joaquim Silveira Santos afirma que São Paulo de Piratininga funcionava como *célula-mater* do Estado, criando “novos centros vizinhos, e foram se desmembrando, cada vez mais distantes, novos municípios”⁴⁹. Se os trabalhos sobre essa localidade apareceram inicialmente no fim da década de 1910, a discussão sobre a cidade só

⁴⁶ MESQUITA, Júlio. Homens e aspectos - Coronel Joaquim Quirino Santos. *RIHGSP*, São Paulo, v.8, 1903. p. 175

⁴⁷ YOUNG, Ernesto. *Apontamentos genealógicos de família iguapenses*. *RIHGSP*, São Paulo, v.10, 1905.

⁴⁸ Edmund Krug nasceu em Campinas em 1871 e faleceu em 1951. Formado em engenharia, foi presidente da Sociedade Científica de São Paulo.

⁴⁹ SANTOS, Joaquim Silveira. *São Roque...*, op. cit., 1939, p. 221.

seria retomada no volume 29 da *RIHGSP* em 1932, consagrado *As conferências comemorativas do IV centenário da fundação de São Vicente*. Nesse volume, a imagem da *célula-mater* era retomada, mas em relação a São Vicente. Haveria uma disputa entre Santo André e São Paulo para determinar quem desempenharia esse papel no interior do continente? Quais imagens são construídas sobre Santo André e São Paulo nesse momento? Retomaremos estas questões posteriormente.

Grande parte das histórias de cidades retomavam a dinâmica do povoamento. Enquanto os trabalhos sobre Iguape defendiam uma ligação com os primeiros colonizadores, Sorocaba expunha o seu desenvolvimento a partir das rotas das bandeiras e das tropas, entre os séculos XVII e XVIII. Da mesma forma, cidades que se formaram no século XIX e XX, como Avaré, apontavam para a dinâmica do café e da ferrovia, fatores impulsionadores a ocupação do território paulista nesse período. Os diferentes momentos do povoamento de São Paulo foram explorados por Theodoro Sampaio, principalmente no trabalho *S. Paulo no século XIX*, onde ele expunha a inserção dessa nova dinâmica econômica da ocupação do território paulista durante o século.

As temáticas *Instituto*, *Questão de limites* e *Estudo geográfico*, somando 30% dos artigos, reúnem e fecham um bloco com os temas mais trabalhados, de acordo com o levantamento. O tema *Instituto* buscou reunir todos os trabalhos que dissessem sobre a dinâmica de funcionamento do Instituto, como as atas de sessões, discursos de aniversários, entre outros. A maioria dos artigos na *Questão de limites* estava reunida nos 5 trabalhos de Orville Derby⁵⁰ publicados entre 1895 e 1901, concentrados nas disputas de São Paulo com Minas Gerais e Paraná. Outros dois trabalhos, publicados na década de 1920, completavam esse recorte: o volume 24 da *RIHGSP Consagrado a questão de limites entre Minas Gerais e São Paulo*⁵¹ e o trabalho *Ariry, histórico de sua fundação*⁵² de Antônio Paulino de Almeida⁵³. A produção de trabalhos que buscavam definir os limites do Estado apontava algo importante para a definição de uma identidade regional pois, estava muito próxima da definição do outro⁵⁴. Cabe-nos perguntar: como esses trabalhos expõem a questão de limites? Que imagem eles constroem do espaço São Paulo?

⁵⁰ Orville Adelbert Derby nasceu em Kellogsville, EUA, em 1851 e faleceu no Rio de Janeiro em 1915. Participou da Comissão Geológica do Império, dirigiu e fundou a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.

⁵¹ CONSAGRADO a questão de limites entre São Paulo e Minas Geraes. *RIHGSP*, São Paulo, v.24, 1926.

⁵² ALMEIDA, Antônio Paulino de. *Ariry...*, op. cit.

⁵³ Antônio Paulino de Almeida nasceu em Cananéia em 1883 faleceu em São Paulo, capital, em 1969.

⁵⁴ A definição do outro integra a questão de identidade pois, carrega em si a construção de categorias como o estranho e o conhecido. O estranho estaria associado ao medo e ao estrangeiro, mas também a conquista. A

Os trabalhos de Orville Derby também foram associados a temática do *Estudo Geográfico*. A geografia em seus trabalhos aparecia como ciência auxiliar ou até se confundia com a história, principalmente, para análise dos acidentes geográficos utilizados para a demarcação dos limites⁵⁵. Outro trabalho que apresenta essa característica é o já citado *S. Paulo no século XIX*⁵⁶ de Theodoro Sampaio⁵⁷. Num momento em que a geografia também se consolida como disciplina⁵⁸, Sampaio e Derby participavam da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, CGGSP. Fundada em 1886, a Comissão surge graças ao mesmo contexto que possibilitou a formação do IHGSP, um período marcado pelo cientificismo e pela sua centralidade em determinar soluções para diferentes problemas, sejam eles práticos ou simbólicos. Assim, a CGGSP se tornou uma alternativa científica para resolver dificuldades enfrentadas pela cultura cafeeira: a disponibilidade de mão de obra, de terras, a eficiência e o escoamento do transporte⁵⁹. A busca por soluções aliada ao discurso modernizador levou ao empreendimento de expedições de exploração no território paulista contribuindo técnica e cientificamente para expansão da infraestrutura necessária para a cultura cafeeira⁶⁰.

Próximo à problemática dos *Estudos Geográficos* estava o tema *Estudo Científico*. O artigo *Observações sobre a fauna paulista*⁶¹ de Hermann Von Ihering⁶² descrevia a expedição

identidade estava ligada, antes de tudo, a ideia de “pertencimento” que o indivíduo cria com um grupo, sendo antes de tudo esta ligação uma construção sempre em modificação. Cf. BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005; LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

⁵⁵ A relação entre história e geografia neste período foi trabalhada por Temístocles Cezar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, no século XIX. Cf. CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora (UNISC)*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 79-99, jan./jun., 2005.

⁵⁶ SAMPAIO, Theodoro. *S. Paulo no século XIX. RIHGSP*, São Paulo, v.6, 1900-1901.

⁵⁷ Theodoro Fernandes Sampaio nasceu no atual município de Teodoro Sampaio, Bahia, em 1855 e faleceu no Rio de Janeiro, capital, em 1937. Participou da Comissão Hidráulica de Dom Pedro II e da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo.

⁵⁸ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

⁵⁹ FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p.163 et seq.

⁶⁰ FIGUEIRÔA, Silvia F. de Mendonça. ‘Batedores da ciência’ em território paulista: expedições de exploração e a ocupação do ‘sertão’ de São Paulo na transição para o século XX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n.3, p.763-777, jul./set. 2008. p. 769. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000300010>. Acesso em: 29 jul. 2016.

⁶¹ VON IHERING, Hermann. *Observações sobre a fauna paulista. RIHGSP*, São Paulo, v.10, 1905.

⁶² Hermann Friedrich Albrecht von Ihering nasceu em Kiel, Alemanha, em 1850 e faleceu em Gießen, Alemanha, em 1930. Formado em medicina, lecionou no ensino superior e foi diretor do Museu Paulista

de Ernesto Garbe, naturalista-viajante do Museu Paulista⁶³, à região do Noroeste do Estado. Ihering escreveu sobre a localidade, a geografia, a flora e a fauna da região, atravessando o texto pelas problemáticas de civilização e atraso presentes no meio intelectual da Primeira República. Inaugurado em 1894, o museu era mais uma peça deste cenário intelectual paulista: “[...] com o enriquecimento econômico da região, um museu em São Paulo parecia constituir um suporte para outras significações, representando a ascensão de uma nova província no cenário nacional”⁶⁴. Inserido em um contexto de mudanças ocorridas no cenário cultural de São Paulo no fim do século XIX, o Museu Paulista deveria contribuir para o progresso do estado, diminuindo a distância entre a nação real, atrasada, e a almejada, moderna⁶⁵. Nesse período Ihering era diretor do Museu Paulista. Indicado por Orville Derby, Ihering conferiu ao Museu uma marca naturalista⁶⁶, somente após sua saída e a chegada de Afonso de Taunay⁶⁷ à direção é que ele se veria transformado no museu de história pelo qual é notadamente conhecido.

Por último, o tema *Cultura popular* representa 3,79% do total. A busca pelo popular foi uma reflexão em decorrência das mudanças vividas pela cidade de São Paulo na virada do século XIX, contrastando a cidade provinciana e colonial com a metrópole cosmopolita: “As galas e louçanias da moderna metrópole, deixam-se realçar ainda mais, pelo poder mágico das reminiscências, pela faculdade refletora que tudo se evolva, formando alguma coisa a que chamar o horizonte, a perspectiva da história”⁶⁸. Os trabalhos de João Vampré, Afonso de Freitas e Afonso de Freitas Junior apontavam para a influência da Igreja na formação de São Paulo, mas, para além das festas religiosas, a Igreja teria tido um papel civilizador, em confronto com o ímpeto bárbaro do elemento indígena na formação racial do paulista.

⁶³ O relato de viagem de Garbe descrito por Ihering é característico do naturalista-viajante definido por Ana Maria de Alencar Alves. Cf. ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: o Museu Paulista, 1893-1922*. São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 2001. p.106

⁶⁴ SCHWARCZ, op. cit., p. 79.

⁶⁵ ALVES, op. cit., p.71 et seq.; FERREIRA, 2002, op. cit., p.95 et seq.

⁶⁶ Para os estudos sobre o Museu Paulista durante a direção de Herman Von Ihering Cf. ALVES, op. cit.; LOPES, Maria Margaret; FIGUEIROA, Silvia Fernanda de Mendonça. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering (1850- 1930). *Anais do museu paulista*, vol.10-11, n.1, p. 23-35, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v10-11n1/03.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2016; LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Aderaldo&Rothschild; Brasília: UnB, 2009.

⁶⁷ Afonso de Taunay nasceu em Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, em 1876, e faleceu em São Paulo, Capital, em 1958. Formado em engenharia civil, atuou como professor e historiador. Foi diretor do Museu Paulista e presidente do IHGSP.

⁶⁸ VAMPRÉ, João. Factos e Festas na tradição – O S. João e a Procissão de Corpus Christi em S. Paulo. *RIHGSP*, São Paulo, v.13, 1908. p. 292.

O elenco dos temas buscou traçar o panorama geral dos estudos que estavam sendo desenvolvidos por esses letrados. Alguns temas, no entanto, concentraram a maioria das publicações. Questionamos se alguns desses temas seriam mais significativos para o estudo da construção desse saber sobre São Paulo de acordo com o objetivo que traçamos? Seleccionamos, assim, três temas, *Questão de limites*, *Povoamento e colonização de São Paulo* e *Histórias de cidades* para aprofundar a análise dos enunciados presentes nesses textos a fim de entender quais especificidades esses trabalhos apresentavam.

1.2. Definir os limites com história

Questionamos no subtítulo anterior como a questão de limites era trabalhada pelos sócios do Instituto e qual imagem construíam para São Paulo. Este problema é primeiramente publicado nas páginas da *RIHGSP* no fim do século XIX, sendo assim, buscaremos analisar a emergência e o desenvolvimento dessa questão ao longo do tempo e principalmente na produção de Orville Derby, que se voltou para essa problemática nos primeiros anos do Instituto.

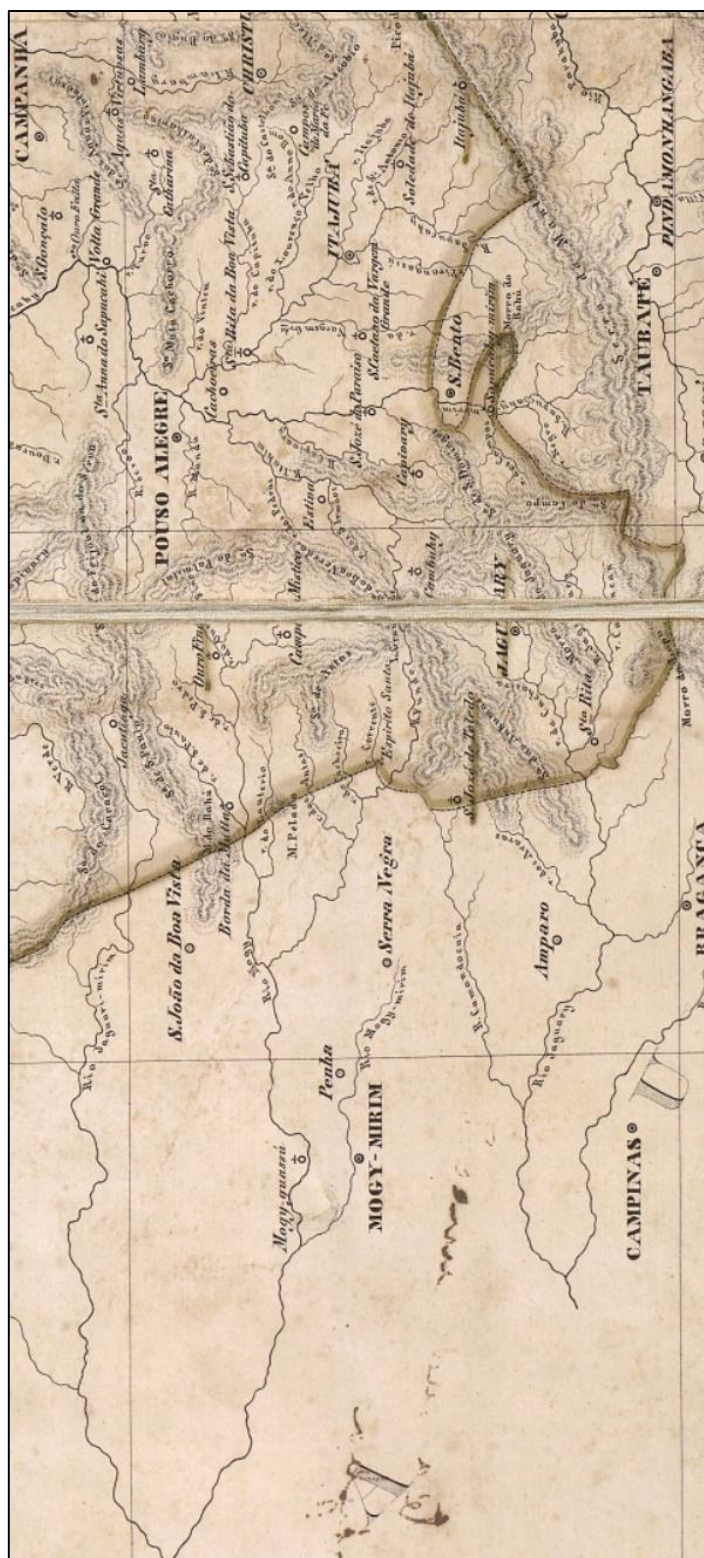
Figura 1 - “Carta da Província de Minas Gerais” por Henrique Gerber.



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.⁶⁹

⁶⁹ Disponível em: <<http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/20155>>. Acesso em: dez. 2015

Figura 2 – Detalhe do mapa de Henrique Gerber - zona de litígio do Rio Sapucaí e do Rio Mogi-Guaçu



No mapa podemos encontrar a povoação de Sta. Anna de Sapucaí, na grafia, logo acima de Pouso Alegre. Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.⁷⁰

⁷⁰ Disponível em: <<http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/20155>>. Acesso em: jul. 2016.

Figura 3 - Detalhe do mapa de Henrique Gerber - zona de litígio do Rio Grande



Na parte inferior deste detalhe, podemos encontrar a povoação de Jacuhy, localidade recorrente nos trabalhos de Derby pelas disputas que se envolveu com a cidade de Franca na questão de limites. Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.⁷¹

⁷¹ Disponível em: <<http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/20155>>. Acesso em: jul. 2016.

A disputa em torno das divisas entre São Paulo e Minas Gerais tiveram origem durante o século XVIII, principalmente durante a supressão da capitania de São Paulo entre 1749 e 1765⁷². Se na primeira metade do século XVIII grande parte da região em litígio ainda era deserta, o posterior povoamento dessa área e as descobertas de ouro na região alimentaram os embates. Os frequentes conflitos levaram o governo de São Paulo a se queixar, em 1814, de que as trocas do governador do Estado de Minas Gerais levavam a novos ensaios de agressão “como se fosse experimentar a mão do novo governador”⁷³. A independência do Brasil, inclusive, não modificou o quadro e até intensificou o domínio dos interesses individuais. As autoridades locais se designavam mineira ou paulista de acordo com a conveniência da situação.

A questão de limites foi abordada pela primeira vez em 1827 na Câmara dos deputados do Império, onde o deputado paulista Nicolau Pereira de Campos Vergueiro reafirmava a defesa do Assento de 12 de outubro de 1765, determinando a divisa pelo Rio Sapucaí (ver figura 2). Em 1836 e em 1867, o Senado voltava à questão de limites e solicitava informações ao governo sobre a conveniência de alterar as divisões existentes. Contudo, as informações fornecidas não esclareceram o assunto e não justificavam qualquer ação por parte da Casa. Apesar do litígio continuar sem solução até o período republicano, a publicação em 1862 do mapa da província de Minas Gerais, feita pelo engenheiro Henrique Gerber havia gerado uma trégua na questão de limites nos últimos anos do século XIX (ver figura 1).

O aparente fim da trégua esteve na motivação para a formulação do volume XI dos *Documentos interessantes para história e costume do estado de São Paulo*. Em 1894, o governador de Minas Gerais, Affonso Pena, queixava-se que as autoridades paulistas de Espírito Santo do Pinhal estavam invadindo o distrito mineiro de Santo Antônio do Jacutinga. Bernardino de Campos, então governador de São Paulo, a fim de contrapor as acusações, solicitou a Repartição de Estatísticas e Arquivo do Estado a reunião de documentos sobre a questão de limites entre os dois estados. O resultado desse trabalho foi publicado no volume XI dos *Documentos interessantes*, em 1896, organizado por Antônio de Toledo de Piza e prefaciado por Orville Derby, ambos sócios do IHGSP. Toledo Piza era, assim como Derby, um dos sócios-fundadores do IHGSP e, um ano antes da fundação do Instituto, em 1893, foi designado chefe desta Repartição. No Arquivo do Estado, Toledo Piza direcionou a ação da repartição para além da análise e produção de estatísticas, buscando e publicando novos

⁷² DERBY, Orville. São Paulo e Minas Geraes, antigas divisas. *RIHGSP*, São Paulo, v.4, 1898-1899. p. 454.

⁷³ Idem. Prefácio. In: *DOCUMENTOS Interessantes...*, op. cit., p. LXXXII.

documentos sobre a história colonial em São Paulo⁷⁴. A organização e publicação da série *Documentos interessantes* foi uma das primeiras iniciativas de Antônio de Toledo Piza à frente da direção do Arquivo, publicação iniciada em 1894⁷⁵.

Em 1898, Toledo Piza, também com a colaboração de Derby, publicou o livro *Questões de Divisas entre São Paulo e Minas Gerais* resultado do trabalho de descoberta e análise das fontes sobre essa questão. O livro havia sido publicado anteriormente, no mesmo ano, como suplemento do jornal *Correio Paulistano*. No artigo do periódico, Piza dimensiona a importância do problema:

Estas questões não podem ficar eternamente sem uma solução definitiva, porque são fontes de contínuos choques entre os governos dos dois Estados e frequentemente perturbam a paz e a harmonia que devem existir entre os seus habitantes. Uma solução definitiva, imediata, que corte de uma vez para sempre, pela raiz, todos os germens de futuras discórdias, se impõe como uma das mais ardentes aspirações dos bons cidadãos e como uma das maiores necessidades para a paz e harmonia dos povos.⁷⁶

A questão dos limites na *RIHGSP* foi desenvolvida principalmente por Orville Derby, não havendo publicações de Toledo Piza sobre o tema. No primeiro volume da *RIHGSP* foi publicado o artigo de Orville Derby, *A denominação “Serra da Mantiqueira”*²⁵. O fato desse trabalho estar presente no primeiro volume, de 1895, localizava-o na retomada da discussão de limites, visto que a disputa de 1894 levou a formulação do volume XI dos *Documentos Interessantes*, publicado em 1896, e ao livro de Toledo Piza, publicado em 1898.

Focado na utilização da Serra da Mantiqueira para a definição dos limites entre os estados, Derby tentava determinar qual seria o traçado correto da cadeia de montanhas, excluindo sistemas montanhosos independentes ou inexistentes, utilizados durante as disputas pela divisa. A imprecisão das informações topográficas, segundo Derby, motivou a escolha de tal região, montanhosa, e que poderia ser manipulada pelas autoridades de acordo com suas pretensões. Neste trabalho, a resposta para a questão de limites vinha através da história e da geografia. Buscava-se delinear a divisa, e para isso era necessário, a partir dos documentos,

⁷⁴ MENDES, André Oliva Teixeira. *Os Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: subsídios para a construção de representações*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 108. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21062011-082752/pt-br.php>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 113.

⁷⁶ PIZA, Antônio de Toledo. *Divisas de São Paulo e Minas Gerais*. *Correio Paulistano*, São Paulo, 18 set. 1898. Suplemento. p. 7. Disponível em: < http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1898_12617.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2016.

analisar quais foram os marcos utilizados a fim de definir um traçado da divisa legitimado pelas fontes.

Derby também apontava em seus estudos o oportunismo das autoridades mineiras sobre os territórios disputados. Ao elencar autoridades que desempenharam papel importante nesses eventos, Derby expôs a figura de Francisco Martins Lustosa, guarda-mor de Santa Anna do Sapucahy, localidade reivindicada pelo governo paulista na primeira metade do século XVIII, afirmando como ele teria evitado o avanço de Minas Gerais sobre os territórios paulistas:

É possível que sem esse movimento não se tivesse dado esta supressão, mas neste caso os mineiros, obtendo pacificamente a desejada posse deste distrito, não teriam encontrado barreira alguma para a sua expansão no sertão que é hoje a parte mais rica do Estado de São Paulo, e na redistribuição das capitanias, que era inevitável, São Paulo teria sido, talvez, ainda mais sacrificado do que foi em favor das capitanias auríferas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, ficando, como Rio de Janeiro, limitado a uma estreita faixa junto ao litoral.⁷⁷

Nota-se uma imagem de oposição entre São Paulo e a Coroa, cuja intervenção teve “efeitos decisivos sobre o desenvolvimento histórico da capitania de São Paulo”⁷⁸. Esse sentido de oposição é reforçado quando Derby afirma como São Paulo poderia ver seu território reduzido a uma faixa de terra no litoral, por conta das minas de ouro nas regiões próximas. Se Lustosa pode ter sido determinante para a supressão da capitania, em 1749, isso se justificava, pois conteve as pretensões de Minas Gerais:

O efeito benéfico da ação de Lustosa foi o de firmar em S. Paulo a ideia de seu antigo direito pelo Sapucaí que, embora não vencedora, tem sido sempre uma barreira a expansão indefinida de Minas Gerais, que por pouco não se apoderou de todo o vale do Mogi-Guaçu e Rio Grande⁷⁹.

Derby retomava a questão de limites a partir da linha que seguia o rio Sapucaí para apontar as pretensões de Minas Gerais (ver figura 2, figura 3 e figura 4). Assim, as autoridades paulistas evitaram o avanço das pretensões mineiras sobre seu território, e, antes de tudo, sobre “a parte mais rica do Estado de São Paulo”, como afirmava Derby. O adjetivo *rico* fazia menção, provavelmente, a produção cafeeira, tendo em vista seu papel na economia

⁷⁷ DERBY, Orville. Primeira phase da questão de limites entre São Paulo e Minas Geraes no século XVIII. *RIHGSP*, São Paulo, v.5, 1899/1900. p. 228.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 228.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 228.

paulista durante a Primeira República. No balanço da produção cafeeira feito por Joseph Love, no mesmo período em que Derby desenvolvia tais estudos, a zona da Mogiana, por exemplo, com a estrada de ferro contemplando os municípios do vale do rio Mogi-Guaçu até o vale do Rio Grande, era responsável por 34% da produção total de café do Estado de São Paulo⁸⁰.

Tal aspecto reforça a afirmação de Danilo Ferreti identificando Derby ao que ele chamou de historiografia territorialista. Essa categoria, dividida com Theodoro Sampaio, seria caracterizada pela importância dada às temáticas ligadas ao povoamento do interior durante a colônia⁸¹. Tais temáticas emergiram a partir das mudanças da cultura histórica brasileira no período, final do século XIX, principalmente a partir da recepção dos trabalhos e das orientações de Capistrano de Abreu⁸² (1853-1927). Da preocupação com a dinâmica do povoamento derivava a atenção dada a economia cafeeira, que também se cruzava à problemática da ocupação do território. Tudo isso se direciona para a atuação de Derby e Sampaio na CGGSP, fundada a fim de resolver os problemas enfrentados pela cultura cafeeira. Assim, o papel desempenhado por Lustosa ganha mais clareza. Não era somente a privação de parte de um território que se buscava delimitar, no sentido estrito de criar limites, mas de uma importante área para a economia paulista naquele tempo.

Os estudos de Derby terminaram sem apontar uma solução para a disputa. Em 1919, São Paulo e Minas Gerais voltariam a firmar um outro acordo escolhendo novos delegados para traçar uma linha de limite. Não tendo êxito, a comissão foi desfeita, e em 1920, a questão foi entregue ao arbítrio do então presidente da República, Epitácio Pessoa. Seu laudo só seria

⁸⁰ LOVE, op. cit., p. 66.

⁸¹ FERRETI, 2004, op. cit.

⁸² A trajetória de Capistrano de Abreu é objeto de uma ampla bibliografia que tratou de sua obra por ser, nas palavras de Maria da Glória de Oliveira (2013), um “observatório privilegiado” dos desafios e impasses da disciplinarização da história no Brasil. Cf. ANHEZINI, Karina. Na entrecena da Construção da História do Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno Franco. Et al. (org.). *Teoria e Historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí: Paço Editorial, 2015; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988, Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1936>>. Acesso em: 02 ago. 2016; GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013; OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013; PEREIRA, Daniel M. *Descobrimientos de Capistrano. A História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. 2002. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=3778@1>. Acesso em: 02 ago. 2016; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen”, de Capistrano de Abreu, e “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. *Revista IEB*, nº. 50, p. 27-78, set./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34649>>. Acesso em: 02 ago. 2016

publicado em 1926⁸³. Em 5 de junho, um mês após a publicação deste parecer, o sócio José Torres de Oliveira propôs a formação de uma comissão do Instituto:

[..] para fazer um estudo especial e completo da nossa questão de limites com o Estado de Minas Gerais, colhendo todos os elementos de informação precisos para esclarecer a quem de direito no intuito de se tornar a mais equitativa possível a compensação de terrenos determinada pelo modo por que foi fixada pelo arbitro a linha divisória entre os dois.⁸⁴

Aprovada pelos sócios, a comissão foi formada e constituída por Afonso A. de Freitas, presidente e relator, José Torres de Oliveira, autor da proposta, Pedro Dias de Campos, João Baptista de Campos Aguirre e Edmundo Krug. No mesmo ano, o parecer foi apresentado na sessão do dia 21 de agosto de 1926. O volume 24 da *RIHGSP Consagrado a questão de limites entre Minas Gerais e São Paulo* publicou integralmente esse parecer, no qual, muitos dos argumentos que Derby havia utilizado anos antes em sua análise, seriam retomados. O povoamento destas áreas e a descoberta de metais e pedras preciosas, por exemplo, era citado, para, imediatamente afirmar que, em benefício das capitanias auríferas, São Paulo foi privado dos territórios descobertos:

Com a descoberta das inúmeras minas de ouro e povoamento de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, parecia que aos paulistas já nada mais restava fazer em prol do aumento da riqueza da metrópole, [...].

Pela provisão do conselho ultramarino de 11 de agosto de 1738 a Ilha de Santa Catarina e o território de São Pedro (Rio Grande do Sul) são desmembrados de São Paulo e incorporados a Capitania do Rio de Janeiro; a 4 de janeiro de 1742 outra provisão do Conselho Ultramarino desliga de São Paulo a vila e o território de Laguna para também incorpora-los ao Rio de Janeiro; finalmente, pela resolução de 9 de maio de 1748 os territórios de Cuiabá e Goiás separam-se de São Paulo [...].

Estava extinta a capitania de São Paulo e os paulistas aposentados compulsoriamente nos seus esforços de engrandecer a pátria pela vastidão territorial, pela riqueza do seu erário, pelos exemplos de fortaleza racial e de elevado civismo [...].

No momento tratava a metrópole de recolher e de gozar mansa e placidamente dessas riquezas fabulosas e de impedir que os paulistas, altivos e pundonorosos, lhes perturbassem a tranquilidade e a áurea digestão [...].⁸⁵

No trecho, estava presente outro aspecto levantado por Derby, a oposição entre São Paulo e a Coroa. Constrói-se um cenário em que São Paulo, apesar de suas ações a favor da Metrópole, é recompensada com a retirada dos territórios descobertos pelos paulistas, e além disso, se retirava a autonomia da capitania. A supressão da capitania de São Paulo estendeu-se

⁸³ SÃO PAULO-MINAS, Questão de limites – O laudo arbitral. OESP, São Paulo, 12 jun. 1926, p. 3. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19260612-17272-nac-0003-999-3-not>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

⁸⁴ CONSAGRADO a questão de limites..., op. cit., p. 7.

⁸⁵ Ibid., p. 19-20.

de 1749 e 1765 e esteve no cerne da emergência dessas questões de limites, que permaneceram ao longo do século XIX, e chegaram até o século XX, sem uma solução definitiva.

O parecer concluía que não sendo mais possível uma solução a partir das divisas determinadas no século XVIII seria aceito o *status quo* do povoamento e jurisdição existentes:

[...] a Comissão acredita que a linha habilmente traçada e proposta pelos delegados de São Paulo, a qual, representando o mínimo que o nosso Estado pode legalmente pretender, [...] e correndo geralmente por “acidentes geográficos reconhecíveis” respeita rigorosamente o *uti-possidetis* deixando de “abranger cidade, vila ou sede de distritos de paz sob jurisdição do outro Estado”, atende e concilia satisfatoriamente o quanto possível os interesses atuais dos dois Estados litigantes[...]⁸⁶

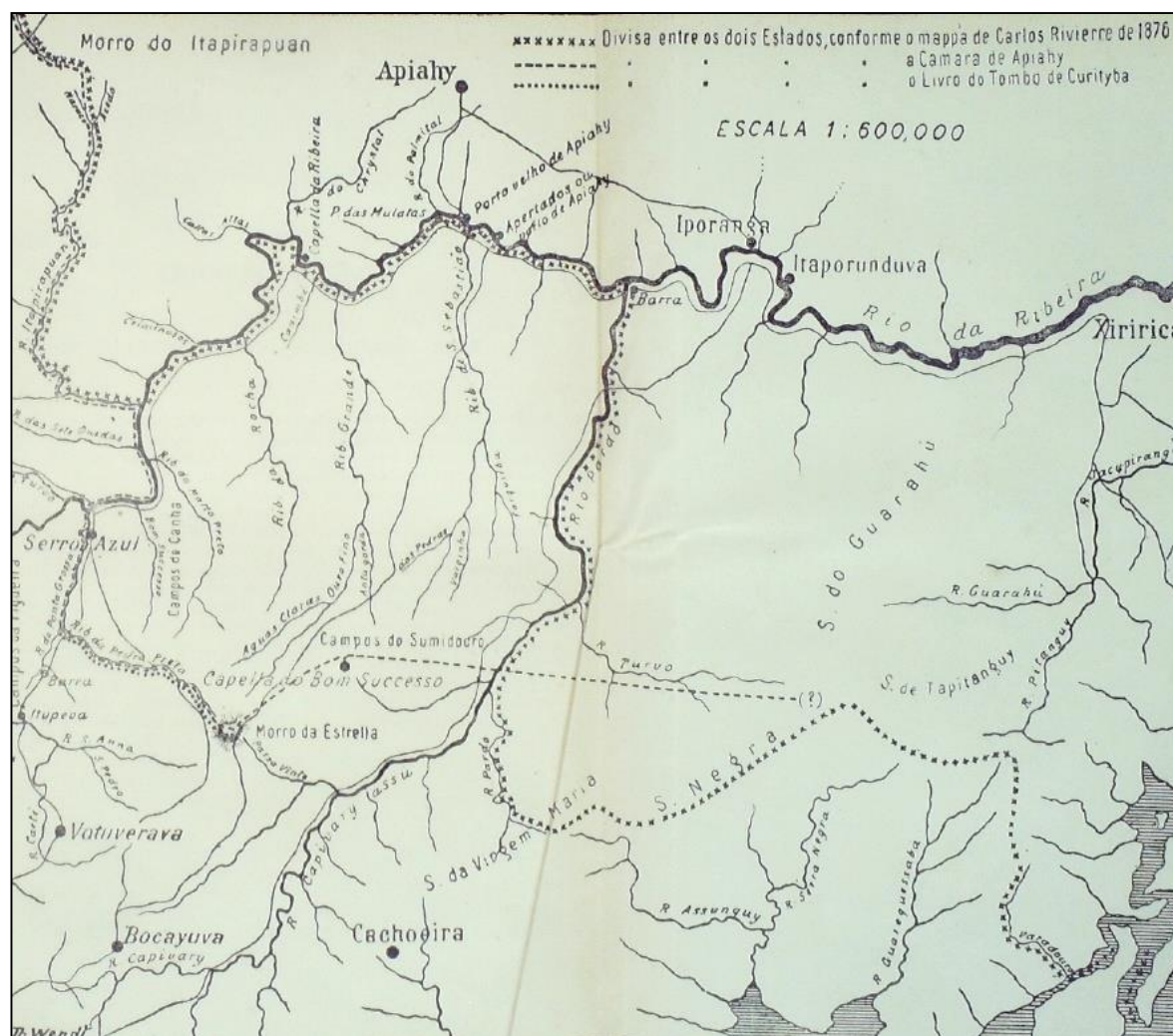
O parecer também publicou um mapa ao fim do volume (ver figura 4), reproduzindo as principais linhas de limites que estiveram presentes na questão desde o século XVIII. Assim temos no mapa a instrução de limites de Gomes Freire de 1749 (linha laranja); a interpretação de Thomaz Ruby da linha de Gomes Freire de 1749 (linha cinza); a interpretação de Luiz Diogo da linha de Gomes Freire de 1764 (linha rosa); e a linha do assento de outubro de 1765, a divisa pelo rio Sapucaí (linha amarela). Enquanto Minas Gerais tentava justificar a divisa segundo a linha de Thomaz Ruby, São Paulo defendia o assento de outubro de 1765. O mapa também retomava o papel dos paulistas no povoamento dessa região ao apontar cidades fundadas por paulistas em território mineiro.

Tendo feito extenso trabalho sobre a questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais, Orville Derby ainda publicaria um trabalho sobre esta questão entre os estados de São Paulo e Paraná em 1901, *Notas sobre a questão de limites entre estados de São Paulo e Paraná*⁸⁷. A disputa de limites com o Paraná começava juntamente com a emancipação do Estado em 1853 e a necessidade de demarcar estes territórios. As divisas que correspondiam a bacia do rio Paraná, nesse caso, o rio Paranapanema e Itararé, não eram contestadas, assim como a divisão entre Cananeia e Paranaguá, no litoral, pelo istmo do Varadouro. Porém, na seção entre o rio Itararé e a Serra do Mar não havia consenso entre as duas províncias, por conta do limitado conhecimento topográfico da região durante o século XIX.

⁸⁶ CONSAGRADO a questão de limites..., op. cit., p. 86-87.

⁸⁷ DERBY, Orville. Notas sobre a questão de limites entre estados de São Paulo e Paraná. *RIHGSP*, São Paulo, v.6, 1900-1901.

Figura 5 – Mapa da área em litígio entre São Paulo e Paraná



Fonte: RIHGSP.⁸⁹

Derby afirmava que as autoridades paranaenses não conseguiam sustentar a defesa deste ou daquele traçado a partir de documentos, e suas ações eram incoerentes, pois, no fim, a linha defendida pelas autoridades paranaenses estavam de acordo com as pretensões da câmara da cidade paulista de Apiaí:

[...] as autoridades paranaenses não definem claramente a linha divisória que pretendem e não explicam como o trecho citado justifica a posse do território situado fora da bacia desse ribeirão [...]

[...] o Governo do Paraná não tem tratado de justificar sua posse de ambas as margens desse ribeirão⁹⁰

⁸⁹ RIHGSP, São Paulo, v.6, 1900-1901.

⁹⁰ DERBY, Orville. Notas sobre a questão..., op. cit., p. 24-25

O ribeirão a que Derby faz referência é o Ribeirão da Pedra Preta, integrando a área em litígio entre os dois estados. Derby apontava para a publicação do mapa da província do Paraná, empreendido pelo engenheiro Carlos Rivierre em 1876, para demonstrar como as autoridades paranaenses defendiam limites correspondentes ao traçado de Rivierre, mas ao mesmo tempo, também defendiam uma linha distinta dessa. As autoridades paranaenses assim, além de estarem de acordo com a linha defendida pela câmara da cidade paulista de Apiaí, reforçava a imagem construída por Derby das autoridades paranaenses, apontando as incoerências de suas ações. O autor afirma, por fim, que somente a margem à esquerda do rio Pardo era contestada, quanto a sua margem direita, o Paraná ainda concedia mais a São Paulo, tendo em vista que também havia a defesa da divisa pelo Rio Ribeira pelas autoridades paranaenses.

A questão de limites com o Paraná só seria retomada no trabalho *Ariry, histórico de sua fundação*⁹¹, de Antônio de Paulino, publicada em 1929 e expunha um novo episódio do litígio, mostrando também a continuidade do problema desde o período dos trabalhos publicados por Orville Derby. De modo semelhante à disputa mineira, em 1919, foram designados, a partir de um acordo, que peritos produzissem um parecer sobre a contenda entre São Paulo e Paraná. Na mensagem do governador do Paraná, Affonso de Camargo, ao congresso paranaense em 1920, era exposto a autorização do governador de São Paulo, Altino Arantes, em 1918 de retificar as divisas com Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, abrindo um novo período de negociações.

Guardando outros paralelos com a retomada da disputa mineira, as divergências entre os pareceres dos dois estados, Paraná e São Paulo, também não conseguiram pôr fim a discussão. A necessidade de uma solução levou a arbitragem do litígio, novamente, pelo então Presidente da República, Eptácio Pessoa. Paulino se detém nesse parecer. Se o laudo determinava a divisa a partir da barra do Ararapira, pelo lado norte da ilha de Superagüi, a divisão divergia da linha divisória defendida pelos peritos paulistas, da comissão formada em 1919, que cortava pelo meio a mesma ilha⁹². Esse aspecto era importante para o problema colocado por Paulino pois, pela linha divisória estabelecida por Eptácio Pessoa, o povoado de Ararapira, localizado no norte da ilha de Superagüi e tido como paulista, ficava anexado ao Estado do Paraná.

⁹¹ ALMEIDA, Antônio Paulino de. *Ariry...*, op. cit.

⁹² Esse traçado pode ser vista na figura 5, no canto inferior direito, mostrando a linha proposta por Eptácio Pessoa e que mantinha a divisão de Rivierre.

Alguns apontamentos aqui são importantes. Washington Luís havia sido um dos delegados paulistas que compôs a comissão de 1919. No ano seguinte ele seria eleito governador do Estado de São Paulo. No momento em que é instaurada a nova divisa, Washington Luís modifica o nome do distrito ligado à Cananeia de Ararapira para Ariri, criando oficialmente uma nova cidade. Em 1921, uma expedição formada pela presidência da província visitou o local para instalar de fato o povoado. Tal local ficava do lado oposto à barra do Superagüi, dentro de território paulista, e foi formada a partir da afluência dos moradores da antiga vila.

Tendo em vista as disputas envolvidas em torno da localidade, o autor cria uma justificativa para o ato dos habitantes de Ararapira. A “atração pela tradição, orgulho, capricho e teimosia”⁹³ dos paulistas “manterá de pé a grandeza da federação, a unidade da pátria”⁹⁴. As características associadas aos paulistas atraíam esses habitantes. Tendo em vista o papel que os paulistas tiveram na história nacional, de expansão e povoamento do interior do país, agarrar-se às tradições regionais paulistas era um ato de defesa da nação. Dessa forma, minimiza-se a disputa que ocorre em relação a essa região. Paulino ainda repetiria um aspecto levantado por Derby, a depreciação das autoridades paranaenses. Ao retomar o processo de emancipação do Paraná, apresentado como um ato de benevolência do governo paulista:

Esse território há de bastar para a formação de uma nação poderosa no seio do Brasil: podemos refletir, com justo orgulho, que se o paulista deu a coroa portuguesa quase todo o território do Brasil, não é de lamentar que São Paulo bem empregue a concessão feita ao filho emancipado: o Paraná.⁹⁵

Definir o traçado do limite e construir uma história que legitimasse tal divisão fundamentava os interesses políticos de São Paulo. Depois de mais de 50 anos da emancipação paranaense, uma nova disputa leva à fundação de uma nova cidade contando com a presença do governo do Estado e de autoridades paulistas na sua instalação. Retoma-se o processo de separação entre as províncias, elenca-se as desvantagens de a localidade estar ligada ao Paraná e as vantagens de estar ligado a São Paulo. Na impossibilidade de mover a divisa até a cidade, movem-se seus habitantes, e constrói-se um passado para essa localidade.

⁹³ ALMEIDA, Antônio Paulino de. Ariry..., op. cit., p. 268.

⁹⁴ Ibid., p. 268.

⁹⁵ PIZA apud ALMEIDA, Antônio. Ariry..., op. cit., p. 278.

As questões de limites na *RIHGSP* estavam concentrados nestas duas áreas, Minas Gerais e Paraná. Derby ainda afirmaria, no volume XI dos *Documentos Interessantes* que:

Os documentos dessa contenda são aqui apresentados, não somente como uma contribuição para a história da questão de limites em si, mas também para a história das localidades e para a do desenvolvimento geográfico de *uma parte do território nacional tão importante* que a sua elevação à categoria de Estado independente tem sido muitas vezes lembrada.⁹⁶

No primeiro mapa da província de São Paulo produzido em 1841, os Rios Grande, Paraná e Paranapanema forneciam uma divisa fixa, como o próprio Derby afirmava em relação a este último rio em seu trabalho tratando da disputa paranaense. Faltava determinar as áreas restantes, onde se desenvolveram os litígios, mas isso era de fato o sentido pretendido nesses trabalhos? Definir os limites de São Paulo ia além da definição de um espaço físico? Temístocles Cezar ao estudar as funções da geografia no IHGB, durante o século XIX, aponta que um desses papéis seria o de construir um imaginário territorial, levando tal problema para o aspecto simbólico. Se Derby afirma que fez uma história da questão de limites, das localidades, também destaca o “desenvolvimento geográfico” desta “parte do território nacional tão importante”. Tão importante quanto resolver tais litígios, era apontar a ação dos paulistas durante o período colonial no povoamento dessas regiões, retomando, assim, as temáticas que emergem neste momento dentro da historiografia brasileira: o povoamento e a ocupação do território. Isso posto, quais limites deveriam ser utilizados, os históricos ou os geográficos?

1.3. Preencher os limites com história do povoamento

Na primeira parte buscamos entender a questão de limites e suas especificidades, expomos também que os trabalhos de Derby estavam preocupados com a ocupação do território do Estado de São Paulo. Se Derby estava inserido numa corrente historiográfica denominada territorialista, também estava Theodoro Sampaio, e Sampaio foi um dos primeiros sócios do IHGSP a se voltar para as diretrizes de pesquisa já definidas por Capistrano de Abreu desde o *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*⁹⁷, ou seja, voltados para o empreendimento historiográfico que ocupou grande parte dos letrados nos

⁹⁶ DERBY, Orville. Prefácio. In: *DOCUMENTOS Interessantes...*, op. cit., p. XXXII. (grifo nosso)

⁹⁷ ABREU, João Capistrano de. *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, Visconde de Porto Seguro. In: *Ensaio e Estudos: crítica e história*, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

anos finais do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX: a expansão e o povoamento do interior do Brasil. No primeiro volume da *RIHGSP*, em 1895, Sampaio publicou o artigo *A posse do Brazil Meridional – fundação da primeira colônia regular dos portugueses em S. Vicente*⁹⁸, três anos depois, no volume quatro publicou *São Paulo de Piratininga no fim do Século XVI*⁹⁹, no volume cinco *O sertão antes da conquista (Século XVII)*¹⁰⁰ e no volume seis oferecia ao público seu quarto estudo, *S. Paulo no Século XIX*¹⁰¹. Estes trabalhos buscaram construir a história do povoamento de São Paulo seguindo a direção litoral-interior, direção que foi também apontada por Capistrano de Abreu em seu livro *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*¹⁰².

Publicados entre 1895 e 1901, os textos apresentavam a conquista do sertão pelos paulistas como resultado tanto da adaptação do mestiço ao meio, quanto da predestinação geográfica. O sul do Brasil, em comparação ao norte, tinha um ambiente mais propício à entrada no continente, além do clima mais ameno, exposição colocada em *O sertão antes da conquista (Século XVII)*:

O destino de cada uma das duas metades da colônia, diante do problema da conquista, estava, pois, perfeitamente assinalado na constituição geográfica dos respectivos territórios. O paulista, pelo seu habitat, tinha que ser o bandeirante por excelência. A conquista dos sertões estava no seu destino histórico¹⁰³.

Sampaio neste excerto esboçava a ideia dos vários *brasis*, correspondente a uma categorização de especificidades da formação de diferentes grupos etnográficos. Aspecto também presente na obra de Capistrano de Abreu, a ideia dos “cinco brasis” estava aqui reduzida em dois, um ao Norte e outro ao Sul. Além disso, Sampaio, assim como Abreu, expôs o caminho encontrado pelos letrados brasileiros no movimento de incorporação das teorias raciais e deterministas do fim do século XIX. Essas teorias condenavam a nação brasileira pelo seu clima e sua população, e por causa disso tiveram que ser adaptadas. Se o clima tropical degenerava a raça, o sul da colônia tinha um clima ameno, se o mestiço era um tipo racial inviável e um obstáculo ao alcance da civilização, ele ainda podia alcançar a

⁹⁸ SAMPAIO, Theodoro. *A posse do Brazil Meridional – fundação da primeira colônia regular dos portugueses em S. Vicente*. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, n.2, 1895.

⁹⁹ Idem. *São Paulo de Piratininga no fim do Século XVI*. *RIHGSP*, São Paulo, v.4, 1898-99.

¹⁰⁰ Idem. *O sertão antes da conquista (Século XVII)*. *RIHGSP*, São Paulo, v.5, 1899-1900.

¹⁰¹ Idem. *S. Paulo no século XIX*, op. cit.

¹⁰² Este aspecto é apresentado no capítulo *Povoamento e população*. Cf. ABREU, João Capistrano De. *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1883. Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00158000>>. Acesso: 29 jul. 2016.

¹⁰³ SAMPAIO, Theodoro. *O sertão antes da conquista*, op. cit., p. 87.

civilização caso vencesse o meio¹⁰⁴. Sampaio não era o único no Instituto a buscar tal solução¹⁰⁵.

Retomando aspectos expostos no trabalho *O sertão antes da conquista (Século XVII)*¹⁰⁶, Sampaio apontava em *S. Paulo no século XIX* o sentido do povoamento, tendo-se iniciado no Litoral, ao ultrapassar o planalto, seguiu para o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Cuiabá e o Rio da Prata. Inicialmente, foram nessas direções que a população se consolidou para, então, lançar-se ao sertão posteriormente:

O povoamento do território prosseguia, contudo, numa marcha regular do centro para a periferia, e na proporção que as lavouras iam reclamando terra novas.

As grandes estradas tradicionais, partindo de São Paulo, pontuavam-se por núcleos de população, que cresciam lentamente e que passavam de simples povoados a freguesias e vilas com intervalos de tempo mais ou menos longos¹⁰⁷

Sampaio coloca São Paulo como centro de uma “viação interior” que se divide em vários troncos. As estradas tradicionais as quais Sampaio faz referência seriam os caminhos utilizados pelos bandeirantes: no Leste, seguindo o vale do Paraíba, a estrada do Rio de Janeiro pela qual os taubateanos penetraram nas minas; ao Norte, a estrada do sul de Minas, em direção a Ouro Fino e Caldas; ao Noroeste, buscando as minas além dos cerrados e campos de São Carlos e Franca, a estrada de Goiás; ao Centro-oeste, o Tietê, a estrada das monções partindo de Itu; no Sul, a rota dos tropeiros, outrora caminho para as bandeiras do Guaíra; e por último, o tronco em direção ao mar, a estrada de Cubatão¹⁰⁸.

Sampaio comparava essas vias à artérias e dedos de uma mão gigantesca que se abria sobre o território paulista. O povoamento ao seguir o rumo das estradas deixava um espaço vazio entre esses troncos. Entre os dedos se abria o sertão, o deserto. A associação entre

¹⁰⁴ As teorias raciais e deterministas entraram no país durante a virada do século XIX e encontraram recepção entre os grupos de intelectuais que buscavam novos projetos para modernizar o Brasil. A “degeneração mulata”, defendida por Louis Agassiz, poderia explicar o atraso do país dado grande número de mestiços, mas também teria efeito reverso condenando parte daquela elite. O caminho encontrado para escapar do prognóstico negativo reservado para o futuro do Brasil por estas teorias foi adaptá-las à realidade nacional. Capistrano de Abreu trazendo esse debate para a historiografia uniu o determinismo racial ao determinismo geográfico de Buckle. Vencer o meio também era um caminho para atingir a civilização. Cf. FERRETI, 2004, op. cit.; SCHWARCZ, op. cit.; SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

¹⁰⁵ Cf. FREITAS, Affonso de A. Capítulos da geografia physica de São Paulo. *RIHGSP*, São Paulo, v.30, 1931-1932.

¹⁰⁶ SAMPAIO, Theodoro. *O sertão antes da conquista*, op. cit.

¹⁰⁷ Idem. *S. Paulo no século XIX*, op. cit., p. 181.

¹⁰⁸ Ibid., p.163-164.

deserto e sertão retomava a acepção original da palavra construída pelos portugueses; um local vasto, longínquo, pouco habitado. Mas também estava presente outro sentido construído durante a colonização do Brasil. Se o Litoral centralizava a vida política e econômica da Colônia representando a civilização, o sertão além de ser o espaço interior da Colônia também é o espaço do bárbaro, um espaço a ser conquistado pela civilização¹⁰⁹. Dessa forma, a fundação de cidades ao longo desses caminhos assinalava “as várias e sucessivas estações da conquista civilizadora que avança”¹¹⁰. Mas, além disso, a direção litoral-sertão, da história construída por Sampaio, apontava qual deveria ser o palco principal da história paulista. A história de São Paulo desenhava-se pela conquista dos sertões, ou ainda, a ocupação do território.

Na última metade do século XIX quatro aspectos eram responsáveis pelo progresso do Estado: a cultura do café, a primeira estrada de ferro, a colonização e a imigração e a autonomia da República. Sampaio aqui apontava vários aspectos importantes. Se o café era o grande responsável pela posição econômica de São Paulo na virada do século XIX, a ferrovia auxiliava no escoamento da produção e da expansão das lavouras. A discussão em torno do imigrante, também retomava o debate em torno da modernização do país e a viabilidade do tipo nacional no fim do século XIX. O homem livre e pobre mantido à margem da sociedade do trabalho, até a abolição da escravidão, era tido como incapaz, ocioso e insubordinado. A solução para substituir o escravo foi a escolha do imigrante, correspondendo à ideia de progresso e civilização associada ao branco europeu das teorias deterministas¹¹¹.

Estes quatro aspectos apontados por Sampaio conduzem a pensarmos na sua atuação na CGGSP. Assim como Derby, tais pontos retomavam as motivações da fundação da Comissão: disponibilidades de solos, transporte e escoamento da produção e a necessidade de mão de obra. Iniciava-se a discussão acerca da modernização do Estado de São Paulo, tão almejada pela elite paulista, e sendo o café o principal responsável pelo dinamismo da economia local era necessária a racionalização da ocupação da área que era reivindicada por esta lavoura. Ampliaremos essa discussão no próximo tópico e discutiremos como as histórias de cidades contribuí para entendermos esse cenário de formação espacial pelos seus limites e pelo seu povoamento.

¹⁰⁹ AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 15, 1995.

¹¹⁰ SAMPAIO, Theodoro. S. Paulo no século XIX, op. cit., p. 181.

¹¹¹ NAXARA, Márcia Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870-1920*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1998. p. 46 et seq.

1.4. Preencher os limites com histórias de cidades

Os trabalhos de Sampaio apresentam um cenário amplo, focado no Estado de São Paulo no todo, mostrando o processo de povoamento e ocupação do território paulista. Como a própria cronologia de seus trabalhos expunha a direção tomada pelo povoamento defendida por ele, litoral-interior, no fim temos informações diversas sobre esta ou aquela zona. Buscaremos aqui pormenorizar tal processo por meio de outra temática que contribui para seu entendimento: as histórias de cidades. Iniciamos assim esse subtítulo retomando uma indagação apresentada anteriormente. Se uma característica presente em vários trabalhos sobre essa temática era a defesa de um papel ou função singular para essas cidades, como são construídas tais singularidades? No trabalho *Pródromos da independência na villa Ytu*, de Antônio Toledo Piza, publicado em 1902, podemos ter um vislumbre dessa resposta ao analisarmos a especificidade criada para a cidade de Itu. Analisando o processo de Independência, Piza transformava Itu – e suas autoridades – em personagens principais no movimento da Independência: “Se alguma glória há para os paulistas em ter partido do seu solo, para ecoar por todo o país, o grito ‘Independência ou morte!’ eles a devem aos ituanos, que foram os que entre nós iniciaram a luta do nacionalismo contra estrangeiros audaciosos”¹¹². O palco da Independência eram as cidades de São Paulo e Itu – e os ituanos como personagens fundamentais para seu êxito. Aqui, não somente se busca essa especificidade local, uma característica recorrente nas histórias de cidade, mas a própria valorização e instauração de modelo paulista para a história nacional.

Uma cidade que contou com recorrentes trabalhos publicados nos primeiros anos da *RIHGSP* foi Iguape. Uma série de estudos de autoria de Ernesto Young foi publicada nos primeiros dez anos da *RIHGSP*: em 1897, no volume 2, *Esboço histórico da fundação da cidade de Iguape*¹¹³; no volume 6 publica-se *Subsídios para a história de Iguape: Mineração de ouro*¹¹⁴; no volume 7 havia *Subsídio para História de Iguape*¹¹⁵; no volume 8, *História de Iguape*¹¹⁶; o volume 9 oferecia *História de Iguape (documentos para a)*¹¹⁷; e por fim, no volume 10, *Apontamentos genealógicos de família iguapenses*¹¹⁸. O principal problema levantado por Young estava na definição dos primeiros ocupantes europeus daquela região. A

¹¹² PIZA, Antonio Toledo. *Prodromos da independência na villa Ytú*. *RIHGSP*, São Paulo, v.7, 1902. p. 167.

¹¹³ YOUNG, Ernesto. *Esboço histórico da fundação da cidade de Iguape*. *RIHGSP*, São Paulo, v.2, 1896-1897.

¹¹⁴ Idem. *Subsídios para a história de Iguape - Mineração de ouro*. *RIHGSP*, São Paulo, v.6, 1900-1901.

¹¹⁵ Idem. *Subsidio para história de Iguape*. *RIHGSP*, São Paulo, v.7, 1902.

¹¹⁶ Idem. *História de Iguape*, op. cit.

¹¹⁷ Idem. *História de Iguape (documentos para a)*. *RIHGSP*, São Paulo, v.9, 1904.

¹¹⁸ Idem. *Apontamentos genealógicos...*, op. cit.

partir de uma extensa pesquisa documental se buscou rever as origens da localidade numa tentativa de inserir a cidade nos primeiros momentos da colonização. Em um esboço de mito de origem, a discussão não estava somente ligada à localidade, mas acabava confundido com a própria origem do país, não somente pelo teor dos estudos em si, mas pelo momento em que foram escritos, próximos da comemoração do quarto centenário do “descobrimento”, momento onde eram reavaliadas as origens da nação. Estaria Young em busca de sua São Vicente e de seu Martim Affonso?

Alguns aspectos problematizados por Young seriam repetidos nos outros estudos sobre a cidade de Iguape. No trabalho *Município de Iguape*¹¹⁹ de 1906, Manuel Pio Correa¹²⁰ publicava um relato da exploração científica que havia empreendido na região do rio Ribeira do Iguape, e justificando tal destino, enaltecia a localidade:

Dentre os municípios do estado de São Paulo, é o de Iguape um dos mais vastos em território, um dos mais ricos em materiais extrativos próprios para impulsionar muitas e rendosas indústrias e um dos mais interessantes para o homem de ciência, seja qual for seu ramo científico¹²¹

Correa expunha as possibilidades econômicas da região ao notar os ricos materiais extrativos, mas também uma área interessante para o campo científico. Porém, se havia as possibilidades de exploração, haviam também alguns empecilhos para a realização do aproveitamento:

O defeituoso sistema comercial daqui a incapacidade de substituir o braço escravo pelo braço livre, a indolência, gerada, em parte, pelo baixo salário e que repousa na variedade dos frutos e na abundância da caça, fez a zona do Iguape regressar ao que era há cem anos, quando a mineração cresceu e a lavoura foi iniciada. [...]

Assim, pois, nem a zona tem as oscilações elevadas e brutais que tanto prejudicam a saúde pública, nem tampouco o calor excessivo, que enerva o indivíduo, inabilitando-o para o trabalho¹²²

Ao tratar do rio Jacupiranguinha, na bacia do rio Ribeira de Iguape, Correa afirma que a região tinha clima ameno, terras férteis, caça abundante e, tendo em vista tais características, nada explicava a apatia do trabalhador dessa região além da simples indolência. Correa neste excerto retomava tanto as teorias raciais e deterministas e, como consequência da apropriação

¹¹⁹ CORREA, M. Pio. *Município de Iguape*. RIHGSP, São Paulo, v.11, 1906.

¹²⁰ Manuel Pio Correa nasceu na cidade do Porto, Portugal em 1874 e faleceu em 1934. Sua principal obra é o *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas* em 6 volumes.

¹²¹ CORREA, M. Pio. *Município de Iguape*, op. cit.

¹²² *Ibid.*, p.137.

dessas teorias, o pensamento acerca do tipo nacional no início do século XX: indolente, inapto ao mundo do trabalho, de forma similar ao trabalho de Herman Von Ihering apresentado anteriormente ou acerca da ideia dos Brasis exposta por Sampaio.

Outra localidade recorrente na *RIHGSP* foi a cidade de Sorocaba. O primeiro trabalho sobre Sorocaba, *A Legenda Sorocabana*¹²³, publicado em 1925 por Afonso de Freitas Jr.¹²⁴, expressava em seu título o objetivo do autor: a construção de uma legenda, uma narrativa épica, maravilhosa sobre a cidade. Era apresentada como terra de bandeirantes e sinônimo de independência, convicção e iniciativa, tais características associadas a esses personagens pela historiografia produzida no IHGSP. Porém, se a historiografia sobre São Paulo e a identidade paulista associava essas características dos bandeirantes aos paulistas em geral¹²⁵, nesse texto o autor associa essas características somente aos sorocabanos. Seria evidência de um ponto divergente com uma identidade paulista?

A ligação entre os habitantes da cidade e a imagem do bandeirante era reforçada no trabalho *A gente sorocabana na revolução de 1842* de Pedro Dias de Campos¹²⁶, publicado em 1939. Campos demonstrava nesse estudo como a cidade sempre participou da construção de uma raça que proporcionou ao país um núcleo de heróis. As características associadas aos sorocabanos, a partir dos bandeirantes, além da energia e operosidade, eram vistas como causa da criação de um imenso parque industrial “que se desdobra num surto ciclópico, para glória de São Paulo e grandeza do Brasil”¹²⁷. Afonso de Freitas também apontou essa vocação pelo pioneirismo na indústria do algodão e por ser o maior centro industrial do Interior.

No mesmo volume, Luiz Castanho de Almeida¹²⁸ publicou o trabalho *Achegas a história de Sorocaba*¹²⁹, em que também explorava a ligação entre Sorocaba e o bandeirantismo. Para Almeida, o sul do Estado de São Paulo era um espaço diferenciado cujo centro era Itu e Sorocaba, afirmação confirmada pela fundação das ferrovias Ituana e Sorocabana. Se o paulista estava predestinado a explorar o sertão, a posição de Sorocaba continha, portanto, uma predestinação geográfica. Sua posição como tronco e posto de trocas

¹²³ FREITAS JR., Afonso de. *A legenda sorocabana*, op. cit.

¹²⁴ Afonso de Freitas Junior nasceu em São Paulo, capital, em 1892. Atuou como promotor público em várias cidades paulistas.

¹²⁵ Porém, aqui é importante pontuar que a associação do bandeirante com toda a população do estado de São Paulo só irá acontecer na década de 1930. Antes deste período essa associação ficava restrita a elite política. Cf. QUEIROZ, 1992, op. cit.

¹²⁶ Pedro Dias de Campos nasceu em Campo Largo de Sorocaba, atual Araçoiaba da Serra, em 1873. Militar, comandou a Força Pública do Estado de São Paulo tendo escrito estudos sobre a história militar.

¹²⁷ CAMPOS, Pedro Dias de. *A gente sorocabana na revolução de 1842. RIHGSP*, São Paulo, v.36, 1939. p.79

¹²⁸ Luís Castanho de Almeida nasceu em Guareí, São Paulo em 1904 e faleceu em Sorocaba em 1981. Estudou teologia no Seminário Diocesano de Botucatu, ordenou-se sacerdote e atuou como jornalista.

¹²⁹ ALMEIDA, Luiz Castanho de. *Achegas...*, op. cit.

comerciais durante a colônia colocava a cidade como sede de uma imensa fazenda limitada somente pela bacia do rio da Prata. Se a cidade de São Paulo era *célula mater*, criadora de novos centros, Sorocaba também fez nascer novas cidades por ser um pouso de tropeiros que partiam em direção às cidades como Campinas, São Carlos e Franca.

Itu e Sorocaba poderiam representar os núcleos de povoação fundados na trilha das estradas tradicionais. Elas formavam os “dedos” da “viação interior” esboçada por Sampaio, das veias e artérias utilizadas por bandeirantes, tropas e jesuítas durante a colônia. Se tais cidades fundadas até o fim do século XIX seguiam a trilha das estradas tradicionais, ainda faltaria nesse cenário analisar os centros que iam para além dessa lógica e adentravam o sertão, reivindicado pelo café e pela ferrovia em fins do século XIX. Nesse aspecto, os relatos de viagem de Edmund Krug contemplam esse objetivo ao descrever as expedições realizadas pelo autor na região do rio Paranapanema, no limite da zona povoada. Publicado em 1921, *Os índios da margem do Paranapanema*¹³⁰, expunha como os indígenas da região seriam tragados pelo progresso advindo da ferrovia, enquanto no trabalho *As margens do Paranapanema*, ele retomava essa ligação e indicava a intensificação do progresso das cidades localizadas nesta área com o avanço dos meios de comunicação e da ferrovia¹³¹. Em oposição a imagem da ferrovia, que tomava tal espaço, o índio associado ao bárbaro, deveria ser tragado, assimilado, civilizado.

Outros estudos trataram de cidades que estavam nessas áreas. No trabalho de Manoel Marcelino de Souza Franco¹³², *Memória histórica do município de Avaré*¹³³, de 1913, foi produzida uma história da cidade de Avaré - não indo além dos dados sobre a cidade, como número de edificações, montante de produção agrícola, investimentos - buscou-se construir a imagem de uma cidade que apesar de estar na zona pioneira era próspera e progressista. No limite entre o civilizado e o bárbaro, Avaré contava com eletricidade e serviço telefônico, imprensa e um clube social, além do primeiro frigorífico a preparar carne resfriada no Estado¹³⁴.

Se Avaré foi fundada na segunda metade do século XIX e era apresentada como uma zona pioneira no início do século XX, o trabalho *Tanabi*¹³⁵ de Sebastião Almeida Oliveira¹³⁶,

¹³⁰ KRUG, Edmundo. Os índios da margem do Paranapanema. *RIHGSP*, São Paulo, v.18, 1916-1921.

¹³¹ Idem. As margens do Paranapanema. *RIHGSP*, São Paulo, v.23, 1925. p. 377.

¹³² Manoel Marcelino de Souza Franco nasceu em Limeira, São Paulo, em 1851 e faleceu em Avaré, São Paulo, em 1930. Atuou como jornalista, advogado e político.

¹³³ FRANCO, Manoel Marcelino de Souza. *Memória histórica do município de Avaré*. *RIHGSP*, São Paulo, v.18, 1913.

¹³⁴ FRANCO, Manoel Marcelino de Souza. *Memória histórica*, 1913, op. cit., p. 237-238.

¹³⁵ OLIVEIRA, Sebastião Almeida. *Tanabi*. *RIHGSP*, São Paulo, v.36, 1939.

publicado em 1939, apresentava a cidade presente no título, fundada em fins do século XIX, como uma zona pioneira em meados do século XX. As duas localidades e suas respectivas descrições mostravam tanto a mobilidade dessa ocupação quanto sua dimensão temporal. Especificamente no trabalho de Oliveira focado na definição dos limites de Tanabi, um “colosso geográfico” pelo seu tamanho, e mesmo tendo sido privada de certas áreas importantes, ainda continuava a ser um dos maiores municípios de São Paulo.

As histórias de cidades de uma forma geral buscaram expor singularidades locais e defender um papel dotado de importância, como afirmava Young em relação a Iguape, ou ainda a construção dos enunciados em torno de Sorocaba. Mesmo apontando, pretensiosamente, que o papel na história do Estado fosse inexpressivo, buscavam construir uma significação mostrando a contribuição daquela localidade para a história local. Desta forma, Young retrocedia a história de Iguapé criando um nexos com os primeiros anos da colonização, enquanto Sorocaba era apresentada como uma *célula mater* rivalizando com o papel defendido por Sampaio para a cidade de São Paulo.

Como podemos unir essas duas questões - limites e povoamento - que se afastam de si? Na produção de Derby e Sampaio, construir tal relação era facilitada por alguns aspectos compartilhados por ambos. A atuação na CGGSP influenciaria ambos pelo seu viés científico na busca em racionalizar a ocupação do território paulista. No entanto, ambos se inseriam numa discussão que apropriava de novas temáticas: a ocupação e o povoamento do território brasileiro durante a colônia. Assim, ambos contribuíam para a formação dessa espacialidade de São Paulo. Os trabalhos sobre o povoamento ainda poderiam influenciar os limites, apontando onde poderia avançar ou regredir. Os limites eram justificados ao se defender o papel dos paulistas no povoamento de outros estados, e se constrói um processo de ocupação reiterando as singularidades da formação étnica do paulista, os dois “brasis”. Qual seria então o papel das histórias de cidade? Se Derby e Sampaio buscaram construir uma singularidade para o Estado de São Paulo, as cidades se apresentavam como singularidades dentro da singularidade, uma subcategoria interna. A valoração desses locais repetiria aspectos utilizados para a própria defesa de uma especificidade regional paulista, chegando ao ponto de rivalizar com tal projeto, o caso de Sorocaba. No entanto, compreende-se que esse exemplo era uma exceção. Em sua maioria, “Iguapes” surgiam nas páginas da *RIHGSP* defendendo seu papel valorativo na história do Estado de São Paulo.

¹³⁶ Sebastião Almeida de Oliveira nasceu em Monte Azul em 1904 e faleceu em Tanabi em 1993. Atuou como jornalista e funcionário público.

Capítulo 2

Tradicionais e tradicionalistas: fazer a história de São Paulo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

“Há cinco anos alguns homens zelosos da pátria fundavam este Instituto, reunidos com modéstia e quase que no silêncio. Bom e duplo agouro de crescimento, de duração e frutos futuros para esta sociedade, porque quase sempre temos visto aos grandes fins corresponder a exiguidade dos começos. As maiores árvores em muitas vezes minúsculas sementes.”

Eduardo Prado¹³⁷

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo foi fundado em 1894 e sua criação estava inserida no contexto de criação de outras instituições de cunho científico em São Paulo. Como local de produção e discussão histórica, foi desenvolvido por seus sócios um projeto de história voltado para construir uma história de São Paulo – pautado pela expansão e povoamento do interior do país na Época Colonial. O objetivo era, antes de tudo, justificar o domínio político-econômico-cultural de São Paulo durante a Primeira República.

O primeiro volume da *RIHGSP* havia sido publicado em 1895. Seu papel de divulgar o Instituto e sua produção fica claro quando verificamos nas atas do primeiro volume da revista as permutas de publicações com outras instituições. A Revista abria o primeiro número com a apresentação *Ao leitor*, iniciando com uma frase representativa dos esforços do Instituto: “A história de S. Paulo é a própria história do Brasil”¹³⁸. Buscava-se construir uma história local que se confundisse com a história nacional justificando, assim, o papel hegemônico de São Paulo no contexto da Primeira República. Escrevendo sobre a iniciativa de se fundar o Instituto justificavam:

¹³⁷ PRADO apud TAUNAY, Afonso de. Discurso do Sr. Afonso de Taunay. *RIHGSP*, São Paulo, v.44, 1949. p. 151.

¹³⁸ AO LEITOR. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, 1895.

A necessidade de uma associação que promovesse os meios de estudar tantos documentos com os quais se pode vir a conhecer a origem dos mais importantes feitos dos nossos antepassados, ou esclarecer noções errôneas sobre fatos que merecem ser devidamente conhecidos, era uma destas lacunas que se afigurava difícil de ser preenchida [...]¹³⁹

O apego ao documento é um aspecto muito nítido na análise temática dos trabalhos publicados na *RIHGSP*, já feita no primeiro capítulo. Se os trabalhos de Orville Derby publicados entre 1895 e 1901 apresentam extensa documentação sobre a questão de limites, tendo até a publicação do Arquivo do Estado com a sua colaboração, do volume XI dos *Documentos Interessantes*, esse objetivo também estava presente nas histórias de cidades. Um estudo sobre a cidade de Bauru, por exemplo, publicado em 1941, é um documento sobre a primeira doação de terras onde viria a ser fundada a cidade. O objetivo não era somente produzir história a partir dos documentos, mas também se buscava uma visão fiel do passado, precisa e realista, afastada de noções errôneas para se chegar aos fatos¹⁴⁰. Além disso, a apresentação da Revista tomava esses aspectos como algo fixo, sendo somente necessários ajustes: “Todavia o molde fica traçado, restando a outros modificá-lo e aperfeiçoá-lo até que a nossa história seja a fiel intérprete dos acontecimentos”¹⁴¹. Na fundação do Instituto seus sócios apontavam para uma história com lacunas. Que lacunas seriam essas? O papel do Instituto e de seus sócios estaria em preenchê-las, e para isso era necessário reanalisar esse passado a partir da investigação dos documentos.

Fundado em 1º de novembro de 1894, as cinco sessões que decorreram até o fim daquele ano tiveram como objetivo organizar a estrutura da agremiação: admissão de novos sócios, organização da diretoria e comissões etc. Com o fim das reuniões administrativas, a primeira sessão de 1895 tinha foco no projeto histórico. Cesário Motta Junior, primeiro presidente do IHGSP, apresentou 10 teses para que os sócios desenvolvessem conferências sobre tais assuntos.

As teses de Motta poderiam apontar para as lacunas apontadas na apresentação da Revista. A centralidade da história local e nacional em São Paulo não é somente interna, mas também externa. Se as teses de Motta expunham a necessidade de estudos sobre o Estado, também buscavam a influência de São Paulo sobre a nação, como pode ser visto na sétima tese e também na nona. Mesmo que todas as teses fossem voltadas para São Paulo, elas poderiam buscar uma ligação com o nacional. Além disso, a segunda e terceira teses remetiam

¹³⁹ AO LEITOR, op. cit.

¹⁴⁰ ARAÚJO, 1988, op. cit., p.30-31

¹⁴¹ AO LEITOR, op. cit.

às bandeiras, e aqui, podemos pensar no papel que lhes seria dado no Instituto posteriormente na expansão e povoamento do interior do país¹⁴².

Tabela 4 – Teses de Cesário Motta Junior

1.	Das divisas de S. Paulo com os Estados limítrophes.
2.	Da influência do rio Tietê na civilização de S. Paulo.
3.	Missões jesuíticas do Guayrá.
4.	Da viação férrea em S. Paulo, no passado, presente e futuro.
5.	Da geografia médica de S. Paulo.
6.	Da flora e fauna de S. Paulo.
7.	Influência do estudo do Direito em S. Paulo na civilização do Brasil.
8.	Das finanças de S. Paulo, no passado, no presente e no futuro.
9.	Da lingua portugueza e das modificações que tem experimentado em S. Paulo
10.	Da imprensa de S. Paulo e de sua influência desde os seus primeiros tempos

Fonte: *RIHGSP*¹⁴³

Na mesma sessão que Motta apresentou suas teses, Duarte de Azevedo ainda propôs solicitar às Câmaras Municipais do Estado de São Paulo o envio de documentos de seus arquivos referentes “a pontos da nossa história ou que tenham importância ou interesse geral”¹⁴⁴, a fim de obter material que tornasse possível o desenvolvimento das teses propostas. Na sessão de 4 de junho de 1895, o IHGSP recebia um ofício da Câmara Municipal de Conceição de Itanhaém informando não haver documentos que poderiam ser úteis ao Instituto e os poucos existentes estavam sendo estudados por Benedito Calixto, sócio da agremiação. No primeiro volume da Revista não havia mais menção de resposta de outra Câmara Municipal.

Se o primeiro volume da Revista apontava objetivos e caminhos que se almejava tomar, também expunha a importância da documentação para a produção histórica. No entanto, expondo somente o porquê de utilizá-los, não expunha o meio pelo qual se daria essa análise. Se a fundação do IHGB no século XIX inaugurava a história como disciplina no Brasil, com métodos e temas próprios¹⁴⁵, o IHGSP localizava-se temporalmente em um momento de mudanças na cultura histórica brasileira, em que os temas e objetivos elencados

¹⁴² Cf. ABUD, 1985, op. cit.

¹⁴³ ACTAS das Sessões. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, 1895. p.223.

¹⁴⁴ Ibid., p. 223.

¹⁴⁵ Cf. OLIVEIRA, 2013, op. cit., p. 25; GOMES, 2009, op. cit.; GOMES, 2013, op. cit.; GUIMARÃES, 2007, op. cit.; GUIMARÃES, 1995, op. cit.; GUIMARÃES, 1988, op. cit.; HRUBY, 2007, op. cit.

pelo IHGB para a história nacional modificavam-se e eram questionados a partir das discussões geradas, por exemplo, pela chamada “geração de 1870”. Dessa forma, quais seriam os procedimentos metodológicos utilizados para a análise dos documentos na *RIHGSP*? Como esses trabalhos se relacionavam com essa discussão? Voltaremos aos diferentes aspectos explorados no primeiro capítulo para responder essa questão. Pretendemos analisar esses trabalhos por meio de um viés metodológico, buscando, além disso, observar as relações ou repetições que poderiam ocorrer entre estes trabalhos.

2.1. A outra São Vicente: a fundação de Iguape e os primeiros anos da colonização

Ernesto Young no trabalho *História de Iguapé* defendia o estudo da localidade fazendo um balanço entre seu isolamento e sua influência na história do Estado de São Paulo, afirmando que a cidade serviu como um “celeiro” em momentos de carestias. Porém, esse trabalho, *História de Iguapé*, representava os últimos momentos de uma pesquisa publicada entre 1897 e 1905. Entender o início desses estudos e seu desenvolvimento expunha diferentes procedimentos utilizados para a análise de documentos que construíram a história da localidade.

No primeiro trabalho, *Esboço historico da fundação da cidade de Iguape*¹⁴⁶, publicado no segundo volume da Revista, cobrindo os anos de 1896-1897, o objetivo principal do estudo era definir o ano de estabelecimento dos primeiros europeus na área de Iguape, verificando datas e fatos ligados à origem da cidade. Young apontava que alguns historiadores defendiam a busca pelo nome dos primeiros povoadores como algo de menor importância, tendo em vista que estes pioneiros não contribuíram para a fundação dos primeiros povoados existentes. No entanto, Young rebate tal afirmação:

Não posso acordar com tais opiniões, visto como se os primeiros não estabeleceram diretamente as povoações, pelo menos auxiliaram muito os fundadores, já lhes facultando o apoio dos indígenas, já lhes indicando os mais próprios lugares, evitando assim muitas aventuras que redundariam de certo em prejuízos incalculáveis para aqueles que sem conhecimento da zona em que pisavam, teriam ainda de haver-se com um inimigo temível – o indígena¹⁴⁷.

¹⁴⁶ YOUNG, Ernesto. *Esboço historico...*, op. cit.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 52.

No decorrer do trabalho, a afirmação da importância ou não de se conhecer os primeiros povoadores ganhará mais sentido. Por ora, Young defendia seu estudo ao apontar que esses “povoadores” prepararam o terreno para os fundadores, criando laços com os indígenas e reconhecendo o local.

Além disso, na primeira parte do trabalho, intitulada *Advertência*, Young fazia uma breve reflexão acerca da produção histórica. A função de historiador, assim denominada, teria aspectos singulares para ser exercida. Era necessário tempo e meios para analisar e alcançar documentos de difícil aquisição e localizados nos mais diversos lugares. O historiador deveria ater-se a documentos originais para manter seu “principal mérito”, a exatidão dos documentos, não arriscando assim tratar de fatos que não passavam “de produto da fértil imaginação de um historiador menos escrupuloso.”¹⁴⁸ No entanto, os escassos documentos reunidos por Young acerca dos primeiros anos da colonização geraram um sentimento de hesitação. A importância do descobrimento do novo continente “naturalmente despertou os sentimentos de vaidade das nações europeias.”¹⁴⁹ Assim, havia uma tendência nos documentos por esta ou aquela nação conforme a nacionalidade ou simpatia do autor, ocasionando a hesitação apontada por Young e o questionamento da fidelidade dos documentos que podiam omitir certos fatos:

Encontrei frequentes vezes nas obras que manuseei muitas contradições a respeito de datas e de fatos atribuídos à pessoas que nem deles menção fazem em seus diários escritos na ocasião; assim também, descobertas realizadas por pessoas que não podiam estar naquelas paragens na ocasião citada. Verifiquei, enfim, que ainda não temos uma verdadeira e fiel História do Brasil¹⁵⁰.

Esse excerto é de fato intrigante. Aceitando que o trabalho foi escrito entre 1896 e 1897 ele remetia e traçava um paralelo com o livro de Capistrano de Abreu, *O Descobrimento do Brasil*. Publicado em 1883, no livro Abreu analisava as três pretensões que defendiam sua posição de descobridor do Brasil: a francesa, a espanhola e a portuguesa. Como exposto anteriormente, a trajetória e a produção de Capistrano de Abreu são importantes para se entender as mudanças da matriz histórica brasileira no fim do século XIX. Analisando a pretensão espanhola, Abreu concorda com os relatos apontando que Vicente Pinzón, navegador espanhol, havia chegado à costa brasileira no início de 1500, portanto antes de

¹⁴⁸ YOUNG, Ernesto. Esboço historico..., op. cit., p. 49.

¹⁴⁹ Ibid., p. 51.

¹⁵⁰ Ibid., p. 51.

Pedro Álvares Cabral, porém, sem haver um esforço de colonização. Havia ainda o relato de Américo Vespúcio que afirmava ter aportado em terras brasileiras em 1499. Abreu contestava tal relato utilizando o testemunho de uma companhia de Vespúcio, Alonso de Ojeda, afirmando que seu navio jamais chegara ao Brasil. Assim:

[...]os dois testemunhos contradizem-se, anulam-se, por conseguinte, e nem se pode combater o de Hojeda em nome de Vespúcio, nem o de Vespúcio em nome de Hojeda. O que se deve fazer é procurar testemunhos complementares, que façam inclinar a balança a favor de um ou de outro. Felizmente abundam.¹⁵¹

Ricardo Benzaquen analisando tal obra defende que Capistrano de Abreu tenha se apropriado de novos procedimentos ou regras substituindo a concepção clássica de história, operando assim uma transição para a dita concepção moderna que também representaria as mudanças da disciplina histórica do próprio período no Brasil¹⁵². Uma das regras desse método seria o aspecto recorrente nos trabalhos analisados até o momento, o caráter lógico dos fatos buscando superar ambiguidades e contradições¹⁵³.

A última parte do excerto de Young talvez seja mais incisiva para apontarmos a associação com essas mudanças. Afirmar que não havia sido feita uma fiel história do Brasil cria uma clara ligação com essa discussão. Se os temas, os objetivos e os métodos eram modificados no fim do século XIX, também se almejou a produção de uma nova história do Brasil que correspondesse a essas mudanças e, na avaliação de Young, tal projeto não havia sido posto em prática. Com os trabalhos publicados na *RIHGSP* não conseguimos afirmar que Young estivesse se referindo a essa discussão. No entanto, as afirmações sugerem uma forte associação com essa problemática.

Entretanto, se não havia esta história do Brasil, fiel e verdadeira, Young proporciona um caminho para que tal história fosse produzida:

Se possível fosse reunir as histórias dos municípios, conseguir-se-ia fazer a história minuciosa e verdadeira de todo o país. Neste pressuposto, desejando

¹⁵¹ ABREU, 1883, op. cit., p. 27.

¹⁵² A tese da concepção moderna de história afirma que mudanças vivenciadas pela Europa no século XIX acarretaram mudanças na matriz histórica, de uma história exemplo para uma história moderna. Se abandona a concepção clássica, a importância do passado como espaço de experiência, e caminha para a moderna, em que se concebe uma experiência do tempo orientada pelo futuro, o horizonte de expectativa. Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

¹⁵³ ARAÚJO, 1988, op. cit., p. 38.

fazer alguma coisa que estimule os competentes à tarefa, árdua sem dúvida, de fazer a história de Iguape, lemos não poucos livros e muitos documentos, enfadonhos e sem encantos, e aprendemos fatos e costumes dos quais só existem recordações na poeira dos velhos arquivos¹⁵⁴

E mesmo aqui, Young reforçava essa ligação com Abreu. Se no *Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen*¹⁵⁵, Capistrano de Abreu apontava novos temas para a historiografia, e que foram apropriados pelos sócios do Instituto, ali também havia a indicação da prioridade em produzir monografias locais:

Sinais de renascimento nos estudos históricos já se podem perceber. [...]. Muitas províncias compõem as respectivas histórias. Períodos particulares, como a Revolução de 1817, a Conjuração Mineira, a Independência, o Primeiro Reinado, a Regência, são tratados em interessantes monografias. Por toda parte pululam materiais e operários; não tardará talvez o arquiteto¹⁵⁶

As modificações na matriz histórica desse período levaram a um diagnóstico da necessidade de escrita de uma nova história nacional que correspondesse aos novos objetivos e temas. Além disso, se percebe nos autores analisados a ausência de trabalhos direcionados para uma história geral. Pelo contrário, afirmavam como seria necessário produzir as histórias locais para que futuramente um “arquiteto” reunisse tais monografias locais em uma síntese, em uma história do Brasil.

Na segunda parte do trabalho, *Acontecimentos históricos antecedentes ao anno 1500*, Young parece continuar conversando com o trabalho de Abreu. Ao analisar as primeiras expedições que aportaram no Novo Mundo, o autor se detém à expedição de Alonso de Ojeda. Reafirmando a presença de Américo Vespúcio na viagem, ocorrida em 1499, Young reafirma que Ojeda não chegou em terras brasileiras nesse ano. Saindo de Sevilha em maio de 1499, a expedição chegou no mesmo mês à costa Norte da América do Sul e seguiu em direção Oeste passando pela ilha de Espanhola, onde se encontrou com Cristóvão Colombo, e regressou a Espanha. Dessa forma, se Ojeda chegou em maio na América do Sul, e tal local estava a 11 graus de latitude Norte, seguindo a Oeste e depois rumando para a ilha de Espanhola, Ojeda

¹⁵⁴ YOUNG, Ernesto. *Historia de Iguape*, op. cit., p. 222.

¹⁵⁵ Dos diferentes estudos sobre Capistrano de Abreu alguns trabalhos analisaram mais a fundo este texto. Mateus Pereira e Pedro Santos apontam a sistematização no *Necrológio* de uma série de experiências do tempo no qual se entende que a história reconstruiria no presente esta experiência a partir da pesquisa empírica. Tal argumento é reforçado por Karina Anhezini quando expõe como o *Necrológio* delimitou objetivos, desafios, caminhos que a disciplina histórica deveria tomar a partir daquele momento e questionava, ainda, se a história escrita sob as diretrizes expostas por Capistrano não começaria neste texto. Cf. ANHEZINI, 2015, op. cit.; OLIVEIRA, 2013, op. cit.; PEREIRA; SANTOS, op. cit.

¹⁵⁶ ABREU, 1975, op. cit.

não poderia estar em junho a 5 graus de latitude Sul como afirmavam alguns autores¹⁵⁷. Aqui, o procedimento era mais simples do que expor o contraditório. Era reafirmada a importância do documento e de sua capacidade de apontar a verdade sobre os fatos.

Na terceira parte do texto, *As viagens durante os anos 1500 a 1502*, Young chega às expedições que supostamente alcançaram Iguapé. Após a viagem de Cabral em 1500, em 1501 uma nova expedição foi organizada a fim de explorar o novo local. Nessa frota estava presente Américo Vespúcio, que em seu relato aponta a chegada a 5 graus de latitude Sul no dia 16 de agosto do mesmo ano, nomeando tal local como Cabo de São Roque em lembrança ao padroeiro deste dia. Continuaram navegando pelo litoral rumo ao sul, e em fevereiro de 1502, chegaram a um porto próximo ao Trópico de Capricórnio, reabasteceram o estoque de água e de lenha, e do lado sul da foz de um rio colocaram um padrão, para assinalar a presença da frota naquele local, também deixaram um bacharel degredado no local¹⁵⁸.

Não podendo afirmar se os nomes dados por esses navegadores aos acidentes geográficos continuaram sendo utilizados posteriormente, um mapa publicado em Roma, em 1508, apresenta correspondência entre os nomes utilizados nesse mapa e os utilizados pelos navegantes. No mapa aparecia um *Rio de Cananor* correspondendo à latitude da Barra de Cananeia, onde estava localizado Iguape. Pelo relato de Américo Vespúcio, que “observou com muito cuidado a posição dos pontos salientes deste litoral”¹⁵⁹, frisando a importância do olhar, é provável que o local onde foi deixado o bacharel degradado fosse a ilha do Cardoso, próximo a ilha de Cananeia.

Nas divisões seguintes do trabalho, Young faz um apanhado de diferentes explorações a fim de montar o tráfego dos primeiros exploradores pela região de Iguape. Aponta que, na expedição de 1508 de Vicente Pinzón e Juan de Solís deixaram sete castelhanos, a 23 graus de latitude Sul, em local que nomearam como *Rio dos Innocentes* e *Bahia dos Perdidos*, próximo a ilha de Santa Catharina, onde perderam mais homens¹⁶⁰. Em 1525, outra expedição encontrou com os homens de Solís deixados em Santa Catarina e cerca de 30 homens desta nova expedição resolveram permanecer ali¹⁶¹. Saindo de Portugal no ano de 1526 a expedição de Diogo Garcia após chegar ao Brasil, na baía do *Rio dos Inocentes*, encontrou um bacharel português e este lhe forneceu comida e um intérprete. Garcia encontrou posteriormente com Sebastião Caboto, que havia saído da Espanha em 1526 e chegou ao Rio da Prata em 1527 e

¹⁵⁷ YOUNG, Ernesto. Esboço historico..., op. cit., p. 54.

¹⁵⁸ Ibid., p. 59

¹⁵⁹ Ibid., p. 60

¹⁶⁰ Ibid., p. 61

¹⁶¹ Ibid., p. 64

entrou em combate com os indígenas locais. Após Caboto retornar a Europa, alguns homens de sua companhia permaneceram no local, no entanto, atacado pelos indígenas, o comandante Ruy Garcia de Mosquera retirou-se para a costa do Brasil em um lugar chamado Iguape¹⁶².

Algo a se pontuar nos trabalhos de Young, como no caso da descrição da movimentação de Ruy Mosquera, é a omissão da indicação da fonte. Na descrição das expedições não havia sempre essa indicação. No entanto, também é necessário pontuar que não era um caso excepcional frente aos outros textos analisados neste trabalho. Young afirma que determinar a data de chegada destes primeiros viajantes à costa brasileira era difícil, ainda que fosse “incontestável, *em vista dos documentos existentes*, que nós devemos considerar entre os primeiros europeus, que habitaram este país, Affonso Ribeiro e um outro degradado, que foram deixados em terra [...] por ordem de Pedro Alvares Cabral”¹⁶³. A aparente dificuldade de determinar esses fatos desaparece com os documentos - e isto será buscado por Young. Quando ele afirmava que o objetivo do trabalho seria verificar os fatos e as datas dos primeiros anos de Iguape, a verificação se daria por meio da análise dos documentos.

Porém, um problema permanecia. Havia documentos provando a passagem desses navegadores por aquela área, mas havia um documento da própria cidade de Iguape comprovando a antiguidade da localidade? Young aponta que os documentos mais antigos reunidos em seu trabalho remontam ao ano de 1677, para os arquivos presentes no cartório municipal e nos arquivos da Câmara Municipal, e a 1762, para documentos pertencentes à igreja, remetendo a um importante ponto. No volume 2 da *RIHGSP* reencontramos no trabalho de Young o objetivo apontado nas Atas do primeiro volume da Revista: buscar os documentos nas câmaras municipais a fim de preencher lacunas da história paulista. Ao fim desse trabalho se encontravam compilados 24 documentos reunidos por Young. Em estudo posterior, outros 185 documentos foram publicados na *RIHGSP*¹⁶⁴. O passado estava a ser desvendado e seguia procedimentos que priorizavam os documentos.

No entanto, a busca por esse “documento primevo” continuava. Exceções às datas mais antigas dos documentos que Young conseguiu reunir, 1677 e 1762, apareciam na sua pesquisa. Em um livro de notas do cartório de Iguape, Young afirma a presença de um traslado de uma carta de sesmaria dado em 1637 a um morador da vila de Nossa Senhora das Neves de Iguape. No livro de notas também era mencionado o traslado de uma certidão que teria passado pela Câmara de Iguape em 1560. Outro registro apontaria para um livro do

¹⁶² YOUNG, Ernesto. Esboço historico..., op. cit., p. 67 et seq.

¹⁶³ Ibid., p.69. (grifo nosso)

¹⁶⁴ YOUNG, Ernesto. História de Iguape (documentos para a). *RIHGSP*, São Paulo, v.9, 1904.

tombo da Igreja de Nossa Senhora das Neves de Iguape, remontando ao ano de 1577, livro não localizado por Young e presumido perdido.

Por fim, na última parte do trabalho, *Deduções em vista dos documentos e tradições*, diante da impossibilidade de encontrar um documento da própria localidade comprovando sua antiguidade, Young busca fazer deduções a partir dos relatos dos primeiros navegadores que estiveram naquela área afim de reforçar a presença deles. Reafirmando a confusão dos nomes dados aos diferentes locais por diferentes expedições, e também levando em conta a dificuldade de transmitir notícias e os erros astronômicos, comuns para a época segundo Young, foi posta em dúvida a localização do *Rio dos Innocentes*, de 23 graus e $\frac{1}{4}$ de latitude Sul. Tendo em vista que é nesse local o qual Vicente Pinzón e Juan de Solis perderam sete tripulantes e onde Diogo Garcia encontrou o bacharel português, lhe fornecendo mantimentos e um intérprete, Young concluiu que o *Rio dos Innocentes* e *Rio de Cananea* eram nomes diferentes para o mesmo curso de água, mesmo que as coordenadas de ambos divergissem.

As afirmações de Young eram reforçadas pelo *Diário da Navegação*, de Pero Lopes, integrante da expedição de Martim Afonso entre 1531 e 1532. Naquela época, a posição da Ilha do Abrigo, ou Cananeia segundo os navegantes, era mais ou menos exata. Pero Lopes aponta em seus relatos que tendo chegado a determinado local, havia reconhecido a ilha e próximo ao local encontraria o bacharel desterrado¹⁶⁵. Tais informações, vindas de um relato da época, confirmariam a tradição local do núcleo antigo da vila de Iguape, tendo em vista que o núcleo atual era diferente, ter sido formado por um bacharel desterrado e por naufragos. Young utilizava a tradição, mas somente tendo a confirmação dos documentos.

Chegando a essa conclusão, de que a antiga vila de Iguape havia sido fundada pelo bacharel desterrado, ainda restava definir qual era a identidade desse bacharel, problema explorado no trabalho *Subsidio para história de Iguape* publicado em 1902¹⁶⁶. Nesse mesmo volume se encontrava a série de estudos questionando pela primeira vez a imagem de João Ramalho na *RIHGSP*. Comemorava-se o quarto centenário do “Descobrimento” do Brasil, reavaliava-se as origens da nação. Retomaremos isso adiante. Os cronistas coloniais apontavam diversos nomes que se estabeleceram nessa área, entre São Vicente e Cananeia, antes de 1532, antes da expedição de Martim Afonso de Souza. Dentre eles haviam os nomes de João Ramalho, Antônio Rodrigues, Francisco de Chaves, Duarte Peres e Aleixo Garcia. A partir dos relatos, Young considera e descarta esses nomes. João Ramalho provavelmente

¹⁶⁵ YOUNG, Ernesto. Esboço histórico..., op. cit., p. 95-96.

¹⁶⁶ Idem. Subsidio para a história de Iguape, 1902, op. cit.

chegou a São Vicente entre 1510 e 1512, mesma época da possível chegada de Antônio Rodrigues. Francisco de Chaves era citado pelo *Diário da Navegação* de Pero Lopes sem ser associado à imagem do bacharel: “Francisco de Chaves e o bacharel, e cinco ou seis castelhanos”. Duarte Peres também é desconsiderado como a identidade do bacharel pela falta de evidências. Desta forma, o bacharel seria Aleixo Garcia?

As informações sobre a viagem de Aleixo Garcia são mais completas em comparação aos outros nomes relacionados no trabalho de Young. Garcia teria feito uma expedição partindo de São Vicente em direção ao interior do continente. Analisando os relatos de Ruy Dias de Gusmán, o qual seria a origem dessa informação, no entanto, observa-se: “A simples afirmação de uma pessoa, baseada em tradições, ou sobre contos de terceiros, como, por exemplo, de filho de Garcia, [...] não é suficiente para ser aceita em todo rigor”¹⁶⁷. O relato de Gusmán, por não ter sido testemunha direta dos eventos narrados, anula seu poder de dizer algo sobre o passado. Assim, Young ainda contesta a afirmação de que a expedição havia saído de São Vicente. Utilizando-se da *História do Brasil* de Robert Southey, aponta, segundo esta obra, a chegada de Garcia a baía de São Vicente “onde um português, que tinha o grau de bacharel forneceu mantimentos e um intérprete”¹⁶⁸. Para Young, essa afirmação e o fato da expedição ter ocorrido no ano de 1526, fortalecia sua tese de que a expedição saiu de algum ponto próximo a Iguape, separando Garcia da identidade do bacharel.

Não encontrando correspondente a partir desses nomes onde poderia continuar sua investigação? Young indica a existência de documentos apontando que o primeiro europeu a possuir terras em Iguape foi um homem chamado Cosme Fernandes. Porém, como confirmar tal afirmação e como sustentar a ligação entre Fernandes e a identidade do bacharel? Young constrói uma lógica a partir dos relatos que indicavam possíveis descendentes do bacharel na região. Se Fernandes foi o primeiro possuidor de terras nessa área, provavelmente teria escolhido o melhor local para estabelecer sua moradia. Assim, a localização privilegiada também deveria estar presente nas terras herdadas por seus descendentes, e segundo Young, esse critério era atendido pelas terras de Francisco Álvares Marinho, que se declarava descendente de Fernandes.

Retomamos a afirmação de Young sobre a cidade de Iguape citada na introdução deste trabalho: como esta cidade, que parecia isolada, poderia ter influência na “evolução social” no “progresso material” do País ou do Estado? Defende-se a imagem de Iguape de celeiro, mas,

¹⁶⁷ YOUNG, Ernesto. Subsidio para a história de Iguape, 1902, op. cit., p. 287.

¹⁶⁸ SOUTHEY apud YOUNG, Ernesto. Subsidio para a história..., 1902, op. cit., p. 288.

além disso, Young constrói para a cidade um papel histórico nos primeiros anos da exploração e ocupação do território nacional. Iguape teria seu próprio pioneiro na figura do bacharel desterrado, Cosme Fernandes, e poderia se constituir como uma outra “São Vicente”.

Young, ainda, expunha a apropriação de procedimentos para análise de documentos, além de indicar uma possível ligação com os trabalhos de Capistrano de Abreu. A compilação e publicação de 185 documentos expunha um sentido semelhante ao volume XI dos *Documentos Interessantes...*, sobre a questão de limites, expondo a importância do documento para essa concepção de história e para resolução dos problemas colocados. Não por acaso Afonso de Taunay afirmava “Oxalá surgissem outros tantos Young nas nossas velhas localidades, a salvar os velhos e infelizes arquivos municipais da ruína que os ameaçava ou a resguardar o pouco que ainda de muitos deles restava”¹⁶⁹. Porém, não era somente descobrir documentos, mas também era necessária uma análise crítica que superasse as contradições e as ambiguidades dos relatos da época para se alcançar os fatos.

No próximo tópico buscaremos aprofundar a análise dos procedimentos metodológicos presentes na *RIHGSP* por meio da análise dos textos de outro problema que movimentou a busca pelo verdadeiro e pelo falso para os letrados do Instituto: a localização da vila de Santo André da Borda do Campo.

2.2. A localização da Vila de Santo André da Borda do Campo

A discussão em torno da localização da Vila de Santo André da Borda do Campo surgiu como derivação dos trabalhos que se voltaram a entender a figura de seu fundador, João Ramalho. No volume sétimo da *RIHGSP*, de 1902, eram apresentados alguns trabalhos que problematizavam esse personagem. A discussão sobre João Ramalho no Instituto Histórico havia iniciado nesse período por conta do interesse ocasionado pela comemoração do IV centenário do Descobrimento do Brasil. Nesse momento, a mudança de regime político tornava propício a reavaliação das origens da nação¹⁷⁰, e São Paulo, que almejava uma posição de predomínio sobre as outras províncias, também se voltava para esse período a fim de reavaliar a história nacional a partir dos exemplos paulistas. A possibilidade de apontar um

¹⁶⁹ TAUNAY, Afonso de. Discurso..., op. cit., p.154

¹⁷⁰ Lucia Lippi de Oliveira estuda de forma breve o papel das comemorações na formação da identidade de uma nação e como as comemorações criadas durante a República buscaram construir essa nova identidade nacional alinhada ao novo regime. Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2283/1422>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

português, e antes, um “paulista”, chegando à América antes de Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral, como se cogitava em relação a Ramalho, deram força ao estudo desse personagem. Francisco de Campos e Andrade afirmaria no trabalho *João Ramalho, Contribuição para sua reabilitação* publicado no mesmo volume da *RIHGSP*, buscando justificar a necessidade desse estudo:

A reabilitação da memória de antepassados que contribuíram, na medida de suas forças, e sob a influência do meio etnográfico, do seu tempo, para a formação de uma nacionalidade como para o progresso da civilização, não pode ser coisa indiferente a nós, que somos do ontem, que apenas contamos quatro séculos de existência.¹⁷¹

No artigo *João Ramalho, Sua fé e nobreza* de João Coelho Gomes Ribeiro, também publicado no volume 7, a dimensão nacional da figura de Ramalho é trazida para o espaço local:

Pensamos ter demonstrado, na medida de nossas forças, a iniquidade do labéio atirado, através dos séculos, ao benemérito fundador de Santo André, ao lendário progenitor dos *sertanistas*, e *bandeirantes* de São Paulo, ao velho servidor público, ao fidalgo de títulos do próprio esforço: cuja memória bem merecia uma reabilitação pública, arvorando-se, ao menos, no local das ruínas da sua querida vila, tão próxima desta capital, um padrão, que atestasse aos pósteros a gratidão dos Paulistas, seus descendentes e continuadores, na energia, na iniciativa e no civismo.¹⁷²

Figura controversa, João Ramalho movimentou dois grupos dentro do IHGSP, um associando ele a uma postura negativa, principalmente pela sua ligação com a captura dos índios, e outro buscando reabilitar sua figura. Por fim, a corrente reabilitadora saiu vencedora, criando um nexos da figura de Ramalho como primeiro desbravador do sertão e, com isso, precursor dos bandeirantes¹⁷³.

Os trabalhos que questionaram a figura de João Ramalho foram publicados em 1902, já o primeiro estudo preocupado com o problema da localização da vila seria publicado em 1904, *Restauração Histórica da Vila de S. André*¹⁷⁴, de Theodoro Sampaio. Neste, Sampaio afirmava que no momento de pesquisa da identidade do fundador da vila de Santo André, alguns amigos, “cultores da História Pátria”, haviam visitado o município de São Bernardo do

¹⁷¹ ANDRADE, Francisco de Campos. João Ramalho, Contribuição para a sua reabilitação. *RIHGSP*, São Paulo, v.7, 1902. p. 371.

¹⁷² RIBEIRO, João Coelho Gomes. João Ramalho, sua fé e nobreza. *RIHGSP*, São Paulo, v.7, 1902. p. 436-437

¹⁷³ CAPELATO, Maria Helena Rolim; FERRETI, Danilo Zioni. João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 04, n.08, p. 67-87, 1999. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-4.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2016.

¹⁷⁴ SAMPAIO, Theodoro. Restauração histórica da villa de Santo André da Borda do Campo. *RIHGSP*, São Paulo, v.9, 1904.

Campo a fim de verificar vestígios que poderiam ser da vila de João Ramalho. As ruínas estavam cobertas por vegetação, e só em alguns trechos se reconhecia uma vala obstruída pelas raízes. Também havia uma velha estrutura de taipa, no entanto, nenhum vestígio sólido foi conseguido com essa expedição.

Sampaio descreve que: “calcávamos ruínas cuja antiguidade se nos impunha com a força da evidência e, contudo, não tínhamos na alma aquela segurança nascida da lógica irresistível dos fatos”¹⁷⁵, e acrescenta, “Estávamos ali, com efeito, a borda do campo, onde finda a mata e começa o prado”. Aqui temos duas informações importantes. Por mais que o olhar proporcionasse um contato direto com o real, as ruínas não conseguiam construir uma base sólida para a alegada antiguidade. Os fatos e os documentos eram necessários para se confirmar tal alegação. Mesmo após a viagem, para determinar a localização da vila era necessário estudar “os fatos à luz dos documentos existentes, com auxílio de dados topográficos colhidos na região, com o testemunho dos moradores”¹⁷⁶. E Sampaio já assumia, de antemão, que aquele local era a borda do campo. Cabia provar.

Para determinar a localização da vila de Santo André da Borda do Campo, Sampaio começava sua análise tentando construir o contexto de formação da vila. A figura de João Ramalho é retomada como os primeiros exploradores e povoadores da região. Segundo o autor, quando Martim Afonso de Souza subiu aos campos de Piratininga em 1532, João Ramalho era o único europeu residente naquele espaço. Os primeiros esforços de colonização concentraram os pioneiros no litoral. O que explicaria o adiantamento de Ramalho? Segundo Sampaio, a facilidade na captura do índio. Porém, no relato do Padre Leonardo Nunes, de 1550, se indicava o pioneirismo de Ramalho no movimento de ocupação, mas não a de erigir a primeira vila acima da Serra do mar.

No relato de viagem do alemão Ulric Schmidel a vila era apresentada de forma negativa, expondo o temor de seu chefe, João Ramalho, e mostrava o alívio por sua ausência. O relato chegava a se referir a vila como uma alcova de ladrões. Para Sampaio, o relato de Schmidel era “autoridade insuspeita”. Essa visão negativa corroborada por Sampaio continuava quando este se indagava acerca da constituição da vila. Retomando o livro *Memórias*, de Frei Gaspar da Madre de Deus, publicado no século XVII, Sampaio questionava se a vila de Santo André teria tido os prédios públicos ou as fortificações

¹⁷⁵ SAMPAIO, Theodoro. Restauração histórica..., op. cit., p. 1.

¹⁷⁶ Ibid., p. 2.

apontadas nesse trabalho. Sampaio buscava uma coerência nos fatos e confrontava os diferentes relatos a fim de confirmar a veracidade das informações¹⁷⁷. Tendo em vista as limitações de tempo e de recursos dos habitantes da vila, além da ausência no relato de Schmidel da menção a tais construções, Sampaio afirmava que Santo André fora uma “pobre aldeia, fadada a vida efêmera e sem glória”.

Sampaio ainda desenha um cenário colocando em campos opostos a vila de Santo André e a vila de São Paulo. Enquanto Santo André e João Ramalho representariam os bandeirantes e a escravidão dos indígenas, São Paulo representaria os jesuítas e a catequização, dois modelos distintos que estavam no cerne das visões negativa e positiva construídas sobre João Ramalho, como exposto anteriormente. Enquanto as características ligadas a fundação de Santo André justificavam a sua transitoriedade, as características ligadas a São Paulo justificavam sua perenidade:

São Paulo opunha-se a Santo André da Borda do Campo como uma sentinela à vista, como os polos opostos de dois sistemas diversos e também opostos. Aquele representava a civilização do Brasil pela redenção do selvagem; este, ao contrário, representava a conquista pelo que esta tinha de mais iníquo e opressor, a escravidão. Um era a persuasão, outro era a força. Anchieta era a brandura, Ramalho era a violência. [...]

*Venceu a Brandura, frutificou a fé, converteu-se o selvagem. Santo André desapareceu sem deixar vestígios; mas o sistema que ele representava, suplantado agora, não sofre senão um prolongado adiamento, por que em menos de um século ressurgirá vitorioso e irresistível com os bandeirantes*¹⁷⁸

Sampaio encadeava Santo André da Borda do Campo no mito bandeirante afirmando que a cidade havia sido o “primeiro despertar da civilização neste lugar fadado para os mais arrojados cometimentos na conquista e descobrimento dos sertões ocidentais”¹⁷⁹. Apesar de permanecer uma visão negativa, com a ligação da povoação de Santo André à escravidão do índio, Sampaio apontava também que a supressão da localidade adiou um sistema ressurgido com os bandeirantes. Esse aparente paradoxo que Santo André carregava era representativo de outros problemas recorrentes no Instituto, como a viabilidade racial do bandeirante exposta anteriormente no primeiro capítulo deste trabalho.

Essa mesma imagem dicotômica reforçava a ideia oposta ao relato de Madre de Deus. Santo André, edificada na borda da mata, estava exposta ao ataque dos inimigos, enquanto São Paulo era mais protegida, situada em uma encosta íngreme e entre dois fossos naturais, os

¹⁷⁷ ARAÚJO, 1988, op. cit., p. 38 et seq.

¹⁷⁸ SAMPAIO, Theodoro. Restauração histórica..., op. cit., p. 10.

¹⁷⁹ Ibid., p. 3.

rios Tamanduateí e o Anhangabaú. Santo André, construída a partir do signo de guerra contra o selvagem nunca poderia ter igreja, segundo Sampaio, sendo desprovida dos elementos que garantiram o sucesso da vila de São Paulo, “a paz, a segurança, ao bafejo das autoridades, a simpatia do gentio, a influência religiosa”.

Após caracterizar a história da vila de Santo André, Sampaio se voltava para a determinação do local. O completo desaparecimento da vila era um processo que ocorreu tanto por via oficial, quando se ordenou o deslocamento dos moradores remanescentes para a vila de São Paulo, quanto pelas condições que condenavam tal local à extinção. E isto resultava na escassez de evidências físicas. A localização da vila “deixou na história este problema geográfico”¹⁸⁰, apontando a dualidade da questão nos dois campos de estudos. Para superar isso, Sampaio utilizaria das informações contidas nos documentos, na planta topográfica do terreno e de informações colhidas no local, “as quais, submetidas a um exame crítico, podem conduzir a resultados concordes e fidedignos”¹⁸¹. Tal afirmação é importante. Valer-se da tradição era uma possibilidade aberta na concepção moderna de história¹⁸². Porém, era necessário o exame crítico, a fim de superar ambiguidades e vícios causados pela principal, e essencial, ausência nos relatos dos locais: a evidência documental.

Sabendo que a vila estava localizada à borda do campo e à beira do caminho ligando os campos de Piratininga até o litoral, a localização da vila seria encontrada ao determinar o local onde essas duas linhas se cruzavam. Sampaio afirmava que o caminho aberto pelos indígenas foi utilizado pelos europeus. O ponto principal para a tese de Sampaio é que o traçado do caminho foi respeitado desde seu início, assim essa linha era facilmente delimitada. Inicialmente, a vereda seguia rumo sul-sudeste, e contava com *pontos obrigados* – provavelmente demarcando locais de fácil acesso. Tais pontos eram geralmente em locais de encontro da mata com o campo, como o vale do rio dos Meninos, afluente do rio Tamanduateí.

¹⁸⁰ SAMPAIO, Theodoro. Restauração histórica..., op. cit., p. 12.

¹⁸¹ Ibid., p.12.

¹⁸² Como afirma Ricardo Benzaquen, na concepção moderna de história não se abandona totalmente o uso da tradição, mas se empreende “um esforço das mais distintas posições que se utilizavam desta concepção no sentido de encontrar um filtro que garantisse uma relativa crítica das narrativas tradicionais, diminuindo a incidência do “mítico”, do “maravilhoso”, do inverossímil e, conseqüentemente, aumentando o poder de persuasão de cada uma delas”. ARAÚJO, 1988, op. cit., p. 30.

divisor de água dos rios Grande e Tamanduateí, cobertos por uma vegetação que não se afastava muito dos morros, segundo Sampaio. No local, poderia se observar, na altitude de 800 metros, a curva de nível assinalando o limite entre o campo e a mata reforçando sua posição na região da bacia do Tamanduateí, sendo este local um quilômetro a noroeste da vila de São Bernardo (ver figura 6).

A localização defendida por Sampaio também satisfazia a tese defendida por Frei Gaspar de que a vila estaria localizada dentro da fazenda de São Bernardo, dando origem a vila de São Bernardo, e tinha sua sede e capela próximas ao rio dos Meninos, porém, mais abaixo do suposto sítio de Santo André defendido por Sampaio. Ele ainda utilizaria documentos escritos por Padre José de Anchieta para confirmar sua tese. Anchieta reafirma a localização da vila na “borda e estrada do campo” e indicava que São Paulo de Piratininga estava a 10 léguas de São Vicente e Santo André ficava “três léguas mais para o mar”¹⁸⁴, distâncias, segundo Sampaio, confirmadas no período em que escrevia e correspondiam à localização defendida por ele.

Se os trabalhos de Sampaio abriram essa discussão, outras publicações retomariam o problema nos anos seguintes. No volume 14 da *RIHGSP* três trabalhos deram continuidade à discussão sobre a localização da vila. No primeiro artigo, *Santo André da Borda do Campo*¹⁸⁵, Gentil de Moura¹⁸⁶ propunha uma reavaliação do tema afirmando que as soluções propostas por certos intelectuais, apontando este ou aquele ponto para a localização da vila, não fundamentaram suas opiniões com “documentos convincentes ou defendê-la com outras provas justificativas”¹⁸⁷. Este não seria o caso dos trabalhos de Theodoro Sampaio e Luiz Piza, sócios do IHGSP, e cujos estudos foram publicados na Revista¹⁸⁸, pois problematizaram essa questão seguindo tais parâmetros. Para Moura, esse aspecto justificaria as diversas localizações da vila presentes na historiografia: Varnhagen havia confundido Santo André com São Paulo; Azevedo Marques, bacharel paulista, indicava o assento da vila era próximo à estação de trem de São Bernardo; Machado de Oliveira, historiador paulista, ainda afirmava que a vila de São Bernardo estava situada no mesmo local da vila de Santo André da Borda do

¹⁸⁴ SAMPAIO, Theodoro. *Restauração histórica...*, op. cit., p.16.

¹⁸⁵ MOURA, Gentil de Assis. *Santo André da Borda do Campo*. *RIHGSP*, São Paulo, v.14, 1909.

¹⁸⁶ Gentil de Assis Moura nasceu em São Paulo, capital, em 1868 e faleceu no Rio de Janeiro, capital, em 1929. Formado em engenharia, participou da Comissão Geográfica e Geológica do Estado e foi membro do IHGSP e do IHGB.

¹⁸⁷ MOURA, Gentil de Assis. *Santo André...*, op. cit., p. 5.

¹⁸⁸ SAMPAIO, Theodoro. *Restauração histórica...*, op. cit.; PIZA, Luiz. *Identificação de S. André*. *RIHGSP*, São Paulo, v.14, 1909.

Campo¹⁸⁹. Assim, para Moura, o modo “lacônico” que se tentou solucionar tal problema resultou na pluralidade de lugares e ainda afirmava:

No meio de tanta divergência, predominando nos arquivos o ciúme dos manuscritos, sendo fracos e bastante explorados os documentos já publicados, para que novas fontes dirigir a fim de beber outras informações que solvam a questão?

Devemos apelar para a tradição?

Mas a tradição é uma forma de relação de fatos que escapa ao temperamento brasileiro. Ela precisa ser a fiel narração da família transmitida de uma para outro de seus membros ou então consagrada nos usos e costumes nos emblemas e sinais.

Nossa raça, porém, muito nova ainda por que recebe continuamente elementos novos não pode guardar e transmitir a narração oral dos seus maiores por que estes procedem de diferentes partes.

Tem tanta idiossincrasia em guardar pela tradição os fatos da nossa vida passada que não tolerou um único episódio da vida colonial do país.

Suprimam-se os artigos de Pedro Taques que escavou a reminiscência dos antigos e não teremos da vida paulista uma única narração senão as recolhidas nos arquivos.¹⁹⁰

Tendo em vista as limitações dos arquivos, o “ciúme dos manuscritos”, e não existir documentos novos, quais caminhos tomar para resolver este problema? Deveria se utilizar a tradição? Gentil de Moura fazia uma crítica ao uso da tradição na busca por essa solução, pois a “raça” nacional, pelo seu “temperamento”, não seria capaz de gerar um relato fiel do passado. Nisso, Moura faz uma crítica ao estudo de Pedro Taques, historiador do século XVII, por utilizar da tradição e conclui que somente as fontes e os arquivos poderiam solucionar o problema: “Verificada a impraticabilidade da tradição, vejamos se com alguns dos documentos já citados pelos nossos escritores e com auxílio de outros que conseguimos copiar em arquivos, poderemos fazer a identificação do ponto em que esteve assente à vila de Santo André”¹⁹¹. Dessa forma, na falta de novos documentos volta-se para os documentos existentes. Um novo olhar revelaria algo novo? Moura reafirmava com isso a importância da documentação e a necessária ação de descobrir novos documentos para se chegar a uma resposta.

Passada a apresentação, Gentil de Moura dedica-se ao problema da localização da vila. Recorrendo aos registros de sesmarias guardadas no mosteiro de São Bento, em São Paulo, ele buscou determinar os limites de certas propriedades a fim de definir a localização.

¹⁸⁹ MOURA, Gentil de Assis. Santo André..., op. cit., p. 5-6.

¹⁹⁰ Ibid., p. 6.

¹⁹¹ Ibid., p. 7.

Inicialmente, analisando concessões de terras aos jesuítas, Moura verifica que, nos termos de concessão da sesmária do padre Luiz de Gram para o colégio de São Paulo, Santo André é descrita estando após a vila de São Paulo e seu ponto inicial próximo à casa de Mestre Bartholomeu: “Foi dado posse da dita terra e mato que perto de uma banda por uns pinheiros, perto de Bartholomeu Carrasco, parte com a outra parte, vindo pelo caminho ao longo do mato, caminho da borda do campo, vila que foi de Santo André”¹⁹². Segundo o registro, as terras de Gram ficavam ao sul da propriedade de Carrasco, separadas pelo rio Jurubatuba, que segundo os termos de concessão limitava-se ainda com as sesmarias de Amador Medeiros ao norte, de Pedro Silva à oeste, e a de Braz Cubas ao leste (ver figura 7).

Mesmo solucionando a primeira parte do problema, ou seja, a determinação do perímetro da propriedade de Carrasco, e ainda que a solução fosse encontrada após analisar os termos de concessão “perfeitamente definidos”, cujos herdeiros ainda existiam na propriedade, e mais, apesar da planta oficial da propriedade ajustar-se com perfeição sobre a carta topográfica do Estado, Moura ainda colocava, em tom de ironia, em dúvida tais soluções: “vejamos, contudo, por amor a verdade, se possível situar-se em outro local as propriedades de mestre Bartolomeu e dos Jesuítas”¹⁹³. Porém, não vai além do que repetir aspectos apontados na parte anterior do texto sobre a análise dos termos de concessão dos jesuítas.

Mesmo determinando a localização e o limite das terras de Carrasco, a localização exata de Santo André ainda precisava ser determinada. Para isso, Gentil de Moura utilizando a *Demarcação das terras de Bras Cubas em 1567*, documento publicado no volume 6 da *RIHGSP*, expõe que as terras de Pedro de Góes não chegavam mais a borda do campo, onde localizavam-se os pinhais de onde esteve a povoação de Santo André¹⁹⁴. Segundo os termos de concessões presentes no convento do Carmo, em Santos, as terras de Pedro Góes são descritas como limitadas entre a ilha de São Vicente e o rio Jabaratyba, ou, na grafia usada por Moura, o presente rio Jurubatuba, Grande, Pinheiros¹⁹⁵. Assim, esboçava-se uma hipótese, tal sesmária também se encontraria com as sesmarias de Carrasco ou Gram, tendo em vista que se estendia até os pinhais e o rio Jurubatuba? Segundo Moura, sim, e dessa forma os pinhais presentes nos termos de concessão do Padre Luiz de Gram eram a mesma referência

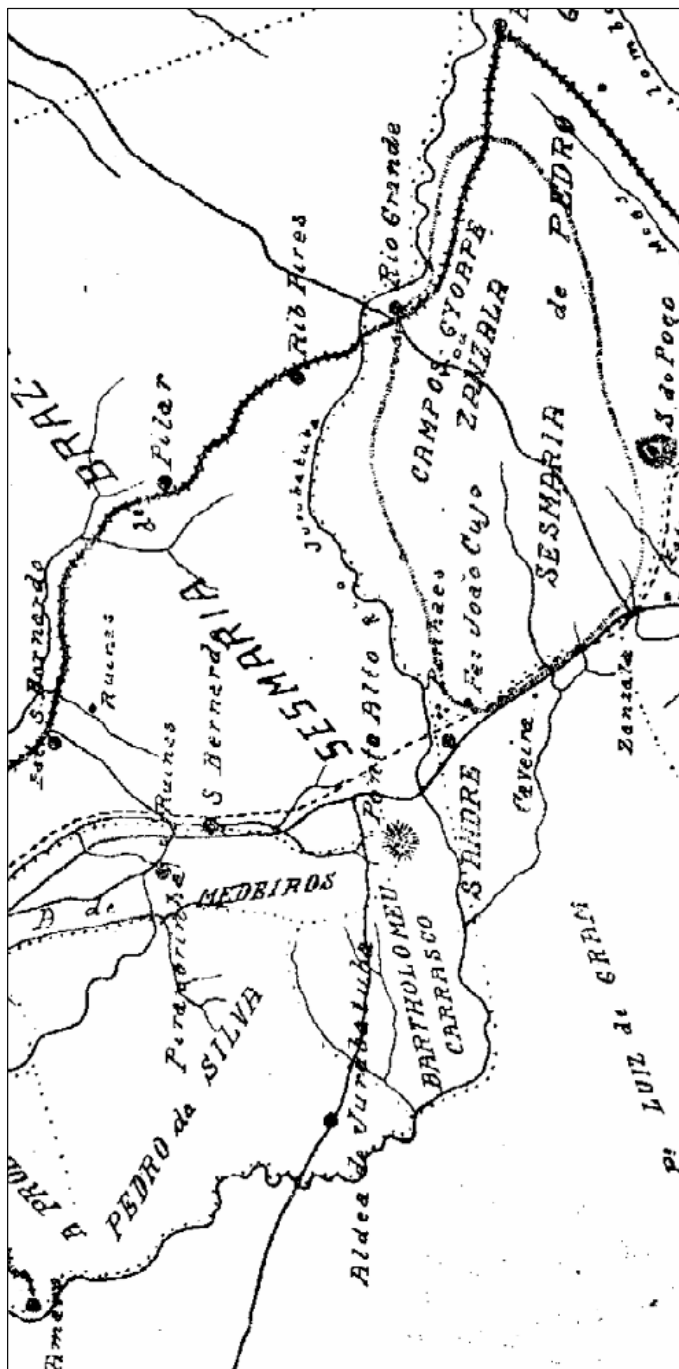
¹⁹² MOURA, Gentil de Assis. Santo André..., op. cit., p. 11.

¹⁹³ Ibid., p. 11.

¹⁹⁴ Ibid., p. 16.

¹⁹⁵ Ibid., p. 13.

Figura 8 – Detalhe do mapa de Gentil de Moura



Na parte inferior do detalhe vemos a sesmaria de Pedro de Góes, e no centro, a localização de Santo André, próxima ao Ponto Alto e das terras de Bartholomeu Carrasco, às margens do rio Jurubatuba. Fonte:

RIHGSP¹⁹⁷

O trabalho de Moura gerou uma resposta produzida por Theodoro Sampaio intitulada *Um problema historico-geographico - Onde foi o assento da Villa de S. André da Borda do*

¹⁹⁷ RIHGSP, São Paulo, v.14, 1909.

*Campo*¹⁹⁸. Sampaio lembrava a retomada da questão no IHGSP e apontava que antes de ser um embate de personalidades ou de quem fez mais para resolver o problema, pois surgia como resposta a um trabalho anterior, era somente uma averiguação se o impasse havia sido solucionado ou não¹⁹⁹.

Construindo o texto a partir da crítica a certos pontos do trabalho de Moura, um dos primeiros aspectos questionado por Sampaio é a crítica à pluralidade de sítios apontados para a localização da vila. Não construindo uma crítica aos procedimentos de tais letrados e sua escolha por este ou aquele local, Sampaio aponta que a maioria deles indicava para um local próximo a vila de São Bernardo²⁰⁰. E ainda afirmava, em relação a Frei Gaspar da Madre de Deus, foi quem mais “documentos manuseou e melhores fontes teve” para analisar a situação. Dessa forma, relativizava-se a crítica de Moura à pluralidade de locais, fortalecendo o argumento de que a vila deveria estar localizada próxima à presente vila de São Bernardo.

Quanto à localização da vila defendida por Gentil de Moura, apesar dos esforços serem “tão dignos de aplausos”, não satisfaziam como solução ao problema pois, “os documentos de que se serviu não dão para tanto, pois que, submetidos a crítica, o que deles mui logicamente se infere é que a povoação de João Ramalho não podia estar a margem daquele rio”²⁰¹. Sendo o rio Jurubatuba uma importante via de navegação e de comunicação, a presença da vila à margem do rio não passaria despercebida aos relatos da época. No entanto, no relato de Ulric Schmidel, visitando a vila em 1552, não há menção de tão importante referência. Além disso, Sampaio questionava, se os registros de sesmarias utilizavam referências tão vagas para determinar seus limites, por que a vila de Santo André, estando em um ponto de encontro de diferentes sesmarias, não apareceria como referência? Fazendo com que os documentos examinados por Moura, segundo Sampaio, não possibilitassem a localização da vila de Santo André às margens do Jurubatuba.

Os trabalhos de Moura, por fim, não trariam um “fato novo” que tornasse necessária a reabertura da discussão, pois foram utilizados documentos conhecidos e já estudados. As possibilidades para resolução da questão estariam, talvez, em descobertas arqueológicas, como, por exemplo, ruínas, sepulturas e restos humanos. Essa possibilidade já havia sido

¹⁹⁸ SAMPAIO, Teodoro. Um problema histórico-geographico - Onde foi o assento da villa de S. André da Borda do Campo. *RIHGSP*, São Paulo, v.14, 1909.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 27.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 28.

²⁰¹ *Ibid.*, p.28.

apontada por Luiz Piza em seu trabalho *Identificação de Santo André*²⁰², publicado em 1909: “[...] num ignorado cemitério de aldeia ficaram alguns ossos, algumas caveiras, apontando aos indagadores de um futuro remoto, num riso sarcástico, o lugar que o poder pretendeu fazer para todo sempre esquecido!”²⁰³. Fora isso Sampaio concluía:

[...]só um documento escrito, coevo, autêntico, encerrando indicações precisas sobre o assunto, daria solução ao problema histórico-geográfico, a qual, entretanto, não pode ser outra senão a de confirmar o resultado a que chegamos, isto é, que o local da extinta vila de Santo André é o mesmo em que hoje está a vila de São Bernardo ou ponto muito próximo deste²⁰⁴

Theodoro Sampaio ao contrapor a análise de Moura reforça os mesmos aspectos daquele. Somente o documento poderia de fato encerrar a questão. No entanto, afirma que esse “fato novo” só viria a confirmar sua tese, da vila estando situada nas imediações de São Bernardo do Campo.

Gentil de Moura ainda publicaria no mesmo volume, *Um problema histórico-geographico - Onde foi o assento da Villa de S. André da Borda do Campo*²⁰⁵, como tréplica ao trabalho de Sampaio. Moura questionava, inicialmente, o uso da tradição no trabalho de Sampaio. Apesar de não rejeitar totalmente tal uso, Moura aponta para o uso sem critério e desprovido das condições que tornassem a pesquisa confiável, tais como a uniformidade, singularidade e concordância em narrar os fatos²⁰⁶. Retomando o trabalho de Sampaio, *Restauração histórica de S. André*, Moura afirmava que no texto era apresentado somente uma das várias tradições locais, apontando para diferentes pontos no qual poderia ter se situado a vila e conclui: “Tradição que não é singular no fato em que descreve, e onde não há concordância por que a narração é controversa, não é tradição, é versão que pode se originar de uma verdade como provir de uma fantasia criada para glorificação que nada tinha com o fato”²⁰⁷.

Ao verificar que a análise dos cronistas e a pluralidade das tradições não favoreciam a resolução do problema, Moura dedica-se a um procedimento mais científico, reestudando a planta topográfica e o traçando dos limites das sesmarias. Tais demarcações também foram

²⁰² PIZA, Luiz. *Identificação de S. André*, op. cit.

²⁰³ Ibid., p. 208.

²⁰⁴ SAMPAIO, Theodoro. *Um problema historico-geographico...*, op. cit., p. 38.

²⁰⁵ MOURA, Gentil de Assis. *Um problema histórico-geographico - Onde foi o assento da Villa de S. André da Borda do Campo*. *RIHGSP*, São Paulo, v.14, 1909.

²⁰⁶ Ibid., p. 55.

²⁰⁷ Ibid., p. 56.

criticados por Sampaio, porém, Moura chama a atenção, este os reproduzia sem modificações (ver figura 6). Buscando rebater a opinião da ausência da vila de Santo André como ponto de referência na determinação dos perímetros das sesmarias, Moura aponta que nas concessões de Pedro Góes e Braz Cubas, em 1534 e 1536, Santo André ainda não existia, tendo sido fundada entre 1549 e 1553, fato que o próprio Sampaio havia apontado em seu estudo de 1909. Se os autos de concessão não fazem menção a vila, os autos de demarcação de 1567 e 1633, porém, trazem essa menção, satisfazendo, assim, essa exigência. As concessões de Bartholomeu Carrasco, Padre Luiz de Gram e Amador de Medeiros, não poderiam ser mais importantes para reforçar essa posição tomada por Moura ao afirmar que eles traziam menções à vila ignoradas por Sampaio.

Outro ponto de discordância girava em torno do rio Jurubatuba. Moura rebatia a afirmação da ausência desse rio, uma importante via de navegação, em relatos como de Ulric Schmidel, tendo em vista a defesa da localização da vila à margem do rio. Segundo Moura, o rio não seria uma importante via de navegação e comunicação, dessa forma sua ausência se justificava. O único relato do período, quanto à utilização do rio, expunha a impraticabilidade dele para a navegação, sendo estreito e obstruído por troncos. Moura também aponta que Schmidel não era a “autoridade insuspeita” defendida por Sampaio, chamando atenção para a falta de detalhes em seu relato de viagem. Resultando, inclusive, na dificuldade em definir seu roteiro por faltar indicações mais precisas que caracterizassem os locais por onde havia passado. Assim, a própria vila de Santo André não é chamada por tal nome, mas sim por aldeia pertencente a cristãos, chefiada por João Ramalho. Não se poderia exigir a presença da menção ao rio de um viajante “descuidado ou indiferente”.

A fim de reforçar o argumento, de que a vila de Santo André não poderia ser à margem do rio Jurubatuba, Sampaio apontou para a inimizade construída entre jesuítas e os moradores de Santo André e, a partir disso, afirmou que os jesuítas utilizavam o rio como meio de evitar Santo André em suas viagens. Moura discordava desse aspecto, não somente por ter indicado a não navegabilidade do rio, mas também por não concordar com a existência de relações conflituosas entre São Paulo e Santo André. Para isso, elencou cinco pontos para defesa de sua hipótese. Primeiro, os jesuítas não tiveram influência na mudança da câmara de Santo André para São Paulo; segundo, não havia animosidade entre as duas vilas, sendo que os jesuítas celebravam “ofícios divinos”, como o próprio Sampaio havia exposto em seu trabalho de 1909 – indicava Moura; terceiro, João Ramalho exerceria cargos importantes, chegando a ser nomeado guarda-mor da região; quarto, não havia lógica em existir tal

inimizade e existir o convite para residir junto aos jesuítas; e finalmente, a “maldição” que afugentava os jesuítas desse local não impediu os monges de São Bento fundar sua fazenda nas imediações do “lugar excomungado”²⁰⁸.

Neste último ponto talvez residiria o problema maior que motivava a disputa entre Sampaio e Moura, as divergências de opiniões e conclusões, principalmente, sobre a oposição entre São Paulo e Santo André e a visão positiva e negativa sobre João Ramalho. Quando analisamos os procedimentos metodológicos utilizados por ambos não havia diferenças profundas. A importância dada ao documento e o confronto de diferentes relatos a fim de desfazer ambiguidades, aponta a apropriação dos procedimentos ligados à concepção moderna de história. Alguns documentos são utilizados por ambos, e ambos ganham diferentes respostas frente à sua análise. A divergência mais nítida era em relação ao uso da tradição. Porém, a fala de Moura expõe que essa tradição a qual ele se opõe é a oral, utilizada em certos pontos por Sampaio. Nesse aspecto, Moura reforçava o ideal de acessar o passado da forma mais fiel e, com isso, afastar-se da ambiguidade dos fatos.

No próximo subtítulo, continuando o aprofundamento da investigação destes procedimentos de análise dos documentos na *RIHGSP*. Retomaremos a questão de limites analisada no primeiro capítulo e voltaremos a entender essa dimensão metodológica.

2.3. A questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais

A busca pelos temas presentes na *RIHGSP*, no primeiro capítulo deste trabalho, apontou alguns aspectos importantes para a formação da identidade local a partir do estudo da questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais. Esta disputa havia se desenvolvido durante os séculos XVIII e XIX e não contava com uma solução, quando na última década do século XIX alguns estudos buscaram dar uma resposta definitiva para o problema. Os trabalhos publicados entre 1895 e 1900 na *RIHGSP* por Orville Derby expunham o esforço na procura dessa solução, principalmente, a partir da descoberta e análise dos documentos referentes à disputa. Se a presença do documento era importante para esses letrados, como expunha a apresentação do primeiro volume da *RIHGSP*, a descoberta de novos documentos era, da mesma forma, importante para solucionar lacunas. A produção do volume XI dos *Documentos Interessantes* expunha de forma mais clara essa centralidade do documento ao

²⁰⁸ MOURA, Gentil de Assis. Um problema histórico-geográfico..., op. cit., p. 66-67.

apresentar a colaboração de dois letrados, Orville Derby e Antônio de Toledo Piza, que transitavam por essas duas instituições, Arquivo do Estado e IHGSP, produzindo este volume com extensa documentação sobre a questão. Derby nos *Documentos Interessantes* ainda refletia sobre os documentos compilados e indagava sobre a necessidade de novos documentos para se chegar a uma solução definitiva:

Tanto quanto se pôde julgar pelas pesquisas feitas, a presente coleção inclui tudo quanto se podia esperar encontrar nos arquivos públicos de São Paulo e Rio de Janeiro, relativo a este assunto. Alguns documentos, outrora existentes nestes arquivos, ou desapareceram pela ação do tempo ou extraviaram-se nas mãos de algum colecionador de papéis velhos; felizmente, porém, parece que estes nem são em grande número nem de grande importância. Muitas das lacunas patentes da presente coleção poderão provavelmente ser supridas pelo Arquivo do Estado de Minas Gerais, que, de mais a mais, deve possuir muitos outros documentos de grande interesse para a história local e para a elucidação completa da questão de limites. É muito para desejar que tais documentos vejam algum dia a luz da publicidade.²⁰⁹

Assim, Derby expunha a ideia de lacuna e como novos documentos presentes no Arquivo de Minas Gerais poderiam preenchê-las. No primeiro trabalho publicado por ele na *RIHGSP*, a *Denominação “Serra da Mantiqueira”*, o problema colocado estava em determinar o traçado mais fiel da serra. Utilizada na divisa entre os dois Estados, a limitação do conhecimento do relevo da região levava à divergências nas linhas apresentadas. Dessa forma, definir esse traçado seria uma possibilidade de solução para a questão.

Derby aponta que a primeira menção ao nome – Mantiqueira – apareceu nos autos de posse da Câmara de São João Del Rei afirmando a posse do território do município “pela estrada geral que vai deste distrito para a cidade de São Paulo até o alto da serra chamada Mantiqueira”²¹⁰, e também se ligava à cidade de Guaratinguetá. No ato de criação da Capitania de Minas Gerais, em 1720, a divisão entre Guaratinguetá e São João Del Rei havia sido utilizada como marco de divisa. Assim, havia um fator a ser verificado para determinar a primitiva Serra da Mantiqueira: definir qual estrada foi primeiramente associada ao nome Mantiqueira.

Na época da confecção dos primeiros mapas onde apareciam o nome da serra, em torno de 1760, havia três estradas que davam acesso à capitania de Minas Gerais: a estrada do

²⁰⁹ DERBY, Orville. Prefácio. In: *DOCUMENTOS Interessantes...*, op. cit., p. XXXIII.

²¹⁰ Idem. A denominação “Serra da Mantiqueira”. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, 1895. p. 9.

Rio de Janeiro a Barbacena pelo vale do Paraibuna; a de Guaratinguetá a São João Del Rei; e a de São Paulo ao Vale do Sapucaí, passando por Atibaia. Tendo em vista que esta última foi aberta em 1746, quando o uso da serra na questão de limites já era frequente, Derby conclui que o problema ficava restrito às duas estradas mais antigas. Aplicava-se uma lógica aos fatos a fim de verificar sua coerência. Para tal, também se buscava confrontar com outras informações que pudessem confirmar tal hipótese.

Para solucionar o impasse das estradas, Derby recorria ao relato de viagem de Antonil em *Cultura e opulência do Brasil*²¹¹, “publicado em Lisboa em 1711, e por consequência poucos anos apenas depois da primeira abertura da estrada para minas”²¹². Derby utilizava a memória de Antonil, evidenciando a pequena distância temporal entre a abertura das estradas e o relato, privilegiando assim o testemunho visual²¹³. Analisando os roteiros apresentados para as duas estradas, Derby conclui que o uso primitivo havia sido na estrada entre Guaratinguetá a São João Del Rei, confirmando sua assertiva inicial. Essa afirmação vinha após a verificação das referências de Antonil por Derby, e também, pelo roteiro trazer o nome da serra, sendo que o outro não a mencionava. Assim ele seguia sua análise:

O porto Guaipacare acha-se um pouco abaixo da atual cidade de Lorena. A antiga estrada, portanto, seguia de Guaratinguetá pela margem direita do Paraíba até abaixo de Lorena onde passou para a margem esquerda continuando pelo vale abaixo por uma distância representada por três dias de marcha [...]. As cinco serras muito altas referidas no roteiro são provavelmente contrafortes da serra que a estrada ia contornando na procura da garganta do cruzeiro, onde hoje passa a estrada de ferro “rio e minas”, que é com efeito a mais baixa que se encontra nesta seção da serra da Mantiqueira.²¹⁴

Se havia uma lógica utilizada para os documentos na concepção moderna de história, e se os documentos utilizados pela história são os mesmos da geografia²¹⁵, essa lógica também se aplicava à geografia? Não ficando claro se a descrição do roteiro era de sua autoria, no entanto, ainda persistia a necessidade do visual, retomando aspectos do testemunho.

No segundo trabalho publicado por Derby sobre a questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais, já na abertura do texto, era retomada a ênfase na descoberta de novos documentos:

²¹¹ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

²¹² DERBY, Orville. A denominação “Serra da Mantiqueira”, op. cit., p. 10.

²¹³ TURIN, op. cit., p. 199 et seq.

²¹⁴ DERBY, Orville. A denominação “Serra da Mantiqueira”, op. cit., p. 11.

²¹⁵ CEZAR, op. cit.

No Correio Paulistano de 26 de julho de 1898 vem estampado um documento remetido por um correspondente (José Custódio de Alves Lima) em Lisboa, que não figura na coleção recentemente publicada pelo Arquivo do Estado [Vol. XI dos Documentos Interessantes].²¹⁶

Ao escrever nesse trabalho sobre o uso do Morro do Lopo na questão de limites como divisa entre os Estados, Derby expõe que por essa razão um marco de divisa havia sido colocado nesse morro por ordem do governador de Minas Gerais, Gomes Freire, em 1763. Porém, outro documento da Câmara de São Paulo apontava que a colocação do marco foi uma ordem de Thomaz Rubim: “meteram um marco, ou esculpiram umas letras em um penedo nativo naquela parte, que dizem – Divisão das Capitanias de S. Paulo e de Minas”²¹⁷. Com isso Derby afirmava:

Esta notícia por ser mais minuciosa merece mais confiança do que a do requerimento, bem que possa ser um erro a respeito da data da colocação do marco, sendo, porém mais provável que esta fosse no tempo de Thomaz Rubim, quando o negócio da demarcação era fresco, do que nos últimos anos da administração de Gomes Freire nos quais nada consta para motivar esta providência²¹⁸

Se a notícia de que a colocação do marco havia sido feita por Gomes Freire era vaga, o a informação associando a colocação do marco à Thomaz Rubim, por ser mais minuciosa, era mais factível. Derby construía a cada trabalho uma nova peça da história da questão de limites, escavando e analisando criticamente os documentos.

No trabalho *São Paulo e Minas Geraes Antigas Divisas*²¹⁹, Derby apresentava um novo documento para a disputa: a carta do então governador de Minas Gerais, Luís Diogo Lobo da Silva, ao ministro de estado Português, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 1767, aprovando a posse de terras no distrito de Jacuí. Derby contestava a utilização desse documento por dois motivos: Luiz Diogo não fazia menção à carta na troca de correspondência com o governador de São Paulo sobre a questão de limites em 1767; e somente em 1774 é que resolveram interpretar a carta sendo uma solução para o problema. Se a carta não era mencionada por outros e foi utilizada como argumento anos depois, qual seu valor de verdade?

²¹⁶ DERBY, Orville. Um documento antigo relativo a questão de limites entre S. Paulo e Minas Geraes. *RIHGSP*, São Paulo, v.3, 1898. p. 245.

²¹⁷ DERBY, Orville. Um documento antigo..., op. cit., p. 266.

²¹⁸ Idem. Um documento antigo..., op. cit., p. 266.

²¹⁹ Idem. *São Paulo e Minas Geraes*..., op. cit.

Se Derby defendia o argumento de que as autoridades mineiras trabalhavam para prejudicar São Paulo, como apontava no episódio da carta, esse argumento aparece relativizado no trabalho *A primeira phase da questão de limites entre S. Paulo e Minas Geraes*²²⁰. Escrevendo sobre a supressão da capitania de São Paulo, atribuídas em parte às ações belicosas do então governador de São Paulo, Dom Luiz Mascarenhas, e do guarda-mor, Francisco Martins Lustosa, Derby aponta que a discussão já avançava além do sentido de punição em relação às ações de Mascarenhas. Além disso, Gomes Freire de Andrade, em 1738 no segundo mandato como governador de Minas Gerais, já havia sugerido uma reorganização das capitanias do sul do Brasil, e Dom Luiz Mascarenhas logo após sair do cargo de governador, depois desse episódio, havia sido designado para uma importante comissão na Índia²²¹.

Aqui, saíremos dos textos de Orville Derby e daremos um salto temporal. Em 1926, estando a questão de limites ainda sem solução, foi formada uma comissão com sócios do IHGSP e que gerou o parecer publicado no volume 24 da *RIHGSP*, *Consagrado a questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais*²²². Como exposto no primeiro capítulo, a comissão foi formada por sócios do Instituto - Affonso de A. Freitas, então presidente do IHGSP, e José Torres de Oliveira, autor da proposta - e foi uma reação ao laudo de Eptácio Pessoa publicado no mesmo ano sobre a disputa.

Se Derby havia iniciado a questão no primeiro volume da *RIHGSP*, em 1895, o volume 24 da Revista encerrava este problema dentro do recorte dessa pesquisa²²³. A distância temporal entre as duas produções, trinta e um anos, torna possível analisar as mudanças ou continuidades nestas disputas.

No volume 24 da *RIHGSP*, o prólogo apresentava o trabalho sendo “fartamente documentado” e organizado por “um historiador consciencioso, metódico, e metuculoso”²²⁴ e poderia “evitar uma injusta diminuição do território paulista”²²⁵. Poderíamos, aqui, tomar a palavra *metódico* como referência ao método proposto por Charles Langlois e Charles Seignobos? O método dito “metódico”, inserido na concepção moderna de história, estava

²²⁰ DERBY, Orville. *Primeira phase da questão de limites...*, op. cit.

²²¹ *Ibid.*, op. cit., p. 220.

²²² *CONSAGRADO a questão de limites...*, op. cit.

²²³ O jornal *OESP* de 08 de fevereiro de 1958 publicou matéria que expunha a solução definitiva do litígio entre São Paulo e Minas Gerais. Cf. FIRMADO convênio sobre a questão de limites S. Paulo-Minas Gerais. *OESP*, São Paulo, 08 fev. 1958, p. 8. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19580208-25390-nac-0008-999-8-not>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

²²⁴ *CONSAGRADO a questão de limites...*, op. cit., p. 5.

²²⁵ *Ibid.*, p. 6.

presente no interior do IHGSP na figura de Afonso de Taunay, vinculação exposta pelo próprio autor no artigo *Os princípios gerais da moderna crítica histórica*, publicado em 1914 na *RIHGSP*²²⁶. O relatório ainda afirmava que “[a comissão] depois de estudar com a indispensável calma e inteira isenção de ânimo a documentação que sobre o assunto lhe foi possível reunir”²²⁷. Ressalta-se a necessidade de imparcialidade, a “isenção de ânimo”, e a centralidade do documento, características também associadas aos metódicos²²⁸.

No parecer da comissão mais uma vez encontramos a figura de Thomaz Rubim. Tendo sido incumbido de traçar a divisa seguindo as instruções do governador Gomes Freire em 1749, o parecer retomava a discordância da divisão demonstrada por Orville Derby: “Analisando-os e confrontando-os entre si, verificara que o ouvidor Thomaz Rubim exorbitou do seu mandato sendo a divisão registrada por ele nula, nulíssima, de pleno direito”²²⁹. A ideia de confrontar os documentos a fim de contrapor a linha de Rubim reforça a hipótese de que o parecer utilizava os procedimentos críticos dos metódicos. Essa ideia colocava em dúvida as informações contidas no texto a fim de entender outras motivações influenciando o autor. Se a verdade expressa pelo documento para os metódicos deve ser absoluta, ainda havia espaço para “dúvida metódica”, um olhar de desconfiança antes de definir a veracidade de um documento. O confronto com outros documentos seria o meio de dissipar esses impasses²³⁰.

A instrução do governador Gomes Freire descrevia uma linha de divisa saindo do marco de divisa no alto da Serra da Mantiqueira, na estrada entre Guaratinguetá e São João Del Rei, apontada por Derby, e seguindo a serra da Mantiqueira até o morro do Mogy-Guassú em direção ao norte, até encontrar o rio Grande. A linha de Rubim seguia inicialmente a linha de Gomes Freire, mas se separava em certo momento e ia em direção ao sul, alcançando o Morro do Lopo. Após esse marco, a linha abandonava o traçado da serra e seguia em linha reta ao norte, acompanhando o traçado da estrada de Goiás e alcançando o Rio Grande. O método crítico servia mais para apontar o falso que o verdadeiro²³¹. A linha de Ruby não havia sido levada em conta posteriormente, porém era necessário destituir aquele documento do seu poder de verdade.

²²⁶ A análise da vinculação entre Afonso de Taunay e os metódicos foi trabalhada por Karina Anhezini. Cf. ANHEZINI, Karina. *Um metódico a brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

²²⁷ CONSAGRADO a questão de limites..., op. cit., p. 11.

²²⁸ ANHEZINI, 2011, op. cit., p. 33 et seq.

²²⁹ CONSAGRADO a questão de limites..., op. cit., p. 36-37.

²³⁰ ANHEZINI, 2011, op. cit., p. 46.

²³¹ ARÁUJO, 1988, op. cit., p. 35.

Os trabalhos que se voltaram para a questão de limites exploraram extensamente documentos e, dessa forma, buscaram usar procedimentos para analisar os mesmos principalmente pela necessidade de apontar o verdadeiro e o falso entre os documentos produzidos durante os dois séculos de contendas. Como exposto no primeiro capítulo, a disputa pelos limites envolvia não somente a construção de um espaço físico para São Paulo, envolvendo a esfera política paulista, mas também simbólico. Se no parecer de 1924 encontramos uma possível indicação da ligação desses letrados com os metódicos, reforçado pelo apontamento da importância do documento, da necessária imparcialidade e da análise externa dos documentos, em Derby essa ligação é mais trabalhosa de se definir, porém, não nebulosa.

A incorporação de diferentes métodos, daquilo que poderia ser definido como concepção moderna de história, foi ponto comum da produção histórica brasileira no fim do século XIX. A busca pela verdade moderna levou à criação de procedimentos que tornassem capaz a análise crítica dos documentos e, assim, produzir uma reprodução fiel do passado. Esses procedimentos estão presentes em Derby - a centralidade do documento, o caráter lógico dos fatos, o privilégio do testemunho visual - características também associadas à escrita etnográfica. E para além disso, delineou-se a possibilidade também da apropriação do método dito “metódico”, que, sendo uma corrente da concepção moderna de história, carregava similaridades nos métodos como a centralidade do documento, e também a imparcialidade do historiador e a chamada “dúvida metódica”, evidente na análise da fonte desta pesquisa.

Iremos explorar no próximo tópico uma última parte acerca dos procedimentos metodológicos presentes na produção história dos sócios do Instituto. Focaremos nosso olhar nas tentativas de nomeação de alguns trabalhos da temática história de cidades em busca de entender se tais nomeações expunham perspectivas metodológicas. Alguma dessas tentativas de nomeação consegue ser generalizadas a toda essa categoria de textos? Eles apontam conflitos dentro do projeto de história do IHGSP? Buscaremos a seguir respostas para tais perguntas.

2.4. Monografias, Corografias, Topografias? Nomeando uma categoria de texto

Uma característica recorrente nos textos sobre histórias de cidades era a quase ausência de referências que apontassem as ligações teóricas e/ou metodológicas de seus autores. Assim, a menção a essa ou aquela visão de história chamava a atenção por ser a

exceção. Além disso, a pluralidade de autores levava também a uma pluralidade de visões. Se Ernesto Young apontava as dificuldades a serem superadas no levantamento de documentos para servir de prova para sua história de Iguape²³², Affonso José de Carvalho²³³ lembrava em seu trabalho sobre a localidade de Santo Antônio da Cachoeira, que não se detinha em documentos e números, mas nos costumes tradicionais daquela povoação²³⁴.

Iniciamos esta pesquisa com diversas incertezas e questões. Uma delas dizia respeito a qual forma de nomear esses trabalhos apresentados provisoriamente como histórias de cidade. Inicialmente voltamos para o termo história regional, afinal, não deixavam de ser *histórias locais*. Porém, o termo e o campo de pesquisa que ele retomava apontavam para a naturalização dos discursos construídos sobre a região²³⁵. Buscamos outra possibilidade. Rumamos para o termo utilizado aqui - histórias de cidade -, porém, ainda questionávamos: os letrados do Instituto chegaram a determinar um nome para suas produções? Ao focar nas nomenclaturas utilizadas nos títulos desses trabalhos chegamos a alguns exemplos destoantes do todo. Passaremos então a analisar tais denominações a fim de entender seu significado dentro e fora dos trabalhos da Revista.

Em 1907, no trabalho *Diccionario topographico da comarca de Casa Branca*²³⁶, Lafayette de Toledo²³⁷ utilizava o termo topográfico para se referir ao seu trabalho sobre a comarca de Casa Branca. A justificativa do uso da palavra aparecia na epígrafe do texto: “*Geografia* é a descrição de várias regiões e *corografia* a de uma parte limitada da terra, como um estado, uma província, etc. Quando a descrição se restringe ainda mais, uma cidade, uma vila, designa-se com o nome de *topografia*”²³⁸. A frase atribuída a José Pompeu não indicava a fonte. Na bibliografia, no entanto, encontramos a referência ao livro de Pompeu,

²³² YOUNG, Ernesto. Historia de Iguape, op. cit., p. 222.

²³³ Affonso José de Carvalho nasceu em São Bento do Sapucaí em 1868 e faleceu em São Paulo, capital, em 1952. Era formado em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo.

²³⁴ CARVALHO, Affonso J. de O centenário da fundação de S. Antônio da Cachoeira. *RIHGSP*, São Paulo, v. 28, 1930. p. 75.

²³⁵ Esta discussão foi analisada brevemente na Introdução desta pesquisa a partir da problematização do conceito de região e nos trabalhos de Karina Anhezini, Hélio Cardoso Jr. e Durval Albuquerque Jr. As modificações vivenciadas pela historiografia nas últimas décadas do século XX apontariam uma necessária reavaliação desse termo, história regional. Além disso, como indica Cardoso Jr., a possibilidade de entender o espaço como fruto de uma construção histórica tornaria mais adequado a utilização do termo história das territorialidades, contemplando a multiplicidade e a mobilidade que esse termo ganha com essas novas interpretações. Cf. CARDOSO Jr., op. cit., p. 16.

²³⁶ TOLEDO, Lafayette de. *Diccionario topographico da comarca de Casa Branca*. *RIHGSP*, São Paulo, v. 12, 1907.

²³⁷ Lafayette de Toledo nasceu em Araxá, Minas Gerais, em 1865, e faleceu em 1907 em Casa Branca. Atuou como político e jornalista.

²³⁸ TOLEDO, Lafayette de. *Dicionário topográfico...*, op. cit.

Chorographia da Província do Ceará, onde, apesar da ausência da definição do termo geografia, encontramos a definição de corografia e topografia de maneira semelhante àquela presente na epígrafe:

Por corografia entende-se a descrição de uma parte limitada da terra, como um estado, uma província etc.
Quando a descrição se restringe ainda mais, como a uma cidade, uma vila etc., designa-se com o nome de topografia.²³⁹

Ao analisarmos a bibliografia do trabalho de Toledo, o problema da nomenclatura torna-se mais complexa. Se temos o *Dicionário geográfico do Brasil* e o *Dicionário corográfico da província de Mato Grosso*, temos também o *Dicionário topográfico de Pernambuco* e o *Dicionário topográfico do Ceará*, o que evidenciaria as divisões expostas nas epígrafes e no próprio título do trabalho de Toledo não possuem consistência no emprego dos termos.

Escrito em forma de dicionário temático, o trabalho apresentava a valoração da localidade e a inserção da cidade na história local, características compartilhadas pelas histórias de cidade, de modo geral. Se no verbete *Barreiro*, sobre o córrego que atravessava o município de Toledo, evidenciava-se a riqueza do solo às suas margens, “a parte central, composta de terras fortes, ricas de húmus e óxido de ferro, de subsolo profundo, quase toda ocupada com cafezais, que apresentam vegetação pujante e frutificam notavelmente”²⁴⁰, remetendo ao papel do café para a economia dessas cidades, no verbete *Casa Branca e Estiva* o autor expunha um nexo da história da cidade com a história de São Paulo, indicando a passagem da antiga estrada de Goiás por aquela cidade, e afirmava, antes de escrever sobre a decisão de abrir a estrada, que: “Os paulistas, [...], movidos sobretudo por um gênio audaz e aventureiro, tentaram cometimentos extraordinários que parecem inverossímeis”²⁴¹.

No trabalho de Vitorino Coelho de Carvalho, *Tremembé, Apontamentos históricos-chorographicos e estatísticos*, encontramos o segundo termo exposto no trabalho de Toledo - corografia - que, se contraposto à definição de Pompeu, o uso aqui estaria incorreto devido ao foco exclusivo na cidade de Tremembé. No *Dicionário da língua portuguesa*, de 1798, a

²³⁹ CAVALCANTI, José Pompeu de A. *Chorographia da província do Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. VII. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221728>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

²⁴⁰ TOLEDO, Lafayette de. *Dicionário topográfico...*, op. cit., p. 125.

²⁴¹ Ibidem, p. 141.

palavra era definida como “Descrição particular de algum reino ou região”²⁴², enquanto o mesmo dicionário, em edição de 1951, definia *corografia* como “descrição, representação gráfica de uma região, de um país, de uma província ou de parte importante de um território”²⁴³. Apesar das semelhanças entre as definições, quando se aponta que poderia ser também o estudo de uma “parte importante de um território” torna-se o termo impreciso, afinal qualquer parte do território poderia ser considerada importante, e os textos da *RIHGSP* construíam singularidades locais, fundamentalmente, dotando a eles importância.

No trabalho de José Pompeu, a definição de *corografia* é mais extensa que a apresentada na epígrafe apresentada por Lafayette Toledo, além de ser subdividida em dois tipos distintos:

A corografia se divide em física e política.

Corografia física trata das divisões naturais do território, que descreve, da sua configuração, da acidentação da sua superfície, das suas produções, dos fenômenos meteorológicos, que se dão na atmosfera, do seu clima.

A corografia política estuda a sua classificação como Estado ou província, as suas divisões legais ou convencionais, a sua população, as condições morais de seus habitantes, costumes, língua, religião, agricultura, indústria, comércio, riqueza, vias de comunicação, instituições, legislação, história, etc.²⁴⁴

Dividindo o trabalho em sete capítulos, Vitorino Carvalho contempla a maioria dessas informações nas duas categorias de corografia definidas por Pompeu – dando mais ênfase à chamada *corografia política*. No capítulo *Topografia* eram apresentadas informações sobre a localização da cidade, das propriedades da água mineral de Tremembé e do clima local: “O Tremembé, finalmente, pela sua posição topográfica e pela excelência de seu clima é um lugar destinado a ser, num futuro próximo, um importante centro industrial e principalmente agrícola”²⁴⁵. No capítulo *Vias de Comunicação* retomava-se a estrada utilizada pelos paulistas para alcançar as minas de ouro durante a época colonial, e ainda era uma importante via de ligação entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, aponta novamente em *Indústrias* as possibilidades de exploração econômica dos minerais presentes no município. Carvalho ainda afirmava no capítulo *População*, “Nos demais caracteres, este povo parece-se bem com a

²⁴² SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1789. p. 332. tomo 1.

²⁴³ SILVA, Antonio de Moraes. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1951. p. 568. v. 3.

²⁴⁴ CAVALCANTI, op. cit., p. VII et seq.

²⁴⁵ CARVALHO, Vitorino Coelho. Tremembé..., op. cit., p. 133.

generalidade dos paulistas, notado pela sua hospitalidade, inteligência, bondade, inconstância, bairrismo, tendência para o exagero, desconfiança etc.”²⁴⁶ - muitas dessas características associadas ao bandeirante. A valoração da localidade e a criação de um nexos com a história local também se faziam presentes.

Segundo Bruno Medeiros e Valdeir Lopes de Araújo, a corografia no mundo português esteve ligada às atividades administrativas e militares, ou ainda, às estratégicas. No Brasil, o termo abriu um caminho para enfrentar “a dispersão real e simbólica do território”, tendo em vista que a corografia seria, por regra, um formato inconcluso e fragmentado²⁴⁷.

Dois trabalhos que retomam a estrutura das corografias são *Memória histórica do município de Avaré*²⁴⁸ e *Memória histórica de Santo Antônio da Boa Vista*²⁴⁹, ambas de autoria de Manoel Marcelino de Souza Franco. Apesar da estrutura dos textos serem semelhantes, os dois trabalhos são nomeados de “memória histórica”²⁵⁰. Na conclusão do artigo *Memória histórica de Santo Antônio da Boa Vista*, Franco afirmava: “Eis aqui o que pudemos coligir sobre o próspero e futuroso município de Santo Antônio da Boa Vista”, e ainda, “aguardamos [...] para conhecer se algo concorremos para tornar mais conhecido o município”. Seria o objetivo dele o de produzir uma contribuição para a história de São Paulo e do Brasil? Não indo muito além do título, fica a dúvida em relação aos objetivos de Franco.

Apesar do uso do termo no título do trabalho, Vitorino de Carvalho não o utiliza no artigo. Ao construir uma justificativa para o estudo, o termo escolhido foi “monografias locais”, retomando os estudos dos historiadores portugueses Oliveira Martins e Alexandre Herculano²⁵¹. *Monografia* era definida no *Grande Dicionário* como “Dissertação ou trabalho

²⁴⁶ CARVALHO, Vitorino Coelho. Tremembé..., op. cit., p. 139

²⁴⁷ ARAÚJO, Valdeir Lopes; MEDEIROS, Bruno Franco. A história de Minas como história do Brasil: o projeto historiográfico do APM. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLIII, p. 22-37, 2007. p. 24. Disponível em: <http://cultura.mg.gov.br/files/Arquivo_publico/rapm4.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2016.

²⁴⁸ FRANCO, Manoel Marcelino de Souza. *Memória histórica...*, 1913, op. cit.

²⁴⁹ Idem. *Memória histórica do município de Santo Antônio da Boa Vista. RIHGSP*, São Paulo, v. 17, 1912.

²⁵⁰ Uma discussão acerca do uso da memória e escrita histórica pode ser conferido em: SILVEIRA, Pedro Telles da. *O cego e o coxo: crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/2429/1/DISSERTAÇÃO_CegoCoxoCrítica.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2016.

²⁵¹ Na Alemanha e França do século XIX houve a formação de um novo sentido para a história nacional. Em Portugal, Herculano e Martins representaram esse processo sendo que seus trabalhos foram marcados por uma crítica à centralização do estado nacional. NEMI, Ana Lúcia Lana. Decadência e singularidade na historiografia ibérica. In: Encontro Regional de História da ANPUH, 19, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: DH/FFLCH/Fapesp, 2008. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD_XIX/PDF/Autores_e_Artigos/Ana_Lucia_Lana_Nemi.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2016; BRANCO, João Pedro. *O municipalismo no pensamento de Alexandre Herculano: 1834-1859*. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura e Formação

escrito, que trata especialmente de determinado ponto da ciência, da história, da arte, da biografia de um personagem, da geografia de um país determinado”²⁵², definição semelhante a do *Diccionario etymologico, prosódico e ortográfico da língua portuguesa*, de 1912, “dissertação ou exposição sobre um ponto particular de ciência, arte etc.”²⁵³, além da definição de *Monographo*, complementar a essa, “que trata de um só objeto”²⁵⁴, porém, no *Diccionario da lingua portugueza* esse verbete está ausente, tanto na primeira edição de 1879, quanto na segunda edição de 1813²⁵⁵.

O termo também estava presente no trabalho de 1910, *A Mococa - De sua fundação até 1900*²⁵⁶, de Humberto Queiroz²⁵⁷, onde é usado para expor o objetivo de seu autor: “escrever a “Monographia de Mococa”. Queiroz apresenta em seu trabalho a evolução da localidade através das mudanças em sua categoria administrativa: *A Capella Curada*, *A Freguezia*, *A Vila*. Marcos que só são trocados quando se dá o advento da República: *A Cidade até 15 de novembro*, *A cidade sob o regime republicano*. A estrutura da corografia se faria presente no capítulo “Dados Gerais”, onde Queiroz apresenta, de forma similar a Carvalho, dados sobre a geografia, demografia e economia da cidade. Nesse capítulo, Queiroz intitula um tópico com o nome de *Corografia*, onde ele descreve o relevo da região. Tendo em vista que esse tópico é precedido por *Orografia* e *Hidrografia* questionamos se não havia sido uma tentativa de Queiroz de diferenciar esses aspectos sem aglutiná-los à definição corográfica.

As diferentes nomeações chamam a atenção por serem casos destoantes. No geral, os títulos eram diretos, com o nome da localidade e/ou um vago apontamento sobre o objetivo do trabalho, como *Ariry, histórico de sua fundação*; *A Franca*; *Tatuhy através da história*; *O centenário da fundação de S. Antônio da Cachoeira*; *São Roque de Outrora*; entre outros. A utilização de outra nomenclatura expunha uma construção do autor sobre aquilo que ele escreve, seja ela influenciada por outros, como no caso de Lafayette de Toledo indicando o trabalho de José Pompeu, ou sem ligação aparente, como no caso de Vitorino Carvalho. O

Autárquica) – Faculdade de Letras, Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: < <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/402> >. Acesso em: 29 jul. 2016.

²⁵² SILVA, Antonio de Moraes. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1954. p. 926. v. 6.

²⁵³ BASTOS, J. T. da Silva. *Diccionario etymologico, prosódico e ortográfico da língua portuguesa*. Lisboa: Antonio Maria Pereira, 1912. p. 809.

²⁵⁴ Ibid., p. 809

²⁵⁵ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

²⁵⁶ QUEIROZ, Humberto. *A Mococa - De sua fundação até 1900*. *RIHGSP*, São Paulo, v. 15, 1910.

²⁵⁷ Humberto de Queiroz nasceu em Silveiras em 1866 e faleceu em São Paulo, capital, em 1930. Formado em farmácia, atuou como jornalista e industrial.

caso de Carvalho ainda é peculiar, pois ao mesmo tempo em que ele utilizava o termo corografia, também prontamente abandona-o para usar a designação monografia. Esse talvez tenha sido o termo mais utilizado para se referir aos trabalhos publicados na *RIHGSP* e, dessa forma, não podemos inferir que os diferentes termos utilizados por esses autores apontassem indefinições no projeto histórico do Instituto. A abrangência da definição do termo monografia contribuiu para sua aplicação a qualquer trabalho de cunho científico e, nesse caso, histórico.

Além disso, esses trabalhos retomavam a discussão presente na historiografia brasileira desse período sobre como se deveria escrever outra história nacional, tendo em vista as mudanças na matriz histórica nacional. Questionava-se se era necessário buscar uma síntese ou ela só seria possível após a produção de monografias que contemplassem as diversidades locais. Esse questionamento retomava aspectos apontados por Capistrano de Abreu no *Necrológio de Varnhagen*, apontando para a segunda solução - a síntese só seria possível após se escrever a história das partes.

Além disso, no trabalho sobre a cidade de Tremembé, Vitorino de Carvalho defendia a produção de monografias locais e utilizava as obras de Alexandre Herculano e Oliveira Martins como justificativa:

Diz o notável historiador Oliveira Martins considerar que um dos subsídios principais para a história geral de um país consiste nas monografias locais, [...]. Um corpo de monografias desta formaria um tesouro de inestimável valor para o estudioso, ao mesmo tempo que serviria para arraigar nas localidades esse amor da terra, base natural e necessária do sentimento mais abstrato, a que se chama patriotismo.

Alexandre Herculano, compreendendo a grande importância do estudo dessas pequenas frações do território de uma nação, opôs o municipalismo ao romantismo, [...] inspirando em Portugal uma portaria do Governo, que recomendava as caras dos diferentes municípios do reino a coordenação de seus anais, no intuito de dar a história pátria o seu devido merecimento e importância, tornando o conhecimento da mesma o mais perfeito e minucioso possível²⁵⁸

Retomamos agora duas frases presentes na apresentação do primeiro volume da *RIHGSP* para que possamos concluir esta discussão acerca dos procedimentos metodológicos. A primeira “A história de S. Paulo é a própria história do Brasil” mostra-se icônica do projeto

²⁵⁸ CARVALHO, Vitorino Coelho. Tremembé..., op. cit., p.131.

de história almejado pelo IHGSP - criar uma história local sobreposta à história nacional, justificando um predomínio paulista. No entanto, essa ligação não existia de fato em 1894, ano da fundação do Instituto, ou 1895, ano do primeiro volume da Revista. Tal ligação seria construída e reforçada pelas diferentes gerações de letrados que fizeram parte do Instituto, como afirmava Afonso de José Carvalho na Sessão Magna de Aniversário de 1930:

E eu concluía assinalando quão grande honra advinha a quem se alistasse na fileira dos bravos combatentes defensores da história paulista, desta nossa clangorosa história, que, por uma extensão natural de seus valores, quase que podíamos confundir com a história pátria, tal a sua influência na formação geral do país, ao ponto de não sabermos onde ficam os limites da história regional e onde aparece o que possa pertencer, independente e autônomo, aos restantes departamentos do Brasil²⁵⁹.

A segunda frase diz mais em relação aos procedimentos metodológicos: “Todavia o molde fica traçado, restando a outros modificá-lo e aperfeiçoá-lo até que a nossa história seja a fiel interprete dos acontecimentos”. A implantação da concepção moderna de história estava presente desde o primeiro volume da Revista, no entanto, como aponta Valdei Lopes de Araújo, na transição do regime clássico para o regime moderno no Brasil durante o século XIX, sem ser um processo homogêneo, o regime clássico fragmentou-se durante essa incorporação e algumas de suas partes permaneceram ou se diluíram com a concepção moderna. “Em cada situação nacional, local e mesmo individual esses fragmentos podem se combinar de forma variada com elementos modernos, produzindo modos de convivência distintos”²⁶⁰. As histórias de cidades mostram como a incorporação desses procedimentos metodológicos eram determinadas por diferentes aspectos. Se Ernesto Young ao escrever sobre a cidade de Iguape defendia o uso do documento, Afonso de Carvalho escrevendo sobre a cidade de Piracaia afirmava que buscava produzir um trabalho sem documentos. Longe dos grandes centros, esse processo de incorporação foi igualmente heterogêneo e multifacetado.

²⁵⁹ CARVALHO, Afonso J. de. Discurso. *RIHGSP*, São Paulo, v. 28, 1930. p. 765.

²⁶⁰ ARAÚJO, Valdei Lopes. Sobre a permanência da expressão história magistra vitae no século XIX brasileiro. In: ARAÚJO, Valdei Lopes; MOLLO, Helena; NICOLAZZI, Fernando. (Org.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 140.

Capítulo 3

São Paulo dividido entre o popular e o progresso

Recorremos, na introdução e na conclusão do Segundo Capítulo, à frase que abria o primeiro volume da *RIHGSP*: “A história de S. Paulo é a própria história do Brasil”²⁶¹. Tal frase era exemplar para expor o objetivo principal do projeto de história esboçado no volume de estreia da Revista, e reforçado com a evolução do Instituto: construir uma história para São Paulo que chegasse a confundir a história local e história nacional. Do início da Revista, demos dois saltos temporais. Affonso José de Carvalho apontava, em 1930, que este objetivo havia sido alcançado. Para Carvalho, naquele momento as duas dimensões históricas se confundiam. Outro salto. No discurso de Afonso de Taunay, nas comemorações de 50 anos do IHGSP, ocorridos em 1944 e publicado no volume de 1949 da Revista, ele afirmava sobre o período de fundação da agremiação: “Deplorável ausência a de uma instituição como a nossa no panorama de São Paulo! Dava a impressão de quanto a grande, a enorme história dos paulistas vivia esquecida dos descendentes dos devassadores e alargadores do Brasil”²⁶². Se essas questões trazem, antes de tudo, problemas ligados ao desenvolvimento da produção histórica do IHGSP, chama a atenção quando Taunay aponta que a ausência de tal instituição era algo negativo tendo em vista o “panorama de São Paulo”. Mas qual panorama?

No volume *Consagrado a passagem do 1º Centenário da Independência do Brasil em São Paulo*, o letrado Eduardo Prado era retomado para expor a descrição da São Paulo do fim do século XIX:

Mudada esta colina, que se cobriu de jardins, palácios e monumentos; mudado o vale próximo, que se transformou em cidade; mudada a cidade distante, que já não é apenas visível pelo branquejar algodoado dos seus templos esparsos, mas pela selva fantástica dessas torres atrevidas, dessas cúpulas fulgentes, desses redoirados zimbórios, dessas chaminés empenachadas de fumo, e pela massa enorme, compacta, transbordante, confusa, do casario derramado nas baixadas, [...] a atestar, materialmente a eloquência das suas linhas monumentais, o progresso de São Paulo, a civilização do Brasil, a grandeza da Pátria²⁶³.

²⁶¹ AO LEITOR, op. cit.

²⁶² TAUNAY, Afonso de. Discurso..., op. cit., p. 148.

²⁶³ CONSAGRADO a passagem do 1º centenário da Independência do Brasil em São Paulo. *RIHGSP*, São Paulo, v. 22, 1922-1923. p. 52.

Como as mudanças na produção histórica nesse período, vivenciava-se também mudanças políticas, sociais e culturais. Prado descrevia o processo de urbanização da Capital, evidenciando o núcleo original da ocupação – a colina – onde se localizava o colégio jesuíta, e o vale do Rio Anhangabaú com a tomada da cidade pelo fumo das chaminés que testemunhavam o progresso de São Paulo.

Descrição semelhante foi feita por Affonso José de Carvalho em 1942:

E convence-te de que todos esses arrojos arquitetônicos, todos esses arranha-céus, todos esses penachos que se elevam das chaminés das fábricas industriais, tudo isso é, como eu, mocidade perene, organismo que não envelhece e se eterniza através das idades, é criação monumental repousada sobre alicerces inalteráveis, os do trabalho, probidade e civismo do povo paulistano²⁶⁴.

No trabalho de Carvalho, as chaminés são retomadas e adiciona-se um novo personagem advindo das transformações na Capital, o arranha-céu. Esses elementos, ou monumentos, teriam a capacidade de não envelhecer e serem eternizados, pois eles estavam fundados em alicerces que não foram modificados: o trabalho, a probidade e o civismo.

Suely Robles Reis de Queiroz afirma que os primeiros dez anos do período republicano foram tumultuados em relação à consolidação do poder público municipal. No entanto, a cidade continuava se modificando. Apesar da instabilidade política e administrativa da Capital, o desejo do novo, a ideia de progresso, somados ao crescimento econômico resultante do café e o crescimento populacional levaram a uma rápida expansão física da cidade²⁶⁵. A modificação na instrução pública refletia essa preocupação, e nesse furor pela educação, o viés cientificista auxiliou na fundação das diferentes instituições que nos deparamos neste trabalho até então.

Para Nicolau Sevcenko, a metrópole que emergia era um fenômeno sem precedentes, tanto espacialmente, por sua escala e heterogeneidade, quanto temporalmente, tendo em vista a ruptura tão completa com o passado recente:

Que os nervos andassem a flor da pele não deveria surpreender. As condições tumultuosas em que se operava a metropolização de São Paulo [...] mais a vertigem irrefreável das novas tecnologias, eram de monta a

²⁶⁴ CARVALHO, Affonso J. de. São Paulo Antigo. *RIHGSP*, São Paulo, v. 41, 1942. p. 64.

²⁶⁵ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Política e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954. HORTA, Paula. (org.) In: *História da Cidade de São Paulo, A cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 3.

deixar todos e cada um dos seus habitantes em palpo de aranha. Se por acaso, apesar disso tudo, alguém por si próprio não se achasse tenso o suficiente, lá estavam então os estimulantes, os esportes, as diversões mecânicas, os cinemas, os automóveis e bondes em fúria nas ruas, os voos rasantes dos aviões ou as danças de ritmo sincopado²⁶⁶.

Para Sevcenko, a emergência das metrópoles carregava consigo uma capacidade desnorteadora da experiência de seus integrantes, fragmentando o tempo e o espaço, criando um mundo instável e sem bases sólidas. Esse processo demandava modelos importados para serem consumidos. O moderno se torna uma “palavra-futuro, a palavra-ação, a palavra-potência, [...]”. Ela introduz um novo sentido à história²⁶⁷ não mais partindo do passado, mas mirando o futuro – o progresso. Contudo, uma pergunta parece ter lugar nessa construção de São Paulo: podemos utilizar a Capital como modelo geral para pensarmos o Estado? E se pensarmos nos processos expostos por Eduardo Prado e Afonso de Carvalho, como se constrói a relação entre o velho e o novo em um período de mudanças, e de mudanças rápidas? Neste capítulo, buscaremos discutir as duas ideias presentes na *RIHGSP* ao explorar a dicotomia entre popular e progresso como espectros do velho e do novo. Questionamos, como esses trabalhos constroem essas categorias e quais imagens estão associadas a elas? Qual a relevância de ambas no processo de formação de uma imagem sobre São Paulo? E haveria uma relação entre ambas? Com isso damos um novo passo para chegarmos a resposta da pergunta inicial deste trabalho, acerca da emergência da região “São Paulo”?

3.1. Em busca do(s) popular(es)

No trabalho *Festas Tradicionaes*²⁶⁸, publicado em 1901, João Vampré faz uma tentativa de delimitação e definição daquilo que ele chama em diferentes momentos de festas, lendas ou ainda tradições populares. Para Vampré, as festas populares atraíam o interesse por serem algo original do povo e afirma:

Algo tem sempre de proveitoso e interessante excursões pelos serenos e encantados domínios dos costumes e lendas populares, resistentes relíquias de épocas amalgamadas por processos sociais e étnicos que se transformaram, no embate e no transcorrer das civilizações.

²⁶⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 224-225.

²⁶⁷ Ibid., p. 228.

²⁶⁸ VAMPRÉ, João. *Festas tradicionaes*. *RIHGSP*, São Paulo, v. 6, 1900-1901.

Surpreender o povo precisamente naquilo que ele tem de mais vasto, de mais alevantado, de mais original – as festas tradicionais, é, sem contestação, de grande e elevado interesse moral e estético²⁶⁹.

Por ser resultado dessa “amálgama” do social e do étnico, as festas populares eram apontadas por Vampré como capazes de dizer sobre a própria formação do povo. Escrevendo sobre a poesia popular apontava que “o canto dos povos é um estímulo de força, um imenso aspirar a duração como se um instinto secreto lhes revelasse toda a nacionalidade”²⁷⁰. Nesse aspecto, era inconcebível negar ou não ter interesse nas “criações espontâneas do gênero popular” ou nas lendas e canções repetidas pelo povo²⁷¹. Essa última afirmação era uma referência a Silvio Romero, que foi importante para apontar esse caminho.

Silvio Romero²⁷² foi um dos primeiros letrados interessados no estudo da cultura popular do Brasil no fim do século XIX. Seus trabalhos defendiam o estudo da cultura popular pois seria um meio de descobrir os traços característicos da “raça” ou do “povo” brasileiro. Assim, o estudo da cultura popular no Brasil apontaria para dois caminhos: compreender a sociedade ou pensar o destino do país, tendo em vista a necessidade de modernização²⁷³. Como já exposto no Capítulo Um, na virada do século XIX a reformulação dos parâmetros que definiam a nação movimentou os letrados em busca de um novo modelo, como vemos nos trabalhos de Hermann Von Ihering. Para Romero, o meio rural seria privilegiado para tal investigação pois o homem do campo era delineado com as mesmas características associadas ao popular: ingênuo, rude, tradicional.

Assim, se para Vampré, concordando com Romero, as festas teriam a capacidade de dizer sobre a formação de um povo, elas também seriam uma forma de ligação do presente com o passado. Ignorar esse passado significaria uma condição de “selvática rudeza”, uma degradação intelectual, ou o atraso do indivíduo²⁷⁴. Vampré defende a ligação com o passado e com a tradição, porém é um passado apontando para o futuro. A ideia de atraso deixa claro este aspecto motivando a comparação com grandes civilizações, como a Inglaterra e a Alemanha, que valorizavam suas tradições, segundo Vampré.

²⁶⁹ VAMPRÉ, João. Festas tradicionaes, op. cit., p. 84.

²⁷⁰ Ibid., p. 89.

²⁷¹ Ibid., p. 88.

²⁷² Alguns estudos que trataram da trajetória de Silvio Romero foram: MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil na virada do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; NAXARA, op. cit.; VENTURA, op. cit.; WEHLING, Arno. *Sílvio Romero e a Consciência Modernizadora no Brasil*. 1979. Tese (Livre-Docência em História Ibérica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

²⁷³ ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'água, 1992.

²⁷⁴ VAMPRÉ, João. Festas tradicionaes, op. cit., p. 89.

As afirmações de Vampré parecem apontar diretamente para o duplo objetivo do estudo da cultura popular no Brasil. Esses dois sentidos, no entanto, poderiam também se inserir em um debate maior: a identidade nacional na virada do século XIX. Naquele momento, rediscute-se essa questão, pensar a sociedade, pensar a nação, em busca de construir e visualizar uma nação ausente²⁷⁵. A ausência da nação ocorria tanto pelas mudanças ocorridas no período, como a proclamação da República e a abolição da escravidão, gerando instabilidades política e social, quanto da entrada de teorias, como as deterministas, que geravam uma previsão pessimista de seu futuro. Enfrentava-se a contradição entre a almejada modernidade e a realidade do país, não compatível com tais ideias. Tais objetivos eram identificados como inalcançáveis e reforçava a dualidade entre progresso e atraso, entre civilização e barbárie, sendo que, nesse debate, especificamente, a barbárie seria associada ao campo e à população pobre em oposição a civilização, com cidade e a elite cosmopolita. Vampré também estava preocupado com o cosmopolitismo e em como tal aspecto afetava a originalidade do povo e de suas manifestações. Havia a possibilidade de inserir Vampré nessa discussão? Márcia Naxara aponta, que, no campo da discussão destes projetos da nação existiam três posturas: ridicularizar, condescender e criticar²⁷⁶. A ocorrência delas não é clara e poderiam ocorrer, por vezes, no mesmo autor.

Além disso, as festas populares carregariam um “interesse moral e estético”, mas a que se refere essa moral e essa estética? A fim de estabelecer uma definição para este conceito, Vampré afirma que as tradições, usadas aparentemente como sinônimo de festas populares, seriam o resultado do sincretismo entre a estética e a moral e compunham uma dimensão ideal e real, respectivamente²⁷⁷. A dimensão ideal, construída em oposição à realidade, comportaria aspectos emocionais, como a imaginação, o amor e a paixão. O ideal complementaria o real, mas, ao mesmo tempo, Vampré indicava o ideal como a própria realidade abstraída de suas imperfeições. Vampré vai além e afirma que a estética/ideal em oposição a moral/real não passam de símbolos e precisam do trabalho de idealização para terem expressão²⁷⁸. Assim, a realidade só é compreendida com a ficção. Dessa forma, as festas carregariam tanto uma capacidade de explicar o real, mas também a possibilidade de explicar a formação de um povo a partir da sua estética e moral – e os diferentes aspectos associados às duas categorias.

²⁷⁵ NAXARA, Márcia Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra. Representações do trabalhador nacional. 1870/1920*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, UNICAMP, Campinas. p. 32 et seq.

²⁷⁶ NAXARA, op. cit., p. 120 et seq.

²⁷⁷ VAMPRÉ, João. Festas tradicionais, op. cit., p. 84 et seq.

²⁷⁸ Ibid., p. 86.

Se no primeiro trabalho havia mais abertamente uma busca pela definição do termo, Vampré continuaria sua investigação em *Factos e Festas na tradição – O S. João e a Procissão de Corpus Christi em S. Paulo*²⁷⁹, publicado em 1908, voltando-se para a tentativa de definir uma especificidade cultural paulista. Aqui o esforço de definição do termo *festas populares* toma uma direção histórica. A colonização portuguesa é apresentada com a apropriação dos costumes portugueses na Colônia, que, com “modificações mesológicas, sociológicas e físicas” modificaram o povo paulista, e o sulista em geral, tornando suas festas diferentes em relação a outras regiões da Colônia e de Portugal:

Logo de princípio, a vida arriscada e nômade do bandeirante, a natureza misteriosa e opulente, a sua alimentação amilácea e pouco nutritiva, o convívio permanente com estrangeiros indiferentes às suas emoções, não lhes permitiam arroubos de sentimento que lhe avivasse a inspiração, a depurar-se no crisol do mais puro idealismo.

Juntem-se mais a inconstância irritante do clima, sob céu quase sempre chumbado, garoante e frio, os rigores inteiriçantes dos agrestes invernos, os vilânicos peninsulares dos emboabas, as monodias em híbridos e ininteligíveis dialetos dos índios e dos etíopes, o influxo de uma religião triste e sombria, tendo sempre diante dos olhos o fantasma apavorado dos pecados [...], concorreu para que o paulista se conservasse apático, merencório e taciturno.

Como um oásis do gênio peninsular nos veio o gérmen desse lirismo saudoso que aqui desabrochou, floriu e frutificou na nossa natureza tão cheia de encanto e mistério²⁸⁰.

Vampré inseria as festas populares dentro da lógica do discurso bandeirante. A ideia dos dois Brasis, utilizada nos trabalhos de Theodoro Sampaio apresentados no Primeiro Capítulo, era retomada. Na medida que o meio e o clima explicavam a formação de um tipo étnico único – o bandeirante – também explicava a natureza de suas manifestações populares. Assim, se o Norte apresentava uma natureza efusiva e alegre, sentimental e patriótica, tais aspectos seriam próprios da zona equatorial. São Paulo, localizado ao sul, tendia a ter o pensamento mais político e filosófico, industrial²⁸¹. Se as diferenças entre norte e sul corroboraram para essas características étnicas distintas, também influenciou nas diferentes tradições. Ainda, se os mesmos grupos se cruzaram na história nacional, outros fatores além dos étnicos somaram-se para que houvesse essas diferenças regionais.

²⁷⁹ VAMPRÉ, João. Factos e festas..., op. cit.

²⁸⁰ Ibid., p. 289.

²⁸¹ Ibid., p. 290.

Assim, Vampré busca expor a formação dessas manifestações populares a partir da própria história da cidade de São Paulo. Descrever o processo de sua formação não significava tentar retomar esse período, mas, antes de tudo, rememorar, pois, para entender essas expressões era necessário retornar a um período anterior às transformações que a cidade de São Paulo vivenciou a partir de 1880.

A São Paulo de meados do século XIX resguardava a época de “grandeza moral e de lances de heroísmos” do bandeirantismo. A procissão de São João representava uma manifestação em torno de um santo popular, associando a imagem do pastor peregrino. Pelas características associadas a São Paulo, as festas tinham um caráter íntimo e popular, aconteciam nos limites da cidade, nas chácaras que foram tragadas pelo crescimento posterior da cidade. Eram realizados bailes, ceias, rezas e procissões. Ao redor da fogueira, adentrando a noite, violeiros entoavam as músicas associadas ao festejo.

Assim como a procissão de São João, a procissão de São Jorge e de Corpus Christi, que ocorriam juntas, também tinham sua origem nas festas portuguesas trazidas para o Brasil ainda durante o período colonial. Vampré reforça como o português trouxe esses costumes para o Brasil e depois foram adaptados à realidade nacional pelo meio e pelas diferentes etnias. Dias antes da procissão, a cidade já se modificava com a chegada das famílias vindas das chácaras circundantes. Vampré afirmava que por conseguir agregar tanto rico quanto pobre essas eram festas democráticas. No entanto, enquanto as famílias abastadas apresentavam saraus e bailes, os pobres festejam com fogueiras e música:

[...] o aturdidor “batuque”, o samba lascivo ostentava-se desenfreado no terreiro, de par com o “cateretê” tão profundamente honesto do “caipira”, introduzido por Anchieta nas festas de Santa Cruz, S. Gonçalo, Espírito Santo e outras²⁸².

A associação desses costumes com a Igreja Católica, se não estava suficientemente exposta pelas procissões, era reafirmada pela figura do padre Anchieta introduzido o cateretê a outras festas religiosas. Reafirmava-se a ligação com a identidade paulista associando a dança ao padre jesuíta.

Vampré ainda trazia neste trabalho um interessante questionamento:

[...] festas, tradições populares, costumes nacionais, não sabemos se os há verdadeiramente típicos, características e originais de um povo, neste país

²⁸² VAMPRE, João. Factos e festas..., op. cit., p. 309.

imenso, mal povoado por várias raças, que ainda se chocam, no dizer de Curvello de Mendonça, na formação etnológica na nacionalidade brasileira²⁸³.

Se se questionava a possibilidade de uma cultura típica, característica de certa população, tendo em vista a pluralidade racial do país e os conflitos existentes entre as diferentes partes, esta era uma questão deixada em aberto. Em certo momento do texto, Vampré também afirmava que se o meio regia a diferenciação pela adaptação, o tipo étnico presidia a integração pela herança. Se a formação da nacionalidade brasileira integrava as diferentes manifestações populares, a particularidade de um popular nacional ainda estaria por ser definida. No entanto, os costumes locais estavam sendo estudadas. No caso paulista, a singularidade local poderia estar próxima do processo de formação de um tipo étnico único – o bandeirante – associada à influência do clima e do meio sulista, atreladas aos paulistas do século XVII e do século XIX, a fim de pensar sua formação “psicológica”. No entanto, Vampré estabelecia um limite temporal que refletia a preocupação, exposta no primeiro texto de 1901, da influência do estrangeiro em alterar estas manifestações. Esse limite é a formação da metrópole cosmopolita no final do século XIX.

No trabalho *Folganças populares do velha S. Paulo*²⁸⁴, publicado em 1921, Afonso de Freitas Jr. apesar de não expor a ideia dos dois brasis, caracterizava os paulistas do século XVI como consequência da ação do meio. A São Paulo do século XVI era apresentada como um espaço no qual a civilização e o progresso ainda começavam, e rodeada por indígenas que não estavam totalmente integrados, levava à necessidade de uma “indômita coragem” e uma “rijeza de ânimo” de seus habitantes para que não sucumbissem às condições desse período. Nesse aspecto, Freitas Jr. aponta como a religião católica teve importante papel em aparar as arestas dos primeiros paulistas. Se a rudeza era necessária para sobreviver no sertão nos seus primeiros momentos de povoamento, elas eram nocivas aos “centros civilizados”²⁸⁵.

Para Freitas Jr., os folguedos populares em São Paulo se desenvolveram a partir da insistência da Igreja na adesão da população aos cultos religiosos. No entanto, também se somava a isso o sossego advindo da agregação do indígena e a ausência de diversões mundanas. O poder público também tinha certo papel no desenvolvimento dos folguedos. A

²⁸³ VAMPRÉ, João. Factos e festas..., op. cit., p. 297.

²⁸⁴ FREITAS, Affonso A. de. Folganças populares do velho São Paulo. *RIHGSP*, São Paulo, v. 21, 1916-1921.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 7.

adesão da população aos cultos religiosos era feita à força com auxílio da lei se necessário e as manifestações populares, inicialmente, precisavam do consentimento do poder público²⁸⁶.

Dentre as grandes folias da época colonial estava a *11 mil virgens* ocorrendo anualmente no dia 21 de outubro²⁸⁷. Era hábito utilizar máscaras nessas festas. Freitas Jr. traçou um paralelo da pintura do indígena com as máscaras, mas apontava que essa influência veio da metrópole através de Veneza. Com o tempo, as “mascaradas” caíram de uso até desaparecer no começo do século XIX. No entanto, ressurgiriam em meados do mesmo século com a emergência do carnaval moderno em 1857.

Se o carnaval moderno surgiu com carros e no interior das sociedades familiares, “acanhado e pudibundo como deveria ter sido um colegial”, em poucos anos ganharam os *clubs*: “Já em 1886, numa transmutação verdadeiramente cinematográfica, o carnaval paulista havia perdido o recato e a compostura: seus bailes modificaram-se em verdadeiros pandemônios”²⁸⁸. Se a locomotiva poderia ser associada ao progresso, aqui Freitas Jr. a utiliza como comparação para uma “música diabólica” tocada para marcar o fim dos bailes “que fará crer o fim do mundo e o juízo final”. Freitas Jr., assim, apontava o carnaval como degenerado: “Ante tamanha e tão brusca depressão de costumes, as sociedades familiares desapareceram, os bailes recatados [...] não mais realizaram”²⁸⁹. O adjetivo “cinematográfico” ainda poderia expor a compreensão desse período a partir das mudanças que ocorrem na capital paulista em transformação para uma metrópole cosmopolita.

Vampré apontava que em certos folguedos havia uma mistura do pobre e do rico, já Freitas Jr. apontava a extinção desta “promiscuidade de classes”. Nos arredores da Capital os folguedos populares corriam “mais calmos, menos afogueado”:

A caboclada miúda queimava traques em redor do fogo e a graúda iniciava o cateretê. Indefectivelmente regado a quentão, mais ou menos no momento em que, na cidade, outros descendentes de participantes dos “bandos e alardes” coloniais deleitavam-se na ginástica estonteante das “gavotas”, do solo inglês e da valsa francesa²⁹⁰.

Havia uma certa simetria nas transformações desses espaços que se diferenciavam no correr do final do século XIX, expondo uma dicotomia do velho em oposição ao novo, da

²⁸⁶ FREITAS, Affonso A. de. Folganças populares..., op. cit., p. 7 et seq.

²⁸⁷ A festa das 11 mil virgens lembrava o martírio de Santa Úrsula juntamente com 11 mil virgens em Colônia, Alemanha, em fins do século IV.

²⁸⁸ FREITAS, Affonso A. de. Folganças populares..., op. cit., p. 11.

²⁸⁹ Ibid., p. 12.

²⁹⁰ Ibid., p. 16.

tradição oposta à modernidade cosmopolita da capital. No entanto, Freitas Jr. estava mais preocupado com o segundo:

A classe humilde da população paulistana que, nos arredores da Pauliceia, sempre viveu e ainda vive uma vida bucólica, meio cidadã, é indiscutivelmente a legítima depositária dos velhos hábitos de nossa capital. É ela quem, recebendo a civilização estranha em dosagem racional, se vai avantajando em progresso sem perda das características peculiares aos nossos avós²⁹¹.

Aponta-se para a ideia da cultura popular associada ao interior, à periferia²⁹². No entanto, o choque com a civilização não necessariamente significava a perda dessas tradições. Nesse espaço havia uma “dosagem racional”, onde o progresso se instalava modernizando estes costumes. Freitas Jr. na última parte do trabalho analisou uma destas manifestações, o cateretê.

Para Freitas Jr., entre a população que ainda dançava o cateretê era possível investigar os hábitos do paulista de outros períodos. Formado a partir de costumes indígenas, o cateretê esteve presente em um esforço da metrópole em abolir os costumes, folguedos e cantares associados aos indígenas, semelhante à afirmação de Vampré sobre o estrangeiro restringindo o nacional. Esses hábitos, e também o idioma e as qualidades físicas, resistiram às investidas e conseguiram se perdurar no tempo numa lenta assimilação na “civilização” paulista²⁹³.

Praticavam-se duas variáveis do cateretê, uma semelhante à quadrilha, e outra que envolvia dois violeiros batalhando com prosa. Para Freitas Jr. essa última era a manifestação mais legítima e por isso passou a descrevê-la: chamando o outro violeiro para o desafio, formava-se a roda. Os figurantes e o violeiro giram, dançam e começa o desafio:

Do coqueiro nasce o palmito
Do palmito nasce a palma
Eu quero que mecê me diga
Quem entrô no céu sem alma?
A que um dos figurantes retruca
Do coqueiro nasce a palma
Da palma nasce o palmito
Quem *entrô* no céu sem alma

²⁹¹ FREITAS, Affonso A. de. Folganças populares..., op. cit., p. 16.

²⁹² Essa ideia acerca da cultura popular também era expressa por Renato Ortiz quando aponta que, em diferentes níveis, o popular serviu para expor uma diferenciação numa relação centro/periferia, seja dos países ditos civilizados, seja das capitais, e ainda afirma que o “estudo da cultura popular seria uma espécie de consciência regional que se contrapõe a produção cultural dominante da qual são excluídos”. ORTIZ, op. cit., p. 68.

²⁹³ FREITAS, Affonso A. de. Folganças populares..., op. cit., p. 20 et seq.

Foi a cruz de Jesus Cristo
Honte eu fui *no céu*
 Hoje mesmo vim de lá,
 Vi alma de preto e de branco
 De caboclo não vi lá
 Caboclo não vae *no céu*
 Nem que seja *resadô*
 Caboclo tem cabelo duro
 Cutuca Nosso Senhor²⁹⁴

Seguem palmas e sapateados. O violeiro procurava as palavras que despertassem o interesse e a sensibilidade dos cantadores, busca inspiração no amor. Os figurantes se animam, as palmas e o sapateado ocorrem com mais vigor: “É que a alma do caipira, tão próxima da natureza virgem o amor fala mais alto que qualquer outro sentimento”. Assim, o caipira era a parcela da população que ainda guardava os hábitos dos velhos paulistas. A prosa marcada pelos vícios da linguagem, expondo a herança da língua dos indígenas, marcava a associação dessa população com a cultura popular de São Paulo. Se o tipo nacional na virada do século XIX era tido como indolente, em 1920 o caipira era apontado por Freitas Jr. como depositário da cultura popular de São Paulo, dos velhos hábitos e costumes dos indígenas amalgamados à cultura portuguesa²⁹⁵.

Se nos dois textos está presente a ideia de ruptura entre uma velha São Paulo e uma nova São Paulo que surge a partir da formação da metrópole, esse aspecto é retomado por Afonso de A. Freitas no trabalho *Folia do Espirito Santo*²⁹⁶, publicado em 1923. Para Freitas, haveria uma incompatibilidade entre os costumes tradicionais e a moderna metrópole:

Mas o progresso, firmado no moderno sistema utilitarista da luta pela vida, atulhando a formosa “urbe” paulistana de uma multidão que se acotovela e se comprime numa azafama quase feroz, atravancando-a de veículos que rolam em contínuo e vertiginoso vai e vem, que se atropelam e se chocam,

²⁹⁴ FREITAS, Afonso A. de. Folganças populares..., op. cit., p. 24-25.

²⁹⁵ Diferentes interpretações buscaram entender diversos aspectos do caipira: seu modo de vida, sua dimensão simbólica, dentre estas podemos citar: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983; CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010; NAXARA, op. cit.; RODRIGUES, Beatriz. *Linguagens urbanas e modernidade na “Babel amalucada”: cartas caipiras em periódicos paulistanos (1900–1926)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/140257/000866360.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2016; SILVA, Albert Stuart Rafael Pinto da. *Representações de Caipira nas Práticas Literárias de Cornélio Pires*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/RQEIMGVLSXKI.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

²⁹⁶ FREITAS, Afonso A. *Folia do Espirito Santo*. RIHGSP, São Paulo, v. 23, 1923.

não raro espatifando coisas e esmagando pessoas por amor a velocidade, transformaram os hábitos do povo paulistano, tornando impraticáveis na moderna capital os velhos costumes tradicionais²⁹⁷.

Essa constatação é acompanhada pelo sentimento de perda também presente nos outros trabalhos. Se Freitas aponta para a incompatibilidade entre a velocidade moderna e a contemplação tradicional, ele também afirma que a metrópole trocava uma “felicidade sadia” pelo “inferno” da “felicidade brilhante”, e como o avanço da civilização levava a perda de certas qualidades legadas pelos bandeirantes. Se Freitas Jr. associava a população tradicional à continuidade dos costumes indígenas, poderíamos aqui criar essa dupla ligação, do indígena e do bandeirante como sendo as populações tradicionais? A associação posterior dessas manifestações com o caipira leva a fortalecer a hipótese sob a ideia de amalgama. Além disso, no projeto de história do IHGSP criar uma dupla ligação poderia contemplar os dois núcleos da formação de uma identidade paulista: o jesuíta, que incorpora o gentio a esta sociedade, e o bandeirante.

A folia do Espírito Santo, segundo Freitas, foi a primeira manifestação popular a sofrer com as mudanças que ocorriam na cidade de São Paulo. No entanto, no interior ela ainda lutava contra seu fim, mesmo que fosse inevitável frente ao avanço da civilização. Mais uma vez a ideia do popular estando ligado à periferia e ao interior era retomada:

A alva pomba do espírito santo voou, fugiu, no versejamento ingênuo do caipira, das nossas práticas populares de religião, nos centros bafejados pela civilização moderna, indo aninhar-se nos mais longínquos lugarejos do sertão, ainda não afligidos pelo progresso revolucionário.²⁹⁸

O sertão, como um *outro geográfico*, reaparecia para expor a direção da fuga da categoria popular. Porém, se em São Paulo a prosa cantava sobre o voo do Espírito Santo, na prosa de São Bernardo e Itapequerica da Serra o Espírito Santo ainda era invocado a retornar. Esse interior não precisava estar longe fisicamente, mas, antes de tudo longe temporalmente da modernidade que se instalava.

Próximo aos problemas colocados pelos trabalhos, Edmund Krug em *Deus e Santos na superstição brasileira*²⁹⁹ questionava a origem de certos costumes religiosos, como as festas de São João. Pela proximidade entre o popular e a igreja ganhavam no Brasil, Krug falava

²⁹⁷ FREITAS, Affonso A. Folia do Espírito Santo, op. cit., p. 117.

²⁹⁸ Ibid., p. 128. (grifo nosso)

²⁹⁹ KRUG, Edmundo. Deus e os santos na superstição brasileira. *RIHGSP*, São Paulo, v. 23, 1923.

daquilo que ele denomina como *folklore*, fazendo um extenso estudo buscando as raízes não cristãs de costumes brasileiros:

As nossas superstições religiosas, mormente quando tratam de algum santo da igreja, são relativamente novas, são preliminarmente de origem local, e se espalharam, pouco a pouco com a imigração de indivíduos ou de famílias inteiras de um estado para o outro, ou, então, se acham essas superstições mescladas com vestígios pré-cristãos, com vestígios de mitologia nórdica como veremos mais tarde³⁰⁰.

Assim, por exemplo, alguns hábitos locais, como colocar uma caveira de animal morto na entrada das fazendas, sítios ou casas, ou ainda, a associação do uivo do cachorro a um prenúncio de morte, estavam ligados à mitologia nórdica: a caveira relacionada ao deus Odin, associado à caça, proteção e fertilidade; e o uivo do cachorro relacionado ao cão anunciando a chegada de novos mortos ao submundo. No entanto, chama a atenção nesse trabalho a cristalização de uma imagem que não aparece abertamente exposta nos outros estudos:

Seja-me, porém, licito pedir aos estudiosos que queiram preencher as lacunas existentes, o façam sem perda de tempo, pois, com a emigração de tantos indivíduos de diversos países para o nosso, os nossos usos e costumes estão se modificando, estão se mesclando com os usos e costumes dos outros povos, de forma que, em algumas dezenas de anos o *folklorista* nacional com muita dificuldade, poderá selecionar o que é puramente nosso daquilo que foi trazido de fora³⁰¹.

A ideia de perda dos costumes é retomada, assim como a necessidade de registrar os costumes antes de seu desaparecimento, afirmação implícita nos outros estudos. Nesse excerto, por exemplo, a causa do desaparecimento aparecia ligada ao afluxo de imigrantes, indicando, de certo modo, um fator externo que Vampré apontava como ameaça para a originalidade nacional. No entanto, esse processo também aparecia como resultado do choque entre os costumes tradicionais e a civilização representada pelas mudanças da cidade de São Paulo, novamente remetendo ao fator externo, tendo em vista a característica cosmopolita dessas novas experiências. O fato de associar o popular à população dita caipira aparecia como resultado da condição marginalizada no qual o grupo era colocado, no entanto, não no sentido de atraso, imagem esta criada pelas teorias deterministas. Tal associação tirava a

³⁰⁰ KRUG, Edmundo. Deus e os santos..., op. cit., p. 168.

³⁰¹ Ibid., p. 207.

capacidade de reunir o popular às manifestações da camada média e das elites³⁰², além de expor as dicotomias presentes nesse debate: povo e elite, atraso e progresso, barbárie e civilização, campo e cidade³⁰³. Chama a atenção nos trabalhos a temporalidade da discussão que eles conseguem indicar. Na *RIHGSP* é possível ver as visões negativas e positivas sobre tal debate e como uma se torna mais presente de acordo com o período. O caminho para o qual os trabalhos parecem convergir é apontar, o caipira, por estar afastado desse espaço que se modificava, como tendo conseguido preservar os costumes de uma “velha” São Paulo, criando uma ligação com uma tradição paulista remetendo à época colonial.

3.2. Em oposição ao popular, o progresso

Vimos no tópico anterior como alguns sócios do IHGSP se empenharam em construir uma ideia de popular que fosse singular à São Paulo. No entanto, esses trabalhos também traziam um prognóstico negativo: a inevitável perda desses costumes pelo avanço da civilização e do progresso no Estado de São Paulo. A imagem de progresso foi até esse momento um aspecto recorrente nos textos aqui analisados. Está presente nos diferentes trabalhos sobre Iguapé publicados por Ernesto Young; associado à ferrovia, um sinal do seu avanço; estava presente na atuação da CGGSP e do Museu Paulista, instituições com viés científico e devendo contribuir para a instalação de um ideal de modernidade no Estado. No entanto uma pergunta permanece: *como* essa visão de progresso era exposta pelo Instituto? Quais sentidos lhe eram atribuídos, quais características lhe são associadas, o que a define? A fim de entender esse *como*, analisaremos alguns trabalhos a seguir que possam elucidar tal questão.

Começaremos esta análise com um texto que se utiliza dessa ideia de forma recorrente. O trabalho *A Mococa, de sua fundação até 1900*³⁰⁴ de Humberto Queiroz, publicado em 1910, foi apresentado quando tratamos da possibilidade de definir uma nomenclatura para as histórias de cidades. Aqui esse texto retorna com o objetivo de entendermos esta categoria, progresso. A primeira impressão deixada por este texto é a de como a produção de uma história para a cidade ganhava ares de propagar a prosperidade presente e futura do município,

³⁰² VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997. p. 25.

³⁰³ Além dos já citados trabalhos que problematizaram tais dicotomias dentro da questão da identidade nacional, caberia ainda indicarmos o livro de Raymond Williams, Cf. WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

³⁰⁴ QUEIROZ, Humberto. *A Mococa...*, op. cit.

construindo a imagem de “sertão futuroso e prometedor”. Interessante notar a associação do próprio autor com a imagem do sertão. Essa discussão já havia sido explorada por Theodoro Sampaio nos estudos que tentaram compreender o processo de povoamento de São Paulo entre o século XVI e XIX. Nesses trabalhos, Sampaio associava o interior ao sertão, espaço vazio ou deserto, ou ainda o local do bárbaro, devendo ser conquistado, civilizado, modernizado. Ao escrever sobre os primeiros momentos da ocupação daquela área, Queiroz afirma que era uma “guerra de conquista do homem contra os indômitos e bravios habitantes das matas, a invasão do progresso, a luta pela vida”³⁰⁵. Essa imagem do sertão irá se repetir ao longo do trabalho de Queiroz.

No capítulo intitulado *A capella curada*, Queiroz repetia a imagem de progresso ao mostrar como a edificação da capela teria impulsionado o “movimento progressivo” do Arraial. A afirmação chama a atenção pelo fato de que, se na introdução do trabalho a imagem de progresso aparecia associada à palavras como *prosperidade* e *futuro*, aqui ela parece denotar um sentido temporal, esse movimento, essa progressão temporal, assim como a divisão do trabalho, de forma cronológica, também apontava. Aparentemente haveria um uso simultâneo desses dois sentidos no trabalho, prevalecendo o primeiro. Queiroz fazia um apanhado de diferentes aspectos indicados como característicos do progresso material alcançado pela cidade. Ao tratar dos teatros que se instalaram na cidade desde meados do século XIX, a substituição do popular por uma cultura externa na localidade era tida, de certa forma, como algo positivo, por apontar Mococa seguindo a “trilha do progresso”: “Bons tempos em que se dançou pela primeira vez em Mococa, alguma coisa que não fosse o nacional cateretê”³⁰⁶. Uma dessas danças era o Rill, típica da Irlanda.

Porém, mais interessante, é a presença no trabalho da ideia do progresso associada a imagem da locomotiva:

A estrada de Ferro Mogiana, inaugurada em 14 de janeiro de [18]78, em Casa Branca, o aumento extraordinário da plantação de cafeeiros, o cálculo bem feito e a economia metódica do lavrador mineiro, firmaram e fizeram a colossal lavoura de Mococa.

[...]

No mesmo ano, em 28 de outubro, Mococa festejava a escolha do local onde seria a estação da cidade, com entusiástica manifestação aos engenheiros da Mogiana.

Bastou a aproximação da estrada de ferro para que se sentisse um vivo estremecimento de progresso, a febre de crescer que se manifestava.

A lavoura aumentou, o comercio desenvolveu-se [...] ³⁰⁷.

³⁰⁵ QUEIROZ, Humberto. *A Mococa...*, op. cit., p. 128.

³⁰⁶ Ibid., p. 144.

³⁰⁷ Ibid., p. 164-165.

O progresso, era antes de tudo o futuro, o desenvolvimento material das localidades. A ferrovia, assim, associada a essa ideia, trazia benefícios e melhorias para a cidade – no caso de Mococa o aumento da produção cafeeira da cidade, e também confirmava os presságios de um sertão *futuroso* e que continuava a progredir com o passar dos anos. Se reforçava ligação entre progresso e ferrovia.

Continuando a enumerar os diferentes aspectos que expunham o progresso da localidade, a agricultura também teria um importante papel. Desenhando um cenário, Queiroz afirmava: “A terra fertilíssima, as condições naturais favoráveis, homens honestos, laboriosos e amantes do lufar: tudo concorria para o progresso”³⁰⁸. Os migrantes, tanto estrangeiro, como nacional, contribuíam conjuntamente com a ferrovia, em transformar a lavoura de Mococa em algo colossal.

No momento em que o autor alcança o tempo presente em sua narrativa, aquele espaço já estava transformado pelo progresso e pelos aspectos a ele associados: a ferrovia, a agricultura, os migrantes, o teatro, a imprensa. Com o avanço do progresso, o sertão se movimentava, avançando espaço adentro. O oeste do Estado era apontado por Queiroz como um espaço de oportunidades condicionado pela ferrovia, levando o “silvo triunfador do progresso”, e o café, que levava uma população nova, ambiciosa, trabalhadora, corajosa. Essa conclusão não era muito diferente dos quatros aspectos impulsionadores do povoamento apontados por Theodoro Sampaio em *São Paulo no séc. XIX*. Porém, apesar das modificações, e a fronteira já haver se deslocado, Mococa não deixava de ser uma “cidade do Oeste”, onde:

[...] assistimos ao som de músicas, ao estourar de foguetes à colocação do primeiro tijolo em construção, vende, vinte anos depois, essa mesma cidade, servida por uma estrada de ferro, iluminada a luz elétrica, com subsolo sulcado de canalização d’água e rede de esgotos, as ruas cortadas de fios telefônicos, em franca ostentação, enfim, de um progresso real e positivo³⁰⁹.

Essa ideia associada ao Oeste também era apontada no trabalho *Resenha histórica do município de São Pedro de Piracicaba* de Júnio Soares Caiuby³¹⁰, publicado em 1912. Nesse trabalho, o Oeste era apresentado como uma rica zona para onde as lavouras de café seguiram, sendo esse o fator apontado como causa do abandono do município de São Pedro por

³⁰⁸ QUEIROZ, Humberto. A Mococa..., op. cit., p. 148.

³⁰⁹ Ibid., p. 197.

³¹⁰ Júnio Soares Caiuby nasceu e morreu em Campinas. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo e foi magistrado em São Pedro de Piracicaba.

determinado período. No entanto, apesar da disponibilidade de terras, São Pedro progredia, sendo apontados os esforços da câmara municipal em melhorar a pavimentação das ruas e também incentivar a instrução pública “suprema garantia da existência para o povo brasileiro na concorrência de elementos que afluem de todas as partes do globo”³¹¹. A dimensão material é retomada, São Pedro é apresentado com uma zona progressista e a instrução teria um papel importante para garantir o desenvolvimento local, sem se aprofundar no *por que*.

No trabalho de Caiuby, a ferrovia reaparecia associada a ideia de progresso. No entanto, aqui apontava para sua ausência e tecia críticas a essa situação. São Pedro é delineada como uma vila crescendo ao lado de uma estrada que havia sido abandonada e no fim de uma linha férrea estacionada em Piracicaba. Para Caiuby, a discussão de tal questão era uma oportunidade, um meio de questionar tal situação e solucioná-la, “Mas a missão dos que empunham a pena é de abrir novos horizontes para o progresso do estado, intimamente ligado ao interesse dos municípios e ao bem-estar do povo”³¹². A crítica ao governo, nas suas diferentes instâncias, aparecia de forma recorrente, mas incisiva: o governo era peça essencial para ocorrer os investimentos necessários à transformação desse espaço, e conseqüentemente, a sua assimilação pela civilização e pelo progresso. Era um argumento próximo da ação da CGGSP no Estado de São Paulo.

Voltando a análise da noção de progresso nos trabalhos da *RIHGSP*, outros textos expuseram uma estrutura semelhante a essa apresentada pelo trabalho *Mococa*, e também, de forma parecida, um recorrente uso da ideia de progresso. No trabalho *A Franca* de Affonso José de Carvalho, publicado em 1912, somos apresentados à vila inserida na questão de limites e em confrontos locais, como a Anselmada³¹³. No entanto, apesar dos problemas que esses aspectos acarretaram no começo do século XIX para a localidade, Franca progredia lentamente, no mesmo “afã de aperfeiçoamento” de suas “irmãs paulistas”. Se Franca é apresentada como sertão bravio e inóspito, esse aspecto seria modificado com a ocupação e modificação daquele espaço, levando ao “desabrochar de uma civilização rudimentar”. E esse unabrochar seria acarretado por progressos materiais: constrói-se o teatro, inicia-se a imprensa: “Mas afinal, a civilização sorriu, a civilização triunfou, um grande prelo subiu em

³¹¹ CAIUBY, Júnio Soares. Resenha histórica do município de São Pedro do Piracicaba. *RIHGSP*, São Paulo, v. 17, 1912. p. 99.

³¹² *Ibid.*, p. 103.

³¹³ Revolta ocorrida no ano de 1838 na cidade de Franca tendo como líder o Capitão Anselmo Ferreira de Barcellos.

caixotes a lombada suave do terreno, e a imprensa, a conquistadora, tomou posse definitiva do planalto”³¹⁴.

No trabalho de Carvalho, a imprensa ganhava certo destaque, sendo que a inauguração do jornal *Nono Districto* é apresentada como tendo provocado o deslumbramento dos francanos “ansiosos em progredir”. Logo os letrados locais perceberam a necessidade de um jornal local, preocupado com os problemas locais, surgindo assim o jornal *Justiça*. No entanto, essas “batalhas” não impediam a passagem do progresso. É apresentada a chegada da ferrovia, minimizada nesse trabalho, dando mais ênfase à imprensa como elemento de progresso. Adentrando o século XX, chegavam também o cinema e o automóvel. A história de Franca, assim como a de Mococa, mostrava as condições infalíveis de sua “maior prosperidade futura, de sua riqueza, de seu brilhante e incontestável progresso”³¹⁵.

Affonso José de Carvalho também escreveria *São Paulo antigo 1882-1886*, publicado em 1942, onde fazia uma análise das mudanças que a Capital havia passado na virada do século XIX e XX. Em 1882, a cidade estava pronta para a transformação, mas qual era essa mudança? A imprensa tão destacada em *A Franca*, ligado a outros fatores, apararam, na Capital, as arestas rudes de uma São Paulo antiga, colocando a cidade no eixo da civilização. Nesse aspecto, a própria Capital havia sido transformada para alcançar um ideal de civilização, progresso e modernidade. Seria ela necessariamente uma precursora para servir como modelo? Tal pergunta é pertinente quando nos deparamos no trabalho *A Franca* com a sociabilidade local sendo apresentada como cópia daquela vivenciada na Capital, e que se transformava como era apontado por Carvalho.

Saímos do interior rapidamente, caminhamos pela capital e chegamos ao litoral. “Que ponto mais estratégico que este para irradiar com vantagem por todo o mundo o produto do labor oriundo da nossa atividade?”³¹⁶. A pergunta, presente no trabalho *Santos de Amanhan*, de Júlio Conceição³¹⁷, publicado em 1910, não era estranha aos outros artigos publicados na *RIHGSP* analisados até então. Ernesto Young escrevendo sobre o município de Iguapé buscou, de forma semelhante, criar um lugar, um papel de evidência para a localidade. No entanto, o título expunha também outro objetivo. Era necessário expor o futuro daquela localidade. O trabalho partia da premissa da comparação entre a cidade de Santos e a cidade de Nova York. Esse paralelo servia como um parâmetro para expor a afinidade do progresso

³¹⁴ CARVALHO, Affonso J. *A Franca* (esboço de história de costumes). *RIHGSP*, São Paulo, v.17, 1912. p. 68.

³¹⁵ *Ibid.*, p. 85.

³¹⁶ CONCEIÇÃO, Júlio. *Santos de amanha*. *RIHGSP*, São Paulo, v.15, 1910. p. 329.

³¹⁷ Júlio Conceição nasceu em Piracicaba em 1864 e faleceu em Santos em 1938. Fez carreira política e foi destacado como filantropo na cidade de São Paulo.

material da cidade com estes “centros” da civilização. Assim, diferentes aspectos eram apontados para indicar tal afinidade, como, por exemplo, a centralidade de seu porto. Conceição delineava Santos como o centro do comércio do café, sendo que São Paulo era o principal produtor do mundo. A ferrovia talvez aqui não trouxesse o progresso, como outros estudos escreveriam, mas a extensa malha ferroviária de São Paulo era apontada como fator importante para o destaque da cidade de Santos³¹⁸.

O crescimento proporcionado pelo comércio portuário tinha influência nas modificações do espaço da cidade. A construção de uma moderna rede de escoamento de esgoto; o desaparecimento do aspecto colonial, sendo substituído por praças, ruas largas e arborizadas, refletindo a implantação de um ideal higienista; e a presença dos automóveis. Eram como “prenuncio evolutivo do progresso”. A cidade de Santos, para Conceição, tinha as condições perfeitas para o progresso material: “E assim como a portentosa Nova York tem desvelado carinho do *yankee* e constituem o seu orgulho, Santos que em breve será, sem dúvida alguma, o orgulho do brasileiro, deve merecer a estima e patriótica atenção de todos nós”³¹⁹.

Fizemos até agora duas movimentações. Voltaremos agora para o espaço onde o povoamento neste período ainda era recente. Em dois trabalhos publicados na *RIHGSP*, *Os índios da margem do Paranapanema*³²⁰ e *As margens do Paranapanema*³²¹, Edmundo Krug expunha as expedições feitas no começo do século XX, onde se delineava a zona pioneira do Estado aonde o povoamento chegava gradualmente. Os relatos de viagem apesar de surgir congregando trabalhos de diferentes naturezas e objetivos, são trabalhos voltados antes de tudo para a questão do outro³²². Como explicitado anteriormente, Theodoro Sampaio já havia analisado o povoamento de São Paulo no século XIX. O modelo exposto, dos troncos viários e os troncos como dedos de uma mão, previa espaços vazios que seriam preenchidos posteriormente. No entanto, a mão estava limitada aos centros urbanos formados até o fim do século XIX. O relato de viagem de Krug, assim, apresentava o espaço além dos troncos viários tradicionais.

³¹⁸ CONCEIÇÃO, Júlio. Santos de amanhã, op. cit., p. 329.

³¹⁹ Ibid., p. 336.

³²⁰ KRUG, Edmundo. Os índios das margens..., op. cit.

³²¹ Idem. As margens do Paranapanema, op. cit.

³²² Wilton da Silva aponta que o conceito “literatura de viagens” é complexo e heterogêneo por ser recente. O relato de viagem, além disso, redimensiona a tradição construindo uma ligação entre presente e passado, o mundo novo e a tradição, o “eu” e o “outro”. Cf. LIMA, Wilton Carlos Lima da. *As terras Inventadas. Discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

Para Sampaio esse espaço se explicava pela dicotomia sertão/civilização, levando a necessária povoação dessas áreas, o necessário avanço e a instalação da civilização. A dicotomia sertão/civilização pode ser esboçada no trabalho de Krug. Ao descrever a cidade de Avaré, ponto de partida de sua expedição, e se alongar na descrição do local, ele se justifica:

Fiz isto [descrição], porém, a fim de mostrar que Avaré não é aquilo que se julga aqui em o nosso meio. Aqui, na Capital, devido as regalias que gozamos, devido a densa população, pondera-se, geralmente, que no interior do Estado, tudo acha-se em plena decadência. Se para alguns povoados essa afirmação é cabível, para Avaré não pode ser, absolutamente, aplicável: já pelo histórico que fiz do lugar, ver-se-á que ele fez um progresso enorme em poucos anos, e mais rápido será esse progresso quando houver comunicações mais rápidas e isentas de baldeações ao litoral, para onde vai todo café colhido na zona - o fertilíssimo solo de Avaré e de suas fazendas não deixará decair esse lugar³²³.

No excerto Krug faz uma divisão entre o espaço da Capital e o interior do Estado. Se o interior é associado à imagem de decadência como um todo, assim seu oposto, a Capital, seria o progresso. No entanto, Krug adiciona um terceiro fator à divisão. Não discordando da imagem de decadência associado ao interior, Krug discorda, no entanto, nem todas as cidades localizadas ali estavam em decaimento. Avaré seria o exemplo oposto. Escrevendo sobre a cidade, ele aponta como a fertilidade do solo impediria seu decaimento, por exemplo, apontando também que determinada área do município poderia servir para a implantação de núcleos coloniais e concessões de estradas de ferro criando uma ligação até o litoral. Assim, se havia a divisão capital/interior, Krug descrevia o interior se dividindo em uma parcela decadente e outra próspera.

A divisão interior decadente e interior próspero reapareceria ao longo do trabalho. No prosseguimento da viagem, ao sair de Avaré, Krug descrevia uma paisagem desolada e tomada por ervas daninhas. Krug só via uma solução para o aproveitamento desse local abandonado: a utilização para pastagem e pecuária. No entanto, tal solução só iria ocorrer pela pressão do povoamento tendo em vista a situação da área, desfavorável para o trânsito de animais nesse período. Para Krug, esses problemas estavam relacionados com o relevo daquela localidade, a escassez de recursos hídricos e com a aparente infertilidade do solo. Ao descrever os trechos de mata virgem que atravessava, Krug afirma que os troncos sinuosos e tortos e a copa quase inexistente denotavam essa “fraqueza” do solo. A presença de água

³²³ KRUG, Edmundo. *As margens do Paranapanema*, op. cit., p. 377.

corrente aqui era tomada como um critério, o limite entre uma boa e uma má vegetação, entre bom e mau terreno, tendo em vista que, ao cruzar o rio Paranapanema, Krug descreve uma vegetação vistosa em oposição à pobreza do trecho anterior³²⁴. Após cruzar o rio, a paisagem era descrita como de “superior qualidade” – com árvores robustas, caça abundante e lavoura produtiva³²⁵.

Se a descrição da paisagem era recorrente entre as vilas, as diferentes localidades pela qual Krug avançava eram também apresentadas. A vila de Cerqueira Cezar, por exemplo, era descrita como destinada à decadência por estar sobre um extenso campo de areia, apontando em uma nota que a profecia não havia se realizado, e retomando novamente o critério do rio como uma divisa entre as áreas boas e ruins, descreve a vila de Óleo, próxima no itinerário e localizada depois de Cerqueira Cezar, separadas por um rio, como um lugar com “prados verdejantes” e “águas límpidas”³²⁶. Assim também eram descritas, de forma positiva, as cidades de Santa Cruz do Rio Pardo e São Pedro do Turvo. A primeira como livre de moléstias pela posição da fundação da vila, em uma colina, que escoava as águas pluviais para o rio com facilidade levando para longe da cidade e não desenvolvendo “febres”. A segunda vila por estar próxima à linha férrea “esta rodeada dos melhores elementos do progresso”³²⁷, podendo vir a tornar-se centro comercial de sua região. Além disso, descreve o caminho entre essas duas cidades tomado por matas virgens com árvores imponentes, que o “viajante, involuntariamente, percebe que percorre fértil terra”³²⁸. Imagem totalmente diversa da próxima etapa da expedição, tendo em vista que após São Pedro se deparava novamente com campos de areia e a escassez de água.

No entanto, se Krug defende ao longo do seu relato a necessária evolução do local, ele não se desvincula de um pensamento científico que buscava instalar esse progresso de forma racional. Em diferentes partes do texto criticava o aspecto destrutivo das populações locais, desprovidas do conhecimento científico. Em certo momento do texto reflete como a fauna de certo local onde havia chegado ainda não havia sido afugentada pelas espingardas dos caçadores. Em outro momento questiona a possibilidade para incutir nessas populações o sentido de conservação das florestas virgens, destruídas para uso na lavoura³²⁹. Também

³²⁴ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema, op. cit., p. 381 et seq.

³²⁵ Ibid., p. 386.

³²⁶ Ibid., 402 et seq.

³²⁷ Ibid., p. 415.

³²⁸ Ibid., p. 406.

³²⁹ Ibid., p. 406.

indagava como naquela época ainda não se havia cogitado a criação de uma legislação ambiental³³⁰.

Os problemas que Krug elencava sobre determinado local eram quase sempre acompanhados de uma possível solução, em alguns momentos, sob um viés cientificista. Mas também vislumbrava a análise dos potenciais usos econômicos da região:

O que desejamos é o desenvolvimento da nossa lavoura, a exportação regular dos nossos produtos, a industrialização das nossas riquezas que jazem escondidas no subsolo, e o povoamento de nosso Estado por intermédio de uma colonização inteligente. [...]. Não é, pois, absolutamente uma ousadia da minha parte dizer que o extenso sul do nosso Estado será mais tarde o *celeiro de todo o estado de S. Paulo*. Si o governo presente e os vindouros não se descuidarem desta prospera zona, veremos em breve ali se erguerem belíssimos estabelecimentos agrícolas, e os torreões das fabricas denunciarão pela fumaça que ali há atividade, que ali se ganha dinheiro³³¹

Retomamos aqui uma imagem utilizada anteriormente nesta pesquisa, a ideia de celeiro do Estado. Krug expõe uma visão de futuro e de progresso. Apesar do interior ser associado com a decadência, tornava-se indispensável sua assimilação pelo pensamento científico e pela civilização, e consequentemente, sua ocupação racional para aproveitar o potencial econômico em busca do progresso. No entanto, era importante a intervenção do poder público para a ocorrer isso, de utilizar o potencial econômico e tornar a região um celeiro agrícola para o Estado. Em um momento do texto, Krug chama essa ação do governo de forma mais direta. Indagando sobre a produção agrícola de São Pedro do Turvo e as possibilidades de expansão das culturas existentes e de novas culturas, Krug aponta como, no caso da criação de porcos, seria oportuno a criação de um posto zootécnico para auxiliar os produtores com melhores condições, contribuindo com conhecimento técnico³³². No entanto, aqui seria exposta novamente a visão de atraso associada ao interior, mas direcionada aos seus habitantes. Tendo em vista os limites do conhecimento científico ao qual a população tinha acesso, somente ações concretas mostrariam a esses produtores as melhorias que tais mudanças poderiam trazer para eles.

Se os trabalhos sobre a cultura popular apontavam para o choque entre a tradição e o progresso, e associam isto a um impacto negativo para a tradição, os trabalhos analisados nesse subtítulo, focando na análise da utilização da ideia de progresso, também indicam tal choque, porém, veem tal aspecto de forma positiva e defendem a necessária assimilação da

³³⁰ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema, op. cit., p. 383-384.

³³¹ Ibid., p. 371. (grifo nosso)

³³² Ibid., p. 415.

tradição pelo progresso. Ao se referirem ao progresso era recorrente utilizá-lo no sentido de progresso material. Assim, retomava-se o desenvolvimento da imprensa, a instalação de um teatro, de um cinema, a chegada do automóvel, a realização de obras de cunho higienista etc. O modelo eram as civilizações desenvolvidas, seja a americana, ou mesmo a capital do Estado.

O objeto que mais chama atenção nesse quadro é a ferrovia. Sua chegada em diferentes locais trazia consigo o progresso tão almejado, pois, com ela também vinha a comunicação com a Capital e o porto, com a imprensa e as últimas notícias de uma civilização modelar. Assim, se o progresso era almejado como objetivo, a ferrovia mostrava como internamente haviam áreas atrasadas, fora do seu alcance. Os trabalhos de Krug expuseram essa característica de forma mais nítida. Relatando sua expedição por algumas localidades anteriores à chegada da ferrovia àquele local, eram descritos o decaimento e o atraso de alguns desses locais. As duas características – atrasado ou não atrasado – vinha associada à observação das características do meio. O espaço rural, entendido como sertão, era associado ao atraso em oposição à cidade, que evoluía materialmente. Assim, se descreviam terras estéreis, areiões.... No entanto, o verde das matas poderia indicar uma exceção nessa paisagem decadente. Algumas das cidades localizadas na região eram dissociadas da imagem do atraso, bastando estarem em um meio propício e almejarem o ideal de progresso.

Progresso e popular aqui aparecem como duas faces de um mesmo problema – a busca pela particularidade local. Se Afonso de Freitas apontava que a vivência tradicional não tinha espaço na capital cosmopolita, Vampré afirmava também como a perda das tradições levaria a um estado de “selvática rudeza”, conduzindo novamente ao atraso. Como superar opiniões tão opostas, categorias tão conflitantes? Por um lado, alegava-se a necessidade de modernização, antes de tudo, ligada ao desenvolvimento material – com vias de atingir o progresso, pois o domínio paulista era em grande parte explicada pela dinâmica de sua economia. Por outro lado, a tradição não somente criava uma ligação com o bandeirante, mas poderia servir como um refúgio para as mudanças aceleradas e vertiginosas sofridas pela Capital no período. Nessa relação complexa entre o velho e o novo, tradição e progresso, surgiram aspectos marcados por tensão e heterogeneidade. Na *RIHGSP*, ao mesmo tempo em que a cidade era vista como símbolo de progresso, também estava associada à ideia de degeneração; o espaço rural podia estar associado ao atraso, mas também se ligava à ideia de repositório do popular.

Conclusão

Escavamos temas, enunciados, objetos, e retornamos à pergunta lançada na introdução: podemos definir uma região denominada São Paulo? Durval Muniz de Albuquerque Jr. aponta em *Invenção do Nordeste* que entender a formação de uma região não é buscar uma homogeneidade, mas, antes de tudo entender sua emergência dentro das regularidades, retomando assim, a noção de formações discursivas de Michel Foucault. Procuramos expor algumas camadas desse discurso. Questionávamos, quais foram seus enunciados e quais são suas regularidades?

A estrutura dos capítulos buscou seguir uma ordem ao expor as diferentes camadas desse saber, a região denominada São Paulo. Iniciamos o trabalho apresentando como o IHGSP se torna um local privilegiado para a escrita de uma história que definisse esse lugar de predomínio político e econômico para o Estado de São Paulo, dentro do contexto das primeiras décadas da Primeira República. A circular noticiando a instalação do Instituto e a apresentação do primeiro volume da *RIHGSP* indicavam a necessária descoberta de novos documentos para preencher lacunas e corrigir erros sobre a história local. As teses de Cesário Motta ainda apontavam que alguns temas foram escolhidos para guiar a produção dessa história, como a ampliação dos estudos sobre a história do Estado e sua ligação e influência na história nacional. Dentro desta última localizavam-se as bandeiras e os bandeirantes, tema central para pensar a produção do IHGSP. No entanto, se uma bibliografia anterior havia focado na centralidade do tema rumamos por outro caminho a fim de entender quais outros temas formataram tal imagem.

A partir disto, três temas principais emergiram para análise de nossa hipótese: a questão de limites, o povoamento e as histórias de cidades. Questionávamos sobre a possibilidade de uma região denominada São Paulo, quais seriam seus limites e qual história se constituiu para justificar tais limiares. A emergência do problema na *RIHGSP* esteve relacionada à retomada da mesma no contexto político. A definição dos limites no Instituto convergia interesses do Estado, mas também se tornava um meio de encadeamento na história de São Paulo relacionada ao povoamento dessas áreas. A partir do requerimento da reunião de documentos que servissem ao poder público como defesa nos litígios, aflorava a construção de uma imagem de alteridade entre as diferentes províncias e a própria esfera nacional. Se nos trabalhos de Orville Derby, ao produzir a história da questão, constituiu-se uma oposição entre São Paulo e a Coroa Portuguesa durante a Colônia, tal diferença poderia ser transposta para a República quando os laudos arbitrais feitos por Eptácio Pessoa na década de 1920,

período no qual foi presidente da República, geraram reações dos sócios do Instituto que discordaram da solução proposta.

Ao nos voltarmos para os estudos sobre o povoamento e as histórias de cidades indicamos um sentido de preenchimento. Nos trabalhos produzidos por Teodoro Sampaio sobre o povoamento de São Paulo, ficava clara a definição de um sentido para tal avanço. A história do Estado se iniciava no litoral, depois rumou para o interior e, posteriormente, cidades se formaram ao longo do traçado das estradas que continuavam esse processo continente adentro. Dentro da produção das histórias de cidades buscava-se construir um papel para elas. A experiência do tempo definida pelo IHGSP estava voltada para o passado, mas visava o futuro. Assim, as histórias de cidades buscavam criar essa ligação com o passado, mas também, apontando as terras, as indústrias e as pessoas necessárias para o avanço e modernização de São Paulo, contribuindo para a definição dessa identidade local e singular.

Outro aspecto importante destacado na análise é a construção nas histórias de cidades de uma particularidade interna ao Estado de São Paulo, contudo, isso não significou um conflito entre esses dois níveis, estado/cidade. Quando Young busca localizar, por exemplo, Iguapé nos primeiros anos da colonização faz uma divisão entre “povoadores” e “fundadores”, afastando-se de uma disputa entre centro e periferia, e buscando um sentido de complementariedade. Porém, essa não é uma afirmativa absoluta, havia exceções à regra. O caso que mais chama a atenção é o da cidade de Sorocaba, posta como centro de um movimento de ocupação e povoamento do território do Estado, e essa imagem associada a Sorocaba também se expandia para fora dos limites estaduais, ao se construir uma influência histórica sobre o sul do país e para a bacia platina com a ação das tropas e dos tropeiros.

Uma questão importante nas histórias de cidades e povoamento foi a da origem. A comemoração do quarto centenário do descobrimento do Brasil proporcionou um novo momento para se reavaliar as origens da nação e os estudos centralizados na figura de João Ramalho e na vila de Santo André da Borda do Campo. Focamos no segundo problema. Partimos principalmente de uma inquietação: por que estudar uma localidade que rivalizava com São Paulo de Piratininga e questionava sua centralidade? A análise dos textos indicava como tal rivalidade era importante para o projeto de história do IHGSP. Se o bandeirante surgiu como símbolo do paulista no início do século XX, igualmente o jesuíta era integrante dessa identidade. São Paulo de Piratininga aparecia, assim, associado aos jesuítas e Santo André aos bandeirantes por meio da figura de seu fundador, João Ramalho, precursor dos bandeirantes. Porém, a relação era problemática, principalmente se tratarmos das visões

negativas positivas. Essa dicotomia seria superada tanto no espaço quanto simbolicamente. Se Santo André havia sido extinta, sua população remanescente integrava-se à nascente São Paulo de Piratininga. No IHGSP, a conciliação da visão negativa e positiva sobre João Ramalho remetia à própria solução para as duas visões conflitantes sobre o bandeirante. São Paulo de Piratininga construía-se, então, como amálgama desses dois símbolos integrantes da identidade da qual se queria constituir o paulista.

As histórias de cidade e o povoamento constituíram, assim, uma prática discursiva que definiria tais limites, apontando onde ele avançava, onde ele se retraía. Os diferentes momentos nos quais se discutiram os litígios mostravam esse constante movimento de construção/reconstrução e como os próprios letrados do IHGSP participaram dessa obra. Se estes três temas eram um ponto de partida para afirmarmos positivamente a questão inicial, era necessário aprofundar em outros aspectos para podermos definir tal emergência da região.

Quando voltamos nossa atenção para a experiência de tempo no IHGSP, o debate entre o popular e o progresso tornava-se importante para pensarmos o problema proposto. Diante das mudanças rápidas vivenciadas pelo Estado e pela cidade de São Paulo no período, o velho e o novo entraram em choque e requeriam sentidos explicativos novos. Em um primeiro momento, o trabalho de João Vampré buscou definir a própria especificidade do que viria a ser popular, e, questionando sua natureza, associava-lhe uma dimensão ideal em oposição e sobreposta ao real. Dessa forma, o popular mesmo vinculado ao ficcional teria capacidade de explicar o real, explicar a formação de um povo através de sua expressão estética. Cobrindo um amplo recorte, o problema da categoria popular presente em Vampré caberia um estudo mais amplo para analisar sua relação e diálogo com os estudos de sua época, além da própria emergência da imagem do caipira em sua obra. Os outros trabalhos continuariam tal discussão com foco na especificidade de um popular paulista. O caipira emergiria como esse tipo e o popular era associado ao periférico, afastado do centro. Porém, tal afastamento não era somente físico, espacial, mas também deveria ser temporal, da parcela da população que continuava ligada as tradições de uma “velha” São Paulo em oposição ao cosmopolitismo da Capital do café. Se retomaria ainda a mistura dos diferentes tipos étnicos, indicando a apropriação das teorias deterministas da virada do século XIX e XX. A especificidade do popular paulista se explicaria pelos diferentes brasis e pela amálgama, já exposta na questão de origens, entre o jesuíta, o bandeirante e o indígena.

Nos estudos focados na categoria progresso, essa relação velho e novo não era ausente, porém estava menos explícita. Enquanto no popular, o velho e novo pareciam estabelecer uma relação de constante troca, de avanços e retrações, os textos focalizados na

categoria progresso ganhavam um sentido unidirecional. Como já expusemos na história de cidades, os trabalhos aqui indicavam o avanço material dessas localidades ao se almejar um modelo de modernidade que deveria ser alcançado por todo o Estado. A ferrovia, a imprensa, o teatro, nesse quadro, sinalizavam o avanço da civilização, e a Capital um modelo a ser copiado. Nos relatos de viagem de Edmund Krug, no entanto, aparecia a associação do interior do Estado à imagem de decadência, porém o próprio Krug relatava diferenças dentro desse espaço, separando um interior próspero, possível de avanço, e um decadente, fadado ao fracasso.

Além disso, dentro dos impasses expostos aqui, retomamos o problema em torno dos procedimentos metodológicos. Os trabalhos da *RIHGSP* indicavam um diálogo com as discussões intelectuais da época. As mudanças da cultura historiográfica do período também se fizeram presentes no Instituto. Conseguimos, então, expor tal apropriação em um grupo de letrados fora dos principais nomes associados à agremiação. A chamada concepção moderna de história era evidente pelo estímulo à busca dos documentos e pelo uso de procedimentos de análise como a aplicação de uma lógica aos fatos, além do confronto de diferentes documentos a fim de se superar ambiguidades e informações errôneas, também em certo ponto a valorização do testemunho visual. Questionamos ainda se as histórias de cidade ganharam uma especificidade dentro do IHGSP através da nomeação dessa categoria. Averiguamos que não, porém, se tal tentativa poderia indicar impasses, sua ausência apontava para uma consolidação do projeto de história do Instituto.

Tendo pontuado todos os detalhes, retomamos: podemos definir a formação de uma região São Paulo? Buscamos a emergência de enunciados, determinamos convergências e regularidades e podemos responder ao final que sim, houve a constituição de uma região “São Paulo”. Ao analisarmos problemas inéditos para este tema foi possível verificar outras facetas da construção dessa imagem, deste saber particular sobre o Estado de São Paulo durante as primeiras décadas da Primeira República. Se a questão de limites, o povoamento e as histórias de cidades construíram uma estrutura espacial da região, um saber histórico e geográfico, ainda eram necessárias mais camadas. Por meio das categorias *popular* e *progresso* aprofundamos essa construção através dos costumes e da cultura que se movimentava entre o velho e o novo, indicando a relação entre tradição e modernidade na agremiação, aprofundando o entendimento acerca da experiência de tempo do IHGSP. Ao objetivarmos analisar a emergência de uma região procuramos o caminho da desnaturalização, duvidando dos pactos de verdade impostos. Questionar tais símbolos presentes no nosso cotidiano torna-

se necessário tanto para a reflexão do ofício do historiador quanto para a formação de uma sociedade crítica de seu passado.

APÊNDICE A – Levantamento da *RIHGSP* separada por volumes

	Volume 1 - 1895	
1	AO LEITOR. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.1, n.1, 1895.	Instituição
2	DERBY, Orville. A denominação “Serra da Mantiqueira”. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.1, n.1, 1895.	Questão de Limites, Estudo geográfico
3	FONSECA, Antônio Augusto da. Typos ituanos. <i>RIHGSP</i> , v.1, n.2, São Paulo, 1895.	Biografia e genealogia, história de cidade
4	SAMPAIO, Theodoro. A posse do Brazil Meridional – fundação da primeira colônia regular dos portugueses em S. Vicente. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.1, n.2, 1895.	Colonização e Povoamento de São Paulo
5	ACTAS das Sessões. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.1, n.2, 1895.	Instituição
	Volume 2 - 1896-97	
6	BLAKE, Raymundo de Pennaforte A.S. Algumas reflexões sobre a viação para Matto-Grosso. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.2, 1896-1897.	Vias e meios de comunicação, Estudo geográfico
7	YOUNG, Ernesto. Esboço histórico da fundação da cidade de Iguape. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.2, 1896-1897.	História de cidade, Colonização e Povoamento de São Paulo
	Volume 3 - 1898	
8	DERBY, Orville. Um documento relativo a questão de limites entre São Paulo e Minas Geraes. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.3, 1898.	Questão de limites, Estudo geográfico
	Volume 4 - 1898-99	
9	SAMPAIO, Theodoro. São Paulo de Piratininga no fim do Século XVI. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.4, 1898-99.	Colonização e Povoamento de São Paulo
10	DERBY, Orville. São Paulo e Minas Geraes, antigas divisas. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.4, 1898-1899	Questão de limites, Estudo geográfico
	Volume 5 - 1899-1900	
11	SAMPAIO, Theodoro. O sertão antes da conquista. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.5, 1899-1900.	Colonização e Povoamento de São Paulo
12	DERBY, Orville. Primeira phase da questão de limites entre São Paulo e Minas Geraes no século XVIII. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.5, 1899-1900.	Questão de limites, Biografia e genealogia,

		Estudo geográfico
	Volume 6 - 1900-1901	
13	DERBY, Orville. Notas sobre a questão de limites entre estados de São Paulo e Paraná. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.6, 1900/1901.	Questão de limites, Estudo geográfico
14	SAMPAIO, Theodoro. S. Paulo no século XIX. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.6, 1900/1901.	Colonização e Povoamento de São Paulo, Estudo geográfico
15	YOUNG, Ernesto. Subsídios para a história de Iguape - Mineração de ouro. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.6, 1900/1901.	História de cidade
	Volume 7 - 1902	
16	PIZA, Antonio Toledo. Pródromos da independência na villa Ytu. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.7, 1902.	História de cidade
17	ANDRADE, Francisco de Campos. João Ramalho, Contribuição para sua reabilitação. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.7, 1902.	Biografia e genealogia
18	RIBEIRO, J.C. Gomes. João Ramalho, Sua fé e nobreza. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.7, 1902.	Biografia e genealogia
19	YOUNG, Ernesto. Subsidio para História de Iguape. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.7, 1902.	História de cidade
	Volume 8 - 1903	
20	MESQUITA, Júlio. Homens e aspectos, Coronel Joaquim Quirino Santos. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.8, 1903.	Biografia e genealogia
21	YOUNG, Ernesto. História de Iguape. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.8, 1903.	História de cidade, Colonização e Povoamento de São Paulo
	Volume 9 - 1904	
22	SAMPAIO, Theodoro. Restauração histórica da villa de Santo André da borda do campo. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.9, 1904.	Colonização e Povoamento de São Paulo
23	YOUNG, Ernesto. História de Iguape (documentos para a). <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.9, 1904.	História de cidade
24	LEITE, Elpidio. O Capitão Torquato de Toledo. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.9, 1904.	Biografia e genealogia
	Volume 10 - 1905	
25	YOUNG, Ernesto. Apontamentos genealógicos de família iguapenses. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.10, 1905.	História de cidade, Biografia e

		genealogia
26	VON IHERING, Hermann. Observações sobre a fauna paulista. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.10, 1905.	Estudo científico, Estudo geográfico
	Volume 11 - 1906	
27	CORREA, Manuel Pio. Município de Iguape. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.11, 1906.	Relato de viagem, História de cidade, Cultura popular
	Volume 12 - 1907	
28	TOLEDO, Lafayette de. Diccionario topographico da comarca de Casa Branca. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.12, 1907.	História de cidade
	Volume 13 - 1908	
29	PIZA, Luiz. Identificação de S. André. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.13, 1908.	Colonização e Povoamento de São Paulo
30	CALIXTO, Benedito. A villa de Santo André da Borda do Campo e a primitiva povoação de Piratininga. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.13, 1908.	Colonização e Povoamento de São Paulo
31	VAMPRE, João. Factos e festas na tradição. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.13, 1908.	Cultura popular
	Volume 14 - 1909	
32	MOURA, Gentil de Assis. Santo André da Borda do Campo. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.14, 1909.	Colonização e Povoamento de São Paulo
33	SAMPAIO, Theodoro. Um problema historico geographico - Onde foi o assento da villa de S. André da Borda do Campo. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.14, 1909.	Colonização e Povoamento de São Paulo
34	MOURA, Gentil de Assis. Um problema historico geographico - Onde foi o assento da villa de S. André da Borda do Campo. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.14, 1909.	Colonização e Povoamento de São Paulo
	Volume 15 - 1910	
35	MORAES, Diogo de. A zona da Ribeira. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.15, 1910.	História de cidade
36	QUEIROZ, Humberto. A Mococa – De sua fundação até 1900. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.15, 1910.	História de cidade, Colonização e Povoamento de São Paulo
37	CALIXTO, Benedito. A villa de Santo André da Borda do Campo e a primitiva povoação Piratininga. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.15, 1910.	Colonização e Povoamento de São Paulo

38	CONCEIÇÃO, Júlio. Santos de Amanhan. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.15, 1910.	História de cidade
	Volume 17 - 1912	
39	CARVALHO, Affonso J. A Franca, esboço de história de costumes. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.17, 1912.	História de cidade
40	CAIUBY, Júnio Soares. Resenha histórica do município de São Pedro do Piracicaba. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.17, 1912.	História de cidade
41	CARVALHO, Vitorino Coelho. Tremembé. Apontamentos históricos-chorographicos e estatísticos. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.17, 1912.	História de cidade
42	FRANCO, Manoel Marcelino de Souza. Memória histórica do município de Santo Antônio da Boa Vista. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.17, 1912.	História de cidade
	Volume 18 - 1913	
43	ALMEIDA, Antônio Raposo de. Os Campos de Jordão na história e na lenda. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.18, 1913.	História de cidade
44	BOURROUL, Estevam Leão. Episódios da Anselmada. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.18, 1913.	Conflitos
45	FRANCO, Manoel Marcelino de Souza. Memória histórica do município de Avaré. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.18, 1913.	História de cidade
46	OCTAVIO, Benedito. Padre Anselmo. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.18, 1913.	Biografia e genealogia
	Volume 21 - 1916-21	
47	FREITAS, Affonso A. de. Folganças Populares do velho São Paulo. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.21, 1916-1921.	Cultura popular
48	KRUG, Edmundo. Os índios da margem do Paranapanema. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.18, 1916-1921.	Relato de viagem
	Volume 22 - 1922-23	
49	CONSAGRADO a passagem do 1º centenário da Independência do Brasil em São Paulo. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.22, 1922-1923.	Comemoração
	Volume 23 - 1924-25	
50	FREITAS JR, Affonso de. A legenda sorocabana. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.23, 1925.	História de cidade
51	KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.23, 1925.	Relato de viagem
	Volume 24 - 1926	
52	CONSAGRADO a questão de limites entre Minas Gerais e São	Questão de limites,

	Paulo. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.24, 1926.	Colonização e Povoamento de São Paulo
	Volume 25 - 1927	
53	OLIVEIRA CESAR, Joaquim Leme de. Notas históricas de Itu. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.25, 1927.	História de cidade
54	BARROS, José de Paula Leite de. Homenagem ao máximo bemfeitor de Itu, Joaquim Bernardo Borges. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.25, 1927.	Biografia e genealogia
55	MINHOTO, Laurindo Dias. Tatuhy atravez da história. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.25, 1927.	História de cidade
	Volume 26 - 1928	
56	ALMEIDA, Antonio Paulino de. Ariry, histórico de sua fundação. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.26, 1928.	História de cidade, questão de limites
	Volume 27 - 1929	
57	CAMPOS, Pedro Dias. As minas de ouro do Jaraguá. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.27, 1929.	Colonização e Povoamento de São Paulo
58	FREITAS JR., Affonso de. Sorocaba dos tempos idos. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.27, 1929.	História de cidade
	Volume 28 - 1930	
59	CARVALHO, Affonso J. de O centenário da fundação de S. Antônio da Cachoeira. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.28, 1930.	História de cidade
60	FILHO, Felix Guisard. Capítulos da história de Taubaté. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.28, 1930.	História de cidade
61	CARVALHO, Affonso J. de. Discurso. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.28, 1930.	Instituição
	Volume 29 - 1932	
62	OLIVEIRA, José Torres de. Discurso Inaugural. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.29, 1932.	Colonização e Povoamento de São Paulo
63	TAUNAY, Affonso de. João Ramalho e Santo André. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.29, 1932.	Biografia e genealogia, Colonização e Povoamento de São Paulo
	Volume 30 - 1931-1932	
64	FREITAS, Affonso de A. Capítulos da geografia physica de São	Estudo Geográfico

	Paulo. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.30, 1931-1932.	
	Volume 31 - 1933-34	
65	SIQUEIRA, Hildebrando. Apontamentos para a história de Serra Negra. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.31, 1933-1934.	História de cidade
66	40º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.31, 1933-1934.	Instituição
	Volume 34 - 1938	
67	ALMEIDA, Antônio Paulino de. Bom Abrigo. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.34, 1938.	História de cidade
	Volume 35 - 1938	
68	CARVALHO, Affonso J. de. Origens de São Bento do Sapucaí. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.35, 1938.	História de cidade
69	ALMEIDA, Luiz Castanho de. Achegas a história de Sorocaba. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.35, 1938.	História de cidade
	Volume 36 - 1939	
70	CAMPOS, Pedro Dias de. A gente sorocabana na revolução de 1842. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.36, 1939.	História de cidade, Conflitos
71	ALMEIDA, Luiz Castanho de. Achegas a história de Sorocaba. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.36, 1939.	História de cidade
72	OLIVEIRA, Sebastião Almeida. Tanabi. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.36, 1939.	História de cidade
	Volume 37 - 1939	
73	SANTOS, Joaquim Silveira. São Roque de Outrora. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.37, 1939.	História de cidade
	Volume 40 - 1941	
74	CAMPOS, Bernardino. Amparo, Resumo Histórico. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.40, 1941.	História de cidade
75	ALMEIDA E CINTRA, Antonio de. Bauru, um documento interessante. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.40, 1941.	História de cidade
	Volume 44 - 1949	
76	TAUNAY, Afonso de. Discurso. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.44, 1949.	Instituição
77	FERREIRA, Tito Lívio. Os presidentes efetivos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.44, 1949.	Instituição
78	LEITE, Aureliano. Os quatros presidentes honorários do Instituto histórico e Geográfico de São Paulo. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.44, 1949.	Instituição

79	SILVEIRA, Enzo da. Os fundadores ainda vivos. <i>RIHGSP</i> , São Paulo, v.44, 1949.	Instituição
----	--	-------------

FONTES

DICIONÁRIOS

BASTOS, J. T. da Silva. *Diccionario etymologico, prosódico e ortográfico da língua portuguesa*. Lisboa: Antonio Maria Pereira, 1912.

MELO, Luís Correia de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Tomo I. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

_____. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

_____. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1951. v. 3.

_____. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1954. v. 6.

PERIÓDICOS

COMEMORA-SE hoje o cinquentenário do Instituto Historico e Geografico de S. Paulo. *OESP*, São Paulo, 11 nov. 1944.

COMISSÃO Geographica e geológica. *OESP*, São Paulo, 8 abr. 1905.

FIRMADO convenio sobre a questão de limites S. Paulo-Minas Gerais. *OESP*, São Paulo, 08 fev. 1958.

INSTITUTO histórico de S. Paulo. *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 out. 1894.

MOURA, Gentil. Santo André da Borda do Campo. *OESP*, São Paulo, 08 fev. 1911.

PIZA, Antônio de Toledo. Divisas de São Paulo e Minas Gerais. *Correio Paulistano*, São Paulo, 18 set. 1898. Suplemento.

SAMPAIO, Theodoro. Um problema histórico geográfico. Onde foi o assento da villa de S. André da Borda do Campo. *OESP*, São Paulo, 24 abr. 1911.

SÃO PAULO-MINAS, Questão de limites – O laudo arbitral. *OESP*, São Paulo, 12 jun. 1926.

RIHGSP

AO LEITOR. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, n.1, 1895.

ACTAS das Sessões. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, n.2, 1895.

ALMEIDA, Antônio Paulino de. Ariry, histórico de sua fundação. *RIHGSP*, São Paulo, v.26, 1928.

ALMEIDA, Luiz Castanho de. Achegas a história de Sorocaba. *RIHGSP*, São Paulo, v.36, 1939.

ANDRADE, Francisco de Campos. João Ramalho, Contribuição para sua reabilitação. *RIHGSP*, São Paulo, v.7, 1902.

CAIUBY, Júnio Soares. Resenha histórica do município de São Pedro do Piracicaba. *RIHGSP*, São Paulo, v.17, 1912.

CAMPOS, Pedro Dias de. A gente sorocabana na revolução de 1842. *RIHGSP*, São Paulo, v.36, 1939.

CARVALHO, Affonso J. de. A Franca, esboço de história de costumes. *RIHGSP*, São Paulo, v.17, 1912.

_____. O centenário da fundação de S. Antônio da Cachoeira. *RIHGSP*, São Paulo, v.28, 1930.

_____. Discurso. *RIHGSP*, São Paulo, v.28, 1930.

_____. São Paulo Antigo. *RIHGSP*, São Paulo, v.41, 1942.

CARVALHO, Vitorino Coelho. Tremembé. Apontamentos históricos-chorographicos e estatísticos. *RIHGSP*, São Paulo, v.17, 1912.

CONCEIÇÃO, Júlio. Santos de Amanhan. *RIHGSP*, São Paulo, v.15, 1910.

CONSAGRADO a passagem do 1º centenário da Independência do Brasil em São Paulo. *RIHGSP*, São Paulo, v.22, 1922-1923.

CORREA, Manuel Pio. Município de Iguape. *RIHGSP*, São Paulo, v.11, 1906.

CONSAGRADO a questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais. *RIHGSP*, São Paulo, v.24, 1926.

DERBY, Orville. A denominação “Serra da Mantiqueira”. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, n.1, 1895.

_____. Notas sobre a questão de limites entre estados de São Paulo e Paraná. *RIHGSP*, São Paulo, v.6, 1900-1901.

_____. Primeira phase da questão de limites entre São Paulo e Minas Geraes no século XVIII. *RIHGSP*, São Paulo, v.5, 1899-1900.

_____. São Paulo e Minas Geraes, antigas divisas. *RIHGSP*, São Paulo, v.4, 1898-1899.

_____. Um documento relativo a questão de limites entre São Paulo e Minas gerais. *RIHGSP*, São Paulo, v.3, 1898.

FERREIRA, Tito Lívio. Os presidentes efetivos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. *RIHGSP*, São Paulo, v.44, 1949.

FRANCO, Manoel Marcelino de Souza. Memória histórica do município de Santo Antônio da Boa Vista. *RIHGSP*, São Paulo, v.17, 1912.

_____. Memória histórica do município de Avaré. *RIHGSP*, São Paulo, v.18, 1913.

FREITAS, Affonso A. de. Folganças Populares do velho São Paulo. *RIHGSP*, São Paulo, 1916-1921.

_____. Folia do Espirito Santo. *RIHGSP*, São Paulo, 1923.

_____. Capítulos da geografia physica de São Paulo. *RIHGSP*, São Paulo, v.30, 1931-1932.

FREITAS JR, Affonso de. A legenda sorocabana. *RIHGSP*, São Paulo, v.23, 1925.

_____. Sorocaba dos tempos idos. *RIHGSP*, São Paulo, v.27, 1929.

KRUG, Edmundo. Os índios da margem do Paranapanema. *RIHGSP*, São Paulo, 1916-1921.

_____. Deus e os santos na superstição brasileira. *RIHGSP*, São Paulo, 1923.

_____. As margens do Paranapanema. *RIHGSP*, São Paulo, v.23, 1925.

MESQUITA, Júlio. Homens e aspectos - Coronel Joaquim Quirino Santos. *RIHGSP*, São Paulo, v.8, 1903.

MINHOTO, Laurindo Dias. Tatuhy através da história. *RIHGSP*, São Paulo, v.25, 1927.

MORAES, Diogo de. A zona da Ribeira. *RIHGSP*, São Paulo, v.15, 1910.

MOURA, Gentil de Assis. Santo André da Borda do Campo. *RIHGSP*, São Paulo, v.14, 1909.

_____. Um problema historico geographico - Onde foi o assento da villa de S. André da Borda do Campo. Resposta ao Sr. Dr. Theodoro Sampaio. *RIHGSP*, São Paulo, v.14, 1909.

OLIVEIRA, Sebastião Almeida. Tanabi. *RIHGSP*, São Paulo, v.36, 1939.

PIZA, Antonio Toledo. Pródromos da independência na villa Ytu. *RIHGSP*, São Paulo, v.7, 1902.

PIZA, Luiz. Identificação de S. André. *RIHGSP*, São Paulo, v.14, 1909.

QUEIROZ, Humberto. A Mococa - De sua fundação até 1900. *RIHGSP*, São Paulo, v.15, 1910.

RIBEIRO, João Coelho Gomes. João Ramalho, Sua fé e nobreza. *RIHGSP*, São Paulo, v.7, 1902.

SAMPAIO, Theodoro. Um problema histórico geographico - Onde foi o assento da villa de S. André da Borda do Campo. *RIHGSP*, São Paulo, v.14, 1909.

_____. A posse do Brazil Meridional – fundação da primeira colônia regular dos portugueses em S. Vicente. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, n.2, 1895.

_____. O sertão antes da conquista. *RIHGSP*, São Paulo, v.5, 1899-1900.

_____. Restauração histórica da villa de Santo André da borda do campo. *RIHGSP*, São Paulo, v.9, 1904.

_____. S. Paulo no século XIX. *RIHGSP*, São Paulo, v.6, 1900-1901.

_____. São Paulo de Piratininga no fim do Século XVI. *RIHGSP*, São Paulo, v.4, 1898-1899.

TAUNAY, Afonso de. Discurso do Sr. Afonso de Taunay. *RIHGSP*, São Paulo, v.44, 1949.

TOLEDO, Lafayette de. Diccionario topographico da comarca de Casa Branca. *RIHGSP*, São Paulo, v.12, 1907.

VAMPRÉ, João. Festas tradicionaes. *RIHGSP*, São Paulo, v.6, 1901.

_____. Factos e festas na tradição. *RIHGSP*, São Paulo, v.13, 1908.

VON IHERING, Hermann. Observações sobre a fauna paulista. *RIHGSP*, São Paulo, v.10, 1905.

YOUNG, Ernesto. Apontamentos genealógicos de família iguapenses. *RIHGSP*, São Paulo, v.10, 1905.

YOUNG, Ernesto. Esboço histórico da fundação da cidade de Iguape. *RIHGSP*, São Paulo, v.2, 1896-1897.

_____. História de Iguape. *RIHGSP*, São Paulo, v.8, 1903.

_____. Subsídio para história de Iguape. *RIHGSP*, São Paulo, v.7, 1902.

_____. Subsídios para a história de Iguape - Mineração de ouro. *RIHGSP*, São Paulo, v.6, 1900-1901.

_____. História de Iguape (documentos para a). *RIHGSP*, São Paulo, v.9, 1904.

OUTROS

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

CAVALCANTI, José Pompeu de A. *Chorographia da província do Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. VII.

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO. DIVISAS DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS. Vol. XI. São Paulo: Espindola, Siqueira e Comp., 1896.

GERBER, Henrique. *Carta da Província de Minas Gerais coordenado segundo os dados officiaes existentes e muitas próprias observações por Henrique Gerber*. 1862. Disponível em: <<http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/20155>> Acesso em: dez. 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano De. *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1883.

_____. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In. *Ensaio e Estudos: crítica e história*, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

ABUD, Katia. *O sangue intímido e as nobilíssimas tradições*. 1985. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A ideia de São Paulo como formador do Brasil. In: FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli. *Encontros com a história: percursos históricos historiográficos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, vol.10, n.17, p. 55-67, jan./jun., 2008.

_____. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: o Museu Paulista, 1893-1922*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 15, 1995.

ANHEZINI, Karina. São Paulo nunca coube dentro de suas fronteiras: a escrita da história de Afonso de Taunay e a invenção das regiões. In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; STANCZYK FILHO, Milton (org.). *História e região: Espaço, Linguagem e Poder*. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. *Um metódico a brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. Na entrecena da Construção da História do Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno Franco. Et al. (org.). *Teoria e Historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí: Paço Editorial, 2015.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

ARAÚJO, Valdei Lopes; MEDEIROS, Bruno Franco. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLIII, 2007.

_____. Sobre a permanência da expressão história magistra vitae no século XIX brasileiro. In: ARAUJO, Valdei Lopes; MOLLO, Helena; NICOLAZZI, Fernando. (Org.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRANCO, João Pedro. *O municipalismo no pensamento de Alexandre Herculano: 1834-1859*. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura e Formação Autárquica) – Faculdade de Letras, Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos históricos: do Patronato de d. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; FERRETI, Danilo Zioni. João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 04, n.08, p. 67-87, 1999.

CARDOSO Jr., Hélio Rebello. O conceito de região e problemas filosóficos. Significado epistemológico da história regional e a constituição histórica do “espaço liso” e do “espaço estriado”. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, v.2, n.3, p.07-21, set./dez., 2011. p. 16.

CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 79-99, jan./jun., 2005.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

DOSSE, François. História e Historiadores no século XIX. In. MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FERREIRA, Antônio Celso. *A Epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERRETI, Danilo. *A Construção da paulistanidade: Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. 2004. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. “Batedores da ciência” em território paulista: expedições de exploração e a ocupação do “sertão” de São Paulo na transição para o século XX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

_____. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

GONÇALVES, Tatiana Mol; NICOLAZZI, Fernando. Inventando a historiografia mineira: O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em sua “primeira fase”, 1907-1927. *Revista de Teoria da História*, v. 11, n.1, 2014.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção do imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, jul./set., 1995

_____. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988.

_____. *Historiografia e cultura histórica. Ágora (UNISC)*, Santa Cruz do Sul, v. 11, 2005.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

LIMA, Wilton Carlos Lima da. *As terras Inventadas. Discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LOPES, Maria Margaret; FIGUEIROA, Silvia Fernanda de Mendonça. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering (1850- 1930). *Anais do museu paulista*. 2003, vol.10-11, n.1, pp. 23-35.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Aderaldo&Rothschild; Brasília: UnB, 2009.

- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*. Paz e Terra, São Paulo, 1982.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912*. São Paulo: Editora UNESP/Editora Moderna, 1997.
- MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias Raciais e interpretação histórica: O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – FCL, UNESP, Assis, 2001.
- MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 6-7, p. 9-36, 1999.
- MENDES, André Oliva Teixeira. *Os Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: subsídios para a construção de representações*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MELO, Luís Correia de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sélvio Romero: dilemas e combates no Brasil na virada do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- MUNSLOW, Alan. *Descontruindo a história*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- NAXARA, Márcia Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870-1920*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1998.
- NAXARA, Márcia Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra. Representações do trabalhador nacional. 1870/1920*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, UNICAMP, Campinas, 1991.
- NEMI, Ana Lúcia Lana. Decadência e singularidade na historiografia ibérica. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História da Anpuh: poder, violência e exclusão na Teoria da História e na Historiografia*. São Paulo: DH/FFLCH/Fapesp, 2008.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho d'água, 1992.

PATRIMÔNIO E MEMÓRIA. São Paulo: UNESP, v. 7, n. 1, jun. 2011.

PEREIRA, Daniel M. *Descobrimientos de Capistrano. A História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. 2002. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen”, de Capistrano de Abreu, e “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. *Revista IEB*, nº. 50, set.-mar. 2010, p. 27-78.

PEREIRA, Maria Aparecida. *Subsídios para a história da educação no Brasil: um estudo da revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. 2014. Tese (Doutorado em Educação). CECH, UFSCAR, São Carlos, 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, São Paulo, v. 13, p. 78-87, 1992.

RODRIGUES, João Paulo. Entre Permanências e Descontinuidades: o levante 'constitucionalista' de 1932 e a batalha contra o esquecimento. *Patrimônio e Memória (UNESP)*, Assis, v. 5, p. 3, 2009.

RODRIGUES, Beatriz. *Linguagens urbanas e modernidade na “Babel amalucada”: cartas caipiras em periódicos paulistanos (1900–1926)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP, Franca, 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Albert Stuart Rafael Pinto da. *Representações de Caipira nas Práticas Literárias de Cornélio Pires*. 2008. Dissertação (Mestrado em educação) – PPGE, UNIMEP, Piracicaba, 2008.

SILVEIRA, Pedro Telles da. *O cego e o coxo: crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)*. 2012. Dissertação (Mestrado em

História) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SZESZ, Christiane Marques. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. Curitiba, 1997. Dissertação (mestrado em história). UFPR.

TURIN, Rodrigo. *Tempos Cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997.

WEHLING, Arno. *Sílvio Romero e a Consciência Modernizadora no Brasil*. 1979. Tese (Livre-Docência em História Ibérica) – FFLCH, USP, São Paulo, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.